

**VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE ENTRE OS  
JOVENS DO MUNICÍPIO DE FORMIGA - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de "Magister Scientiae".

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2002

VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE ENTRE OS  
JOVENS DO MUNICÍPIO DE FORMIGA - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2002.

---

Prof. José Ambrósio Ferreira Neto  
(Conselheiro)

---

Prof(a). Lourdes Helena da Silva  
(Conselheira)

---

Prof(a) Maria de Fátima Lopes

---

Prof. Franklin Daniel Rothman

---

Prof(a). Sheila Maria Doula  
(Orientadora)

À Alba, Célio, Eliane e Juninho, com amor.

## **AGRADECIMENTO**

Esse trabalho é resultado da dedicação de várias pessoas. Para não correr o risco de ser injusta, agradeço sinceramente a cada uma delas, que se doaram em diferentes dimensões, todas porém, imprescindíveis e valiosas. Sem essa união de forças e energias não haveria construção.

À professora Sheila Maria Doula, minha orientadora, meus agradecimentos.

Ao CNPq, pela concessão das bolsas que possibilitaram a realização deste trabalho.

## **BIOGRAFIA**

VIVIANE GUIMARÃES PEREIRA, filha de Célio Guimarães Pereira e Alba Guimarães Pereira, nasceu em 3 de fevereiro de 1973, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em março de 1999, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Em fevereiro de 2000, iniciou o Curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de tese em 26 de fevereiro de 1999.

## CONTEÚDO

	Página
RESUMO .....	vii
ABSTRACT.....	ix
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. NATUREZA E CULTURA.. .....	
2.1. Natureza, história e transformações sociais.....	6
2.2. Natureza e paraíso.....	22
3. CONTRACULTURA E MOVIMENTO AMBIENTALISTA.....	
3.1. A contracultura.....	27
3.2. O movimento ambientalista.....	30
3.3. O movimento ambientalista no Brasil .....	38
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	
4.1. Histórico da educação ambiental .....	50
4.2. A educação ambiental no Brasil.....	
4.2.1. Algumas considerações iniciais .....	54
4.2.2. A institucionalização da educação ambiental .....	55
4.3. Educação ambiental formal, não formal e informal .....	57

4.4. A educação ambiental na prática .....	59
4.5. Algumas considerações sobre educação ambiental .....	61
5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	
5.1. As representações coletivas de Durkheim.....	65
5.2. Representações e ciências sociais .....	
5.2.1. A crise dos paradigmas .....	70
5.2.2. Imaginário, mentalidade e representações coletivas: contribuições da Antropologia e da História .....	72
5.3. As representações sociais na psicologia social .....	75
5.3.1. Histórico.....	75
5.4. A análise do discurso.....	
5.4.1. A linguagem .....	79
5.4.2. Análise do discurso .....	79
5.5. Representações sociais sobre meio ambiente.....	81
6. UNIVERSO DE PESQUISA.....	
6.1. O município de Formiga .....	87
6.1.1. Aspectos históricos .....	88
6.1.2. O rio Formiga .....	90
6.1.3. O caso Fiat .....	92
6.1.4. FUCOMA .....	93
6.2. Procedimentos metodológicos .....	94
7. ANÁLISE DAS REDAÇÕES .....	
7.1. Condições de Produção .....	97
7.2. Análise .....	99
7.2.1. Análise das redações do último ano do ensino fundamental .....	101
7.2.2. Análise das redações do último ano do ensino médio	110
7.3. Algumas considerações .....	115
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	121

## RESUMO

PEREIRA, Viviane Guimarães, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2002. **Representações Sociais sobre meio ambiente entre os jovens do município de Formiga – MG.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Conselheiros: José Ambrósio Ferreira Neto e Lourdes Helena da Silva.

O estudo das representações sociais em muito tem contribuído para o desenvolvimento de trabalhos relacionados com o meio ambiente. É de grande relevância discutir a importância delas dentro de uma sociedade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individual e coletivamente. Em uma análise da Educação Ambiental o estudo das representações é fundamental, pois as diretrizes pedagógicas visam a uma mudança do conteúdo das representações sobre meio ambiente para, a partir daí, propor uma modificação no comportamento e no estilo de vida das pessoas. Este estudo utilizou-se do conceito de representações sociais e da forma como este conceito perpassa por diversos campos de conhecimento, como a Antropologia, a História, a Sociologia, a Psicologia e a Lingüística. A abordagem sobre a Educação Ambiental enfoca principalmente as contradições nela existentes: de uma lado a proposta de educação ambiental que busca desenvolver uma consciência ética e uma transformação social e de outro lado a prática, que reforça o

paradigma positivista. Essa abordagem crítica da Educação Ambiental serviu como base para se compreender como são construídas essas representações sobre meio ambiente. A pesquisa foi realizada com jovens do último ano do ensino fundamental e do último ano do ensino médio da educação formal de uma escola da rede pública do município de Formiga – MG. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas junto aos alunos para que eles avaliassem as formas diferentes de Educação Ambiental, identificando os conteúdos que mais marcaram a construção de suas representações sobre meio ambiente. Além disso, trabalhou-se com redações elaboradas por eles a partir da indicação do tema “meio ambiente”. Os dados obtidos nas redações e nas entrevistas foram analisados pela teoria da Análise do Discurso de linha francesa, que permitiu compreender a forma de construção e o conteúdo dos textos. Pôde-se constatar, através deste estudo, a presença marcante de versões “naturalistas” de meio ambiente em detrimento de idéias relacionadas com o contexto, preocupações e dimensão político-social que acompanham a visão ambientalista. Os resultados apresentados neste trabalho reafirmam o descompasso entre a teoria e a prática da Educação Ambiental, sendo este o maior problema a ser enfrentado, haja vista que as medidas a serem adotadas para o enfrentamento da problemática ambiental dependem essencialmente de como o meio ambiente é compreendido.

## ABSTRACT

PEREIRA, Viviane Guimarães, M.S., Universidade Federal de Viçosa, february of 2002. **Social representations on environment among the youths of the municipal district of Formiga – MG/ Brazil.** Advisor: Sheila Maria Doula. Committee members: José Ambrósio Ferreira Neto and Lourdes Helena da Silva.

The study of social representation has a great contribution in the development of environmental related research. Discuss the importance of it in the society is a great prominence which influence the decisions of individual or collective human being. In an environmental education analysis the study of representations is fundamental, because the pedagogic guidelines seek a change of the content of the representations on environment, to propose a modification in the behavior and in the people's lifestyle from this point of view. This study used the concept of social representations in a way that this concept pre-pass through several knowledge fields, as Anthropology, History, Sociology, Psychology and Linguistics. Approachment about the Environmental Education focus mainly the contradictions in her existent: on a side the proposal of environmental education that looks for to develop an ethical conscience and a social transformation and on another side the practice, that reinforces the positivist paradigm. That critical approach of the Environmental Education served as base to

understand how those representations are built on environment. The research was accomplished with youths of the last year of the fundamental teaching and of the last year of the medium teaching of the formal education of a school of the public net of the municipal district of Formiga- MG. The collection of data interviews was accomplished over students in a way that they evaluated the different forms of Environmental Education, identifying the contents that marked them more by the construction of their representations on environment. Other wise we worked with compositions elaborated by them starting from the indication of the theme "environment". The obtained data of the compositions and in the interviews were analyzed by the theory of the Analysis of the Speech of French line, that allowed to understand the construction form and the content of the texts. It could be verified through this study the outstanding presence of "naturalistic" versions of environment in detriment of ideas related with the context, concerns and political-social dimension that follows the environmental vision. The results presented in this study maintain the difference between theory and practice of Environmental Education, being this the largest problem to be faced, known that the measures are adopted to confront the environmental problem depend essentially how the environment is understood.

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do pressuposto, já analisado em vários e diferentes estudos, de que a cultura ocidental tem estruturalmente um conjunto de representações sobre a natureza marcado por dicotomias. Historicamente estabeleceu-se uma relação de amor e ódio, que oscilou dependendo do contexto e também dos interesses práticos que estavam em jogo no momento. Essas dicotomias ainda permanecem no mundo contemporâneo, sendo facilmente identificadas no embate que se forja, por exemplo, entre a vertente desenvolvimentista e os movimentos ambientalistas.

Enquanto componentes estruturais de nossa cultura, essas representações ambíguas perpassam as instituições sociais, principalmente aquelas criadas com a finalidade de gestão da vida coletiva (Estado, por exemplo) e de educação (escola e meios de comunicação de massa).

É nesse sentido que podemos entender, por exemplo, a argumentação de Moraes (1994) a respeito da situação paradoxal em que o Estado se encontra diante da questão ambiental: ao mesmo tempo que parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação, principalmente no que diz respeito à ocupação do território, que desde a expansão colonial baseada na expansão da fronteira territorial, foi, e ainda não está concluída até o presente, essencialmente degradadora dos lugares e dos

seus habitantes. O autor aborda também a inserção do ensino na reprodução desses embates, particularmente a universidade, visto que ela gera conhecimentos para a prática dilapidadora ao mesmo tempo em que é um *locus* importante de denúncia, conscientização e/ou transformação.

À análise de Moraes, podemos ainda incluir os meios de comunicação que, contraditoriamente, veiculam campanhas educativas sobre o meio ambiente, alternadas com apelos ao consumo de produtos supérfluos e poluentes.

A presente pesquisa pretende situar a Educação Ambiental nesse embate. Formulada pelo Estado, a Educação Ambiental deve ser ministrada tanto pelos meios formais (escola) como pelos meios informais (meios de comunicação de massa etc) e não formais (ONGs, sindicatos, empresas etc). Apesar de demonstrar uma preocupação com o público em geral, as Diretrizes da Educação Ambiental do MEC privilegiam como alvo a população jovem (crianças e adolescentes) e seu objetivo principal é “conscientizar” o jovem para uma sociedade futuramente “sustentável”. A criança e o adolescente são, pois, vistos como potenciais aliados na melhoria das condições de vida no planeta<sup>1</sup>.

A pesquisa proposta tem como objetivo principal analisar as representações que jovens do último ano do ensino fundamental e médio elaboram sobre o conceito de meio ambiente, levando-se em conta as informações que receberam das fontes autorizadas para ministrar a educação ambiental. Assim, a pesquisa se define dentro de um quadro mais amplo de análise sobre as representações sociais em geral e, por outro lado, aborda questões quanto ao papel e eficiência do sistema de ensino formal, informal e não-formal como elementos de reprodução de determinados valores e atitudes socialmente privilegiados numa dada cultura.

Esta pesquisa enfocará o descompasso existente entre a teoria e a prática na educação ambiental: de um lado, a proposta de educação ambiental que busca a transformação social pela criação de novos estilos de vida e que parte de uma perspectiva de vida holística para desenvolver uma consciência

---

<sup>1</sup> Ministério da Educação e Cultura – Política Nacional de Educação Ambiental. “A implantação da educação ambiental no Brasil”: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

ética; por outro lado, a prática da educação ambiental, que reforça o paradigma positivista, fragmenta o conteúdo e que utiliza um material didático de caráter apenas informativo e de conteúdo distante da realidade mais próxima. Em meio a essas contradições está o aluno adolescente. Conhecer suas concepções e valores sobre o ambiente ajuda a conhecer também esse “novo cidadão” que a educação ambiental pretende estar formando.

A pesquisa partiu, assim, da seguinte questão: qual a representação de meio ambiente elaborada pelos jovens, mais precisamente pelos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio de uma determinada escola localizada na cidade de Formiga - MG? Para isso a pesquisa considerou a influência da educação ambiental formal, não formal e informal nesse processo.

Uma das hipóteses que norteou a pesquisa é que esses jovens recebem, de forma não dialógica, representações de meio ambiente dos meios profissionais, culturais e sociais, solidificando certos estereótipos em suas próprias representações. Isto faz com que estas carreguem o capital simbólico das instituições, grupos e pessoas que as produzem e as divulgam.

Uma segunda hipótese foi que existe um descompasso entre a teoria e a prática, no que diz respeito à educação ambiental; por um lado a teoria revela uma preocupação com a visão fragmentada e busca, através da “conscientização” modificar as atitudes das pessoas em relação ao seu ambiente; entretanto, na prática, uma maioria quase absoluta dos profissionais elabora e cristaliza representações naturalistas e dualistas sobre meio ambiente, transmitindo-as a esses jovens.

A proposta da pesquisa foi fazer uma interpretação da representação que jovens do município de Formiga –MG elaboram a partir de dados recebidos de diferentes fontes: educação formal, informal e não-formal, esta última através da atuação de uma ONG local. Pretendeu-se averiguar até que ponto as suas representações de meio-ambiente são baseadas em realidades que lhes são próximas, e também em idéias transmitidas pela educação formal, que a princípio baseiam-se em problemas mais globais.

Para isto foco de análise desta pesquisa foi formado por alunos do 3º ano do ensino médio e alunos do último ano do ensino fundamental, pelo fato de estarem completando um ciclo onde a Educação Ambiental foi ministrada.

Presume-se que nesse período esses jovens tenham recebido conteúdos de Educação Ambiental em diferentes disciplinas. Isso nos permite (e permite também ao aluno) analisar os conteúdos recebidos nessa etapa de sua formação. Esses alunos estão também em uma faixa etária que permite a eles terem acompanhado a introdução das propagandas de campanhas educativas ambientais nos meios de comunicação de massa, particularmente a televisão. Finalmente, parte da população escolhida para a pesquisa foi alvo de campanhas por parte de uma ONG que desenvolveu alguns trabalhos na escola, especialmente campanhas voltadas à preservação do rio Formiga.

A escolha do município de Formiga (MG) justifica-se por ser um município cortado todo ele por um rio que recebe o mesmo nome e que encontra-se em processo acelerado de degradação. Esta sub-bacia é formada pela junção das águas do Ribeirão Barra Mansa e águas do Rio Padre Trindade e é o curso d'água mais importante do município. O problema está no atual estado em que o Rio Formiga se encontra.

Acelerando esse processo de degradação, o ano de 2000 foi marcado por casos que despertaram a atenção da imprensa regional e nacional. O leito do Rio Formiga recebeu componentes do lixo industrial oriundo das empresas Interni e Formitap, ambas fornecedoras da Fiat Automóveis S/A. Toneladas de materiais usados no revestimento interno de automóveis fabricados pela montadora sediada em Betim (MG) foram jogados na região próxima à nascente, área de preservação ambiental. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) interditou o local e exigiu a retirada de algo em torno de 40 toneladas de resíduos tóxicos pelas empresas.

O município de Formiga possui, pois, um cenário de degradação ambiental em nível avançado, fazendo com que, mesmo esporadicamente, as pessoas pensem no meio mais próximo em que estão inseridas. Além disso, conta com a participação de uma ONG que desenvolve um trabalho de educação ambiental não-formal, principalmente nas escolas.

Escolhemos para a amostragem uma determinada escola no município de Formiga na qual essa ONG, a FUCOMA, desenvolveu campanhas com maior intensidade. Foi pedido aos alunos que elaborassem uma redação livre sobre o tema “meio ambiente” e também foram realizadas entrevistas semi-

estruturadas. De maneira mais informal também foram coletadas algumas entrevistas com a diretora da escola e alguns professores. Já na FUCOMA, especificamente, realizamos entrevistas com seu presidente nas três viagens feitas a campo.

Como o objetivo da pesquisa foi analisar as representações que os alunos fazem sobre meio ambiente, efetuou-se um balanço bibliográfico a respeito das teorias sobre as representações sociais e a forma como esse conceito perpassa diferentes disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a História, a Psicologia e, mais recentemente, a Lingüística. De forma a complementar essas teorias utilizamos a análise do discurso como ferramenta para melhor entender a forma de construção e o conteúdo desses textos coletados.

Esse trabalho procuro demonstrar, através de um caso concreto, o descompasso entre a teoria e a prática da educação ambiental e reafirmar algumas críticas feitas a ela. Apesar disso, no entanto, não descartamos o fato de que a educação ambiental ainda se constitua uma via de possibilidade para a solução dos graves problemas ambientais que o mundo contemporâneo vem enfrentando.

## 2. NATUREZA E CULTURA

### 2.1. Natureza, história e transformações sociais

As formas pelas quais a natureza foi definida é na verdade produto tanto de idéias como de relações que os homens estabelecem para si e entre si, e entre eles e o mundo natural. Quando novas formas de convivência social surgem, novas concepções de mundo são elaboradas para que haja sintonia neste novo cenário, isto é peculiar à natureza humana. Formular concepções de natureza faz, pois, parte deste processo. CARVALHO (1999:60) afirma que

*“como a história dos homens ainda não cessou, também é possível dizer que ‘novas’ naturezas se produzirão, pois as nossas idéias sofrem de uma ‘doença’ incurável, isto é, mais cedo ou mais tarde morrem, são ultrapassadas por outras, que também ‘adoecerão’ e assim por diante.”*

Uma farta variedade de estudos já demonstraram que a cultura ocidental tem, estruturalmente, uma atitude ambígua e dicotômica em relação ao meio ambiente. ROUÉ afirma que a própria etimologia da palavra meio ambiente

*“remete-nos a um conceito dualista, uma visão de mundo herdada na era cristã e desenvolvida por Descartes. Separado do meio ambiente e agindo sobre ele, o homem, segundo essa concepção, está no centro do universo. O meio ambiente é literalmente o que nos circunda” (in DIEGUES; 2000:72).*

Essa atitude dicotômica é evidenciada pelo fato de haver, em nossa cultura, por um lado, um conjunto de representações que, privilegiando a sociedade como espaço da cultura, valorizam a civilização, o trabalho, o progresso e o antropocentrismo. Nessa visão, a natureza, como elemento oposto, representaria o atraso, o caos, a desarticulação, a barbárie. Por outro lado, uma segunda visão, re-elaborada por Rousseau, por exemplo, e fortemente veiculada por algumas vertentes ecologistas, representa a natureza como paraíso, algo a ser contemplado ou mesmo isolado – podemos citar aqui o ramo mais extremista da Ecologia Profunda, que preconiza que uma extensa área do globo deveria se “protegida dos seres humanos” (Pimbert e Pretty *in* DIEGUES: 2000:187).

Os termos natural e natureza são comumente usados como oposto àquilo considerado como artificial. Natural é entendido como sendo aquilo que a natureza produziu e artificial aquilo que o homem construiu, mesmo que com a ajuda dos recursos da natureza. Mas a dicotomia entre natural e artificial é resultado de convenções produzidas historicamente e que usamos de acordo com nossas conveniências. CARVALHO (1999:11) afirma que:

*“Importante é compreender que entre os seres humanos e os outros seres que compõem a nossa realidade as diferenças não se devem ao fato de uns serem naturais e outros não. As diferenças encontraremos nas dinâmicas, nos ritmos, nas finalidades, nas formas, na reprodução, na recriação que cada um ou o conjunto de seres que compõem o planeta apresenta”.*

Aquilo que entendemos hoje por natureza não teve sempre os mesmos significados ao longo do tempo. Esse conceito não é de forma alguma definitivo, pois, enquanto construção social, varia conforme a dinâmica da sociedade. CARVALHO (1999:13) afirma que

*“(…) a definição ou a conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela, de nós próprios, e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa convivência social. Que, sabemos, foram múltiplos nas várias sociedades que ao longo da história os homens constituíram”.*

Em cada sociedade ou em cada época da história à natureza foram atribuídos significados diferentes, devido aos valores e objetivos de cada grupo e de cada momento histórico. Assim, o conceito de natureza é eminentemente histórico e a definição depende do tipo de sociedade ou até mesmo do grupo

social que o concebe. Ao longo do tempo foram muitas as definições elaboradas, variando de acordo com os objetivos de cada período da história, e hoje em dia, com a complexidade das sociedades, surge um leque de definições que varia de grupo para grupo. CARVALHO (1999:14) afirma que

*“Se falamos de natureza, não falamos só das coisas, ou dos bichos, das plantas, dos rios, das montanhas etc., mas também da maneira como vemos essas coisas, em particular integradas a um conceito que nós criamos: a totalidade a que chamamos natureza”.*

A definição de natureza integra um conjunto mais amplo de representações que um determinado grupo faz sobre o mundo natural, social e sobrenatural. O estudo dessas representações deve levar em conta os interesses e objetivos que tal grupo pretende alcançar. Por isso mesmo, não existem definições falsas ou verdadeiras do que seja natureza, mas sim aquela que mais se aproxima do tipo de mundo que objetivamos.

A história natural ou da natureza e a história do homem ou da sociedade possuem grandezas de tempo de difícil comparação. Falar dos fenômenos naturais é pensar em milhões ou bilhões de anos, ao passo que a história do homem não ultrapassa 100 mil anos. Carvalho (1999) faz uma analogia afirmando que se a história da natureza pudesse ser condensada em um ano, a história dos homens não teria mais que alguns poucos segundos. Analisando dessa forma pode parecer que a história dos homens seja insignificante diante da história da natureza, no entanto é importante lembrar que a última não seria desvendada se não fosse conduzida pela história do homem.

Assim como os significados atribuídos à natureza variam de acordo com as culturas, as explicações sobre o seu funcionamento também variam no tempo e no espaço, dadas as necessidades de cada sociedade em momentos diferentes. O desenvolvimento científico ocidental, por exemplo, possibilitou várias leituras do funcionamento do mundo natural, que foram reformuladas de acordo com as exigências intelectuais da época e das novas necessidades dos homens. CARVALHO (1999:22) afirma que

*“(…) é lícito afirmar que a história da natureza é também a história dos próprios homens, já que estes não se relacionam com a natureza ou a*

*conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantém entre si”.*

Para se compreender a origem, o sentido e o significado de natureza é preciso que se aborde historicamente o desenvolvimento dos povos primitivos. Segundo Carvalho (1999), o fato é que esses povos não viam diferença entre o mundo natural, o mundo social e o mundo sobrenatural. Sobre estes povos ele afirma que

*“Nesse universo, as carências, os desejos, as decepções, as paixões, as iras, a gratidão e demais atitudes humanas serão também ‘comportamentos’ comuns entre os elementos da natureza, podendo ser percebidos na planta que cresce, na erupção de um vulcão, num trovão, na chuva que cai, na enchente de um rio, ou na morte de um animal” (CARVALHO, 1999:25).*

Nesse contexto não haviam ainda as desigualdades sociais da forma que vivenciamos hoje, mas sim um reconhecimento das diferenças físicas e individuais, onde cada elemento desempenharia a sua função para que se reproduzisse um tipo de vida basicamente comunitária. CARVALHO (1999:26) afirma que

*“Natureza era algo a ser inventado, ou a ser reconhecido como alteridade distinta a integrar o universo humano. E de fato o foi, mas só quando os homens modificaram esse esquema de vida comunitária, em que os homens e a natureza compunham uma única trama”.*

A necessidade de se explicar o que é natureza só surge quando esse tipo de vida comunitária é transformado, quando o homem, por diferentes razões, passa a buscar e a valorizar a produção de excedentes. Carvalho (1999) afirma que isso veio a ocorrer quando a magia e a religião – instrumentos de ligação entre os homens primitivos e os outros componentes do universo – começaram a se tornar mais complexas, surgindo os “intermediários” entre os homens e as forças sobrenaturais. No começo esses “intermediários” eram os sacerdotes, mas com o tempo passaram a ser reis, faraós, imperadores, “aristocratas” enfim, pessoas com poder destacado e centralizado. Seja desta forma ou através de guerra e escravização de “perdedores” é que os homens passaram a ser socialmente desiguais. Assim, quando o domínio do natural passou a ser privilégio apenas de alguns, o restante da sociedade ficou privado deste poder, desenvolvendo-se a

concepção de que a natureza já era algo inalcançável e à parte. O autor afirma que

*“Quando entre os homens passa a haver uma nítida separação, fundada na desigualdade social, não há como manter tal situação se não houver também uma nítida distinção dos lugares que estes mesmos homens ocupam para realizar as suas funções” (Idem, 1999:29).*

Assim, quando surge a sociedade de classes surge também a idéia de um lugar específico para a natureza e outro para o homem, o que não ocorria nas sociedades primitivas, onde tudo fazia parte de uma mesma trama social, temporal e espacial. Dessa forma a definição de natureza como um mundo em separado torna-se fruto do processo histórico de superação do mundo primitivo.

Esse rompimento com o mundo primitivo se deu de forma gradual; em muitas sociedades da Antiguidade o natural e a natureza continuaram a ser evocados através dos mitos, por exemplo entre os povos do Oriente (babilônios, assírios, persas, hebreus etc) ou entre os antigos gregos. Houve um rompimento do esquema comunitário do mundo primitivo, mas isso não se traduziu em imediata superação das representações de natureza, que continuaram presentes em práticas mágicas, rituais e míticas.

A separação entre o mundo natural e o mundo social se acentuou, segundo Carvalho (1999), na Grécia do século VI a.C., quando o homem passou a refletir sobre a natureza através da filosofia, o que foi possível devido à organização das cidades-estados gregas (ou polis). Uma das conseqüências do desenvolvimento das cidades foi a transferência do locus da divindade para o céu (ao contrário, os povos primitivos representavam a terra como sagrada, acreditando que a sobrevivência era possível graças a tudo o que a natureza era capaz de lhes oferecer e também ao que os deuses – alocados no mundo natural – lhes permitia conseguir). A partir dessa dessacralização da terra, o homem antigo sentiu-se desamparado em um mundo que já não era mais previsível; por isso o excedente passou a ser buscado através do trabalho humano, com a crença na ajuda dos deuses do céu, que protegeriam somente o homem “civilizado” dos caprichos e da imprevisibilidade da natureza.

Como no presente trabalho o conceito de natureza que se pretende trabalhar é o do ocidente, torna-se relevante abordar, mesmo que rapidamente,

a origem da cultura ocidental. Em seu livro “O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens”, o historiador Frederick Turner mostra que a civilização ocidental teve suas origens no Antigo Oriente Médio, onde se iniciou esse controle acentuado do mundo natural. Segundo Turner (1990), foram os povos ocidentais que adotaram o modo de vida sedentária, que passou a oferecer defesa contra os desafios mais difíceis de sobrevivência. Esses povos desenvolveram um novo hábito, o da previsão, que obrigava o cálculo em termos de futuro econômico; esse novo cálculo permitiu o aperfeiçoamento de artefatos de armazenagem (caixas, depósitos para grãos, jarras, cisternas) viabilizando então o “estoque” de excedente. Foi também no Oriente Médio, que de vilarejos e vilas surgiram grandes cidades. Emergiu a crença de que “civilização” era sinônimo de cidade murada, edificada e com o excedente armazenado, e que isto tudo só poderia ser alcançado através de um domínio gradativamente aperfeiçoado sobre a natureza.

A “civilização”, dentro de seu mundo repleto de muros, casas, depósitos de grãos, cisternas e reservatórios acentuou o isolamento humano diante do mundo natural. O que estava dentro dos muros era a natureza dominada, adequadamente utilizada; o que estava além desses muros era visto como selvagem, imprevisível e até mesmo malévolo.

Esse novo ambiente propiciou o desenvolvimento do comércio e da navegação, da escrita, do calendário civil, da moeda cunhada e garantida pelo Estado (século VII a.C.). Os grandes porta-vozes dessas mudanças foram os filósofos. CARVALHO (1999:34) afirma que

*“De Tales (VI a.C.), considerado um dos fundadores da filosofia, a Aristóteles (IV a.C.), o último dos grandes filósofos da antiguidade grega, passando por Pitágoras, Platão, Sócrates e outros, este caminho - da natureza e sua alteridade - não fez mais do que se afirmar”.*

Tales foi um dos pioneiros na explicação física da natureza, sem influência dos mitos ou de compromissos religiosos. Ele era integrante de uma escola filosófica – Escola de Mileto – que foi seguida por muitas outras que somavam as explicações com novas descobertas, como por exemplo Pitágoras, que introduziu a idéia de uma Terra esférica, ou Aristóteles, que admitia uma Terra esférica ‘depositada’ no lugar mais baixo do cosmos e

circundada por sucessivos estratos esféricos de água, ar e fogo e ao redor desse conjunto, a Lua, o Sol e o 'céu das estrelas fixas' e demais astros que realizariam movimentos circulares.

Essa explicação geocêntrica de Pitágoras, mais tarde sistematizada e desenvolvida por Ptolomeu (120-150), já depois da dissolução do mundo da polis grega, quando o Império Romano já havia se consolidado, tornou-se uma explicação de natureza que não só sobreviveu ao Império Romano como também à chamada Idade Média Cristã. Após a dissolução da sociedade grega pelo Império Romano, a cultura ocidental já estava profundamente caracterizada pela dicotomia "mundo da natureza" – "mundo da sociedade". Mesmo com a Idade Média Cristã, quando a racionalidade filosófica perdeu a força que possuía com os gregos e se deu a fragmentação territorial e também o surgimento de novas unidades auto suficientes (feudos), essa idéia de separação não se esvaiu. CARVALHO (1999:37) aponta para o fato de que

*"A Igreja fez lá suas adaptações, mas em essência manteve e divulgou as idéias de uma natureza orgânica, imutável, movida eternamente a partir de causas e fins predeterminados, num mundo situado no centro do cosmos, já que tais idéias serviam com perfeição às pretensões de poder daquela que se tonou a instituição mais poderosa do período medieval".*

Essa perda de espaço da racionalidade filosófica foi favorecida pela sociedade feudal. Na medida em que as cidades foram dissolvidas, os territórios fragmentados e os feudos tornaram-se unidades auto suficientes, a Igreja – maior proprietária de terras e única instituição organizada – passou a ser o centro de referência no campo do sagrado e poder político; suas idéias transformaram-se nas concepções de mundo dominantes das sociedades medievais.

Assim como o homem "civilizado" passou a desprezar aquilo que representava como selvagem, o cristianismo, séculos depois, iniciou o processo de abolição de toda a magia e mistério do mundo, declarando que todos os vestígios de antigas crenças nas coisas naturais eram superstições vãs. Qualquer outra concepção sobre o mundo natural e o mundo sobrenatural era ameaçadora nesse momento, já que a Igreja almejava uma hegemonia no campo do sagrado.

O cristianismo floresceu em Roma em meio a uma multidão de cultos que competiam pela devoção de um povo cada vez mais desesperado, que vivia num cenário de deterioração econômica, de abalos na política do império, de movimentos separatistas, de baixa na taxa de natalidade, de epidemias, pragas, de diminuição das terras cultivadas. Este estado de tensão aumentou no fim do segundo século e continuou a aumentar no decorrer do terceiro depois de Cristo. Nesse período os romanos descuidaram de seus altares e templos e mostraram um cinismo generalizado sobre a influência dos deuses na proteção do destino de Roma. Havia, no entanto, uma necessidade desesperada de outra forma qualquer de crença religiosa, daí a existência do grande número de cultos, importados para preencher esse abismo espiritual.

Porém o cristianismo precisava distinguir-se dos outros cultos e ampliar sua influência no mundo romano, e a maneira mais eficiente foi a de abolir qualquer revelação nova que pudesse surpreender ou fascinar seus fiéis. Assim, todas as pregações e todas as cerimônias deveriam pautar-se naquilo que disseram os Apóstolos. Houve uma recusa definitiva em aceitar novas revelações; a idéia da revelação enquanto possibilidade contínua, muito comum na vida tribal em que xamãs, chefes e guerreiros freqüentemente vivenciam novas visões, era prova, para os cristãos, de grande falsidade e primitividade.

Como a Igreja considerava que Jesus tinha sido um fato histórico, o cristianismo realizou uma transferência do culto ao mistério (baseado na natureza, onde se instalou sempre uma contemporaneidade com os primórdios) para se estruturar como religião de Estado. Rejeitou-se o ciclo atemporal dos cultos, passando a se viver para o futuro, na esperança de recuperar algo perdido no passado, como o Paraíso. Mas as seitas ligadas à natureza não desapareceram e a Igreja, em toda a sua longa história, sempre teve que lutar contra os seus repetidos ressurgimentos. TURNER (1990:80) afirma que

*“Nesse meio tempo, as velhas práticas pagãs resistiam, pois suas raízes estão profundamente fincadas na nossa natureza. Isso era especialmente claro nas franjas da civilização européia, onde mulheres e homens ainda estavam imersos cotidianamente nos ciclos imemoriais e a-históricos do brotamento, das mudanças orgânicas, do acasalamento e da colheita”.*

Estas seitas foram proibidas pela nova fé e violentamente abafadas e reprimidas por ela. TURNER (1990:79) ainda afirma que

*“Os esforços desses vários grupos dissidentes para alcançar a regeneração e a perseguição que lhes foi movida pela Igreja com o mesmo objetivo ocupam todo o período entre as Cruzadas e a maré alta das explorações marítimas européias. Durante essa longa fase a Igreja acusou e puniu cada vez mais histericamente o paganismo, os milagreiros e as bruxas e foi feroz nas suas tentativas de repressão sexual maciça, até que ela finalmente tentou purgar e renovar a cristandade nas fogueiras da Inquisição, trágica perversão das torturas primitivas”.*

Surgiram fortes campanhas contra seitas heréticas, judeus e milagreiros suspeitos ou simplesmente imaginários; a civilização cristã esforçou-se para banir os inimigos de Cristo, instalando-se a violência e a regeneração através de sacrifícios violentos. A Igreja identificava os heréticos às coisas mundanas, animais. Segundo Turner (1990) eram chamados de feras, fornicadores, amantes da bestialidade, e mais ainda, como aliados do Diabo (ele próprio representado comumente na forma animal).

No processo de “europeização” do planeta, ou seja, quando o ocidente dominou outros povos em nome do cristianismo, ocorreu, então, uma absoluta recusa da cultura dos povos “primitivos”, que tinham outras formas de relação com a natureza. Baseadas no animismo, essas culturas desenvolviam estreitas ligações, inclusive religiosas, com o habitat. Essas culturas celebravam um mundo de formas animais e vegetais, onde o homem era um ser a mais, ao contrário da civilização ocidental, que nesse momento exacerbava o culto à razão e ao antropocentrismo.

Foi através das Cruzadas que os católicos iniciaram de fato a violência internacional, em larga escala, contra todos os “infiéis”. CROSBY (1993:61) afirma que

*“As Cruzadas foram a mais espetacular manifestação de fervor religioso da história da sociedade européia. Eram também a primeira tentativa em grande escala de estender permanentemente o poder da Europa além de suas próprias fronteiras”.*

O autor, ao escrever sobre os europeus e seu processo de conquista do mundo, afirma que

*“eles ocupam um território muito maior do que ocupavam há um milênio ou mesmo há quinhentos anos (...). Eles também compõem a grande maioria da população do que chamaremos as Neo-Europas, terras distantes milhares de quilômetros da Europa e igualmente distantes umas das outras”.* (Idem: 1993:14)

A propagação dos europeus se processou em nome da religião e teve dois momentos marcantes: as Cruzadas e os descobrimentos marítimos. Além de suas concepções religiosas, os ibéricos<sup>1</sup>, em particular, levavam também consigo todo um conjunto herdado de representações e de interesses sobre o mundo natural que iam descobrindo. Além do uso da força para incutir o catolicismo nos infiéis, os ibéricos queriam também explorar os recursos naturais e transformar a natureza para sua melhor adaptação nos novos habitats. Em todos os territórios que conquistaram, os ibéricos plantaram sementes, impuseram a agricultura monocultora, introduziram novas espécies animais. Enfim, adaptaram a natureza através daquilo que Crosby chamou de “imperialismo ecológico”.

Crosby (1993) aponta para o fato de que as terras para onde os europeus emigraram e que ele denomina de Neo-Europas encontram-se, em sua maioria, em zonas temperadas do hemisfério norte e sul, o que significa que possuem o mesmo clima, porém suas biotas nativas são diversas uma das outras.

Em sua obra – *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900* – Crosby aborda a expansão europeia dando ênfase ao fato dos europeus terem transportado para as regiões conquistadas o conjunto de seres animais e vegetais de suas próprias regiões. Através das ilhas Canárias, Madeira e Açores os europeus descobriram novas terras e o autor relata como o conjunto formado por homens, animais, plantas ervas, vírus, parasitas e germes chegaram em adversas regiões do globo através das embarcações europeias. Os navegadores da Renascença redescobriram essas ilhas, já conhecidas dos Romanos e dos navegadores do antigo mundo mediterrâneo, e fizeram delas reproduções europeias. O autor afirma que

*“Quando os europeus chegaram pela primeira vez, a ilha da Madeira não tinha ‘um palmo de terra que não fosse inteiramente coberto de grandes*

---

<sup>1</sup> Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define ibérico como pertencente ou relativo à Ibéria, constituída por Espanha e Portugal.

*árvores'. Daí o nome que lhe deram. A madeira revelou-se valiosa como item de exportação, mas as florestas eram boas demais e os primeiros colonizadores queriam abrir espaço para eles mesmos, suas culturas e seus animais - o que exigia uma derrubada mais rápida que a da extração com finalidade comercial. Assim, os primeiros colonos atearam um incêndio depois do outro, o que teve como resultado uma conflagração que quase os expulsou da ilha". (Idem, 1993:76).*

Crosby (1993) relata também como os guanchos – habitantes das ilhas Canárias – foram levados à extinção pelo imperialismo moderno. Pouco se sabe sobre eles, mas é certo que se tivessem tido a chance de sobreviverem proporcionariam um exemplo de evolução cultural divergente. Embora muito numerosos, os guanchos não eram unidos, falavam dialetos diferentes e isso fez com que se tornasse difícil a defesa contra os europeus, que os capturaram e os transformaram em escravos. O sucesso dos escravizadores pode ter sido resultado da idéia de superioridade que os europeus exerciam sobre eles. Seus metais, apetrechos, deuses e eles próprios podem ter fascinado os indígenas das Canárias e abafaram a resistência. Além disso, os guanchos foram atacados por doenças antes inexistentes para eles. O autor afirma que

*"Cada Éden tem a sua serpente, e esse foi o papel que os europeus desempenharam nas Canárias. Qualquer grupo das sociedades avançadas do Velho Mundo, independente de sua atitude em relação aos guanchos, teria desempenhado o mesmo papel. Não sabemos quando, onde ou como chegaram as primeiras doenças do continente, ou quantos as contraíram e morreram. Tudo o que a história e a ciência nos dizem sobre a epidemiologia das populações isoladas sugere que ondas de doenças novas podem ter atingido os guanchos já no início do século XIV". (Idem, 1993:89).*

O sucesso dos europeus na conquista dessas ilhas – e depois, de vasta parte do mundo – deveu-se ao fato de terem levado consigo algumas formas de vida, sua família ampliada de plantas, animais e microvida. Eles cruzaram as águas em várias direções com uma versão miniaturizada da Europa ocidental. Isso foi crucial para seus êxitos mais tarde e em outros lugares. A chegada dos europeus desencadeou, portanto, fortes oscilações ecológicas

Já Turner (1990) aponta para o fato de que os europeus logo descobriram que os povos nativos adoravam e se deixavam conduzir pela natureza, considerando as pedras e os metais tão ambicionados por eles,

apenas como partes reluzentes de uma ordem maior e cósmica. O autor afirma que

*“(…), não se pode duvidar de que a convicção religiosa estava associada com perspectivas de enormes vantagens materiais. No entanto, o estado da fé cristã era tal que - como nas Cruzadas - os seus portadores não viam qualquer contradição entre as duas coisas. Todos sabiam que alguma forma de recompensa era necessária para atrair os europeus para a obra de propagação da cristandade até as perigosas terras selvagens do planeta. Se havia um certo grau de cinismo oculto nas dobras dessa admissão, ela era aliviada pela crença de que a luz da fé tinha que ser conduzida até as terras das trevas por homens de baixa extração social, para quem o lucro era uma esperança essencial”. (Idem, 1990:155).*

Turner (1990) ainda enfatiza que ao desprezar os povos de outros lugares e seus vínculos com a natureza e com a terra, o europeu perdeu a oportunidade de um renascimento espiritual.

Crosby (1993) afirma que os cruzados – medievais e modernos – eram uma minoria diante de uma grande maioria de povos de culturas muito diferentes e, como não queriam sofrer nenhuma influência destes povos, isolavam-se totalmente, numa vida de clã. Ele afirma que

*“Um pensamento excitava o espírito da tosca e poderosa sociedade que se desenvolvia na Europa - uma idéia composta de idealismo religioso, desejo de aventura e, como se verificou depois, ambição desmedida” (Idem: 1993:61).*

Assim, da mesma forma que os gregos desempenharam papel importante na transição entre a “não natureza” dos primitivos e a “natureza oficialmente reconhecida”, a concepção greco-medieval de natureza começa agora a ser desestruturada por um novo tipo de classe: a burguesia. CARVALHO (1999:39) afirma que

*“O fim da Idade Média Cristã e da sociedade feudal que a Igreja ‘gerenciava’ foi marcado por uma revolução nas concepções sobre o natural e a natureza tão importante quanto aquela promovida pelos gregos e suas cosmologias”.*

A “nova” forma de se ver a natureza é consequência de um novo cenário que surge com a substituição do feudalismo pelo capitalismo – renascimento do comércio e das cidades, desenvolvimento das manufaturas, constituição dos estados nacionais, expansão marítima, colonização das Américas, África e Ásia pelos europeus. CARVALHO (1999:40) afirma que

*“A agudização das contradições entre a Igreja e muitos membros da nobreza, de um lado, e todo o tipo de marginalizados, de outro, pode ser considerada como o fator principal para a derrocada do sistema feudal, já que no confronto dos interesses saíram-se melhor a burguesia e os ‘marginais’ que ela representava”.*

Do renascimento das cidades à expansão marítima passaram-se aproximadamente 500 anos (século XI ao XVI) e a burguesia fortaleceu-se enquanto classe social, expandindo-se por todo o mundo através da expansão marítimo comercial, “europeizando” o mundo. Tudo o que foi produzido ou apropriado pelas sociedades que viriam a se transformar em Europa passou a ter o status de universal. Daí a razão de as concepções de mundo e de natureza serem predominantemente formas europeias de se ver a realidade. A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, esta nova sociedade consolidou-se definitivamente.

A cultura ocidental caracteriza-se pela intencionalidade de dominação mundial. Esse desejo foi claramente expresso através da Igreja, como já foi abordado, que legitimou as potências ibéricas – nos séculos XV e XVI – a lançarem-se à aventura de europeizar o mundo.

Turner (1990), em sua obra já citada, relata a destruição que a colonização da América do Norte provocou, tanto em seus aspectos naturais quanto em sua população nativa. Quando a marcha para oeste parece ter terminado, o cenário que se descortinava era de florestas destruídas, erosão, terras secas e sem vegetação e pequenos bolsões de favelas aborígenes. O autor afirma que

*“Quando o décimo oitavo século já avançara bastante, o bisão da floresta ainda era numeroso nas regiões interiores da costa leste. No entanto, em meados do mesmo século ele se tornara raro e foi finalmente extinto no leste pouco depois da virada do século seguinte. Os caçadores da Pensilvânia completaram o trabalho final de extinção no inverno de 1799-1800”.* (Idem, 1990:248).

Essa busca pelo domínio mundial sempre teve como objetivo dominar e enquadrar tudo ao modelo ocidental de civilização (especialmente os diferentes), seja em nome da cultura cristã, seja em nome da racionalidade científica ou até mesmo em nome da democracia. A ética dessa sociedade, que tem como eixo o poder-dominação, é antropocêntrica. Assim, com o objetivo de alcançar o progresso, prosperidade, crescimento ilimitado de bens

materiais e de serviços, o homem busca a utilização, exploração e potenciação de todas as forças e energias da natureza.

Essa característica fundamental da civilização ocidental moderna (hoje mundializada) ganhou corpo histórico-social na tecnologia. O instrumento científico transformou-se no eixo principal de relacionamento com a natureza. Essa atitude instrumental estabelece, então, uma relação mediatizada com a natureza.

Na sociedade capitalista há o rompimento definitivo de qualquer tentativa de reconciliação do homem com o mundo natural, a natureza torna-se pois uma “máquina” para o fornecimento de mercadorias e depois de matérias primas industriais. Esse período foi chamado de Idade da Revolução Científica e também teve seus ‘porta-vozes’ que se preocupavam em aprofundar seus conhecimentos sobre a natureza. Copérnico, Galileu, Bacon, Descartes, Newton e outros foram alguns dos importantes filósofos dessa era. Neste momento há uma preocupação em explicar o funcionamento matemático da natureza de forma condizente com as exigências de produção econômica da época.

A sociedade, mais precisamente a burguesia, estimulou estes novos filósofos cientistas e assim acabou por estimular também as novas concepções que estavam sendo formuladas. O primeiro grande abalo ocorreu quando Copérnico (1473-1543) defendeu a idéia de que a Terra era mais um astro a girar em torno do Sol, abalando toda a teoria geocêntrica de Aristóteles e Ptolomeu. Kepler (1571-1630) demonstrou que as órbitas dos planetas eram elípticas. E foi com Galileu Galilei (1564-1642) que Copérnico e Kepler acabaram por substituir os antigos. Assim, CARVALHO (1999:44) afirma que

*“A principal obra de Galileu - Diálogo acerca dos dois principais sistemas de mundo - é considerada como o primeiro grande manifesto da ‘nova filosofia’. Lança desafios do começo ao fim, pois, além de ter dedicado o seu Diálogo ao papa, Galileu escreveu-o todo em italiano e não no latim clássico dos eruditos. Com esta obra, Galileu deu forma à sua famosa idéia de que a natureza é um ‘grande livro permanentemente aberto diante dos nossos olhos e escrito em linguagem matemática’”.*

Foi com Descartes (1596-1650) que a fé na religiosidade medieval foi substituída pela fé na ciência e na razão. O método cartesiano virou sinônimo de método científico. Para ele a ciência deveria formular descrições objetivas

da natureza. Esse ideal concretizou-se quando Newton (1642-1727) reuniu todas as idéias desenvolvidas desde Copérnico. CARVALHO (1999:49) afirma que

*“Com Newton, as leis mecânicas necessárias à concretização do ‘mundo máquina’ foram equacionadas e a racionalidade cartesiana teve a sua consagração. Conclui-se, portanto, o período de substituição da antiga imagem de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e religioso, herdado dos gregos e canonizado pelos teólogos da Igreja, por outro, quantitativo, mecânico, infinitamente extenso, ilimitado e dessacralizado”.*

Com a consolidação da sociedade comandada pela burguesia na fase industrial acontece uma nova ‘revolução’ que teve como marco a Teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin (1809-1882). Nesta fase a indústria se consagrou como centro dinâmico das relações sociais e econômicas. Esse final de século XIX e início do século XX teve como cenário a consolidação do capitalismo industrial, a agudização da luta de classes, o antagonismo entre capital e trabalho e o predomínio de idéias liberais calcadas no progresso e na evolução. Diante disso tudo as idéias de ‘mundo máquina e ‘natureza mecânica’ já não são mais suficientes para explicar o mundo, visto que máquina não evolui. Em 1859 Darwin publica sua principal obra – Origem das espécies – que defendia a idéia de uma natureza que evoluía. Essa idéia não era uma novidade, vários outros estudiosos já haviam admitido a existência de uma ‘natureza evolutiva’, mas foi Darwin quem realizou a grande síntese consagradora da mais nova idéia de natureza. CARVALHO (1999:54) afirma que

*“Para a sociedade burguesa de meados do século XIX, nada seria mais conveniente do que a ‘descoberta’ de uma ‘natureza liberal’, isto é, resultante de um lento processo evolutivo, onde na luta pela existência os mais fortes e mais bem adaptados sobreviveriam, ao passo que os mais fracos desapareceriam, através do processo de ‘seleção natural’, como, em síntese, defendia a idéia darwinista”.*

Já na primeira década do século XX Albert Einstein (1879-1955) leva a cabo as investigações sobre o mundo subatômico, fazendo com que todo o arcabouço conceitual e metodológico que servia de base para as concepções de mundo e natureza fossem profundamente abalados. Com essa nova física o que importa são as inter-relações e não as partes que interagem e isso faz com que os modelos de Descartes e Newton tornem-se ultrapassados, visto que

neles as coisas se davam de forma exatamente contrária, ou seja, o comportamento do todo era resultado das características das partes. CARVALHO (1999:74) afirma que

*“(...) não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores que, pelo menos no início de suas pesquisas, ainda tentaram entender o que observavam à luz dos conceitos e modelos já consagrados. Até, evidentemente, perceberem que de Aristóteles a Darwin, passando por Copérnico, Newton e Descartes, de tudo o que foi dito, quase nada se aplicava ou servia para o novo ‘universo’ subatômico”.*

O século XX fez da ciência a lente privilegiada para processar a leitura da natureza. Por um lado, ela ofereceu as ferramentas tecnológicas que permitiram maximizar e otimizar a exploração econômica dos recursos naturais que deveriam atender não só a explosão demográfica, mas também o acelerado processo de industrialização que se alastrou pelo mundo; por outro lado, a ciência hoje é vista por muitos como único meio disponível na tentativa de reverter os estragos que o próprio progresso criou. O efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, o avanço do desmatamento e da desertificação, por exemplo, só foram detectados graças a novas tecnologias que permitem ver e quantificar os danos causados tanto em escala local como global.

Nesse balanço histórico ficou evidente que as definições de natureza não dizem o que ela era e é abstratamente, mas sim o que ela havia sido e continua sendo para o homem em cada um dos momentos históricos. E da mesma forma que a história do homem não se encerrou, a história da natureza também não; novas explicações surgirão para renovar ou ultrapassar as concepções que perderam sentido. CARVALHO (1999:61) afirma que

*“Produzir idéias, concepções, modos de vida, hábitos de convivência, ou, numa palavra, produzir cultura, faz parte da natureza do homem. Neste sentido é natural que a natureza também mude, toda vez que, a partir da adoção de novas regras de convivência social, as pessoas sejam capazes de produzir novas culturas e, portanto, novas concepções do mundo e de sua natureza”.*

Esse rápido balanço procurou mostrar como a natureza foi sendo representada em alguns momentos históricos marcantes na formação da cultura ocidental. Tentamos mostrar que o conceito de natureza passou por um processo de representação dinâmico e mutável, obedecendo à própria dinâmica da história e das sociedades.

## 2.2. Natureza e paraíso

Até agora mostramos uma vertente do pensamento ocidental que concebe a natureza por seu viés negativo e utilitarista. No entanto, vários autores também já ressaltaram que, paralelamente a essa concepção e mesmo de forma contraditória, se desenvolve outra, que projeta para a natureza todos os significados atribuídos ao Paraíso. Paradoxalmente, essa visão positiva também tem suas raízes na religião católica, particularmente na alegoria sobre a Terra Prometida.

A comemoração dos 500 anos de descoberta da América propiciou a elaboração de uma série enorme de produções historiográficas que procuraram analisar o componente “maravilhoso” que acompanhou o povo ibérico em suas conquistas sobre o mundo. As Cruzadas, por exemplo, foram alimentadas pelas descrições que Marco Pólo havia feito sobre o Oriente, dando a impressão de que o Paraíso havia sido alcançado.

A descoberta da América, no entanto, fez com que o eixo dessa representação mudasse geograficamente, tornando possível uma velha interpretação da Bíblia: antes do pecado, o Paraíso estava na própria Terra. Com os sucessivos abusos humanos, Deus havia mandado o Dilúvio como castigo, separando a terra do Paraíso através de mares intransponíveis. O Paraíso, assim, poderia estar em qualquer lugar além do oceano e não em uma terra contígua da Europa.

O desenvolvimento da navegação de longas distâncias, já no final do século XV, trazia, pois, não só a possibilidade de abertura de novas rotas comerciais com povos já conhecidos, mas também a possibilidade de reconquistar o Paraíso perdido. TEIXEIRA LEITE (1996:34) afirma que

*“A última década do século XV e as primeiras do século XVI presenciaram, a par de uma revolução sem precedentes no campo dos conhecimentos geográficos, da navegação marítima e da cartografia, o primeiro e mais durável contato com ampla escala entre os europeus e os habitantes de regiões remotas da Ásia, África e América. (...) Não obstante tais desenvolvimentos, ainda por muito tempo continuaria prevalecendo na Europa, com relação ao Novo Mundo (e não somente entre o povo miúdo, mas também entre homens da ciência), certa visão fantasiosa que, para muito além do que os olhos podiam ver ou a razão admitir, alimentava-se de narrativas extravagantes de viagens imaginárias ou sobrenaturais (...) Nessas*

*regiões maravilhosas ora estaria situado o Paraíso terrestre, com seus campos fertilíssimos, um clima de perene primavera, a Fonte da Juventude, a Árvore do Bem e do Mal e o grande rio dividido em quatro braços, ora a terra inóspita, despovoada ou, pior, habitada por seres disformes ou monstruosos (...)*”

Mas antes que as viagens marítimas pudessem se efetivar foi necessária uma mudança de mentalidade, isto é, uma nova leitura sobre o próprio mar. O historiador Alain Corbin mostra, num livro clássico sobre representações marítimas (1989), como na Antigüidade e na Idade Média o mar era representado como “recipiente abissal de restos do dilúvio”. Essa era uma leitura religiosa que marcava o mar opor sua negatividade. Segundo o autor

*“Esse elemento indomável manifesta o inacabamento da Criação. O oceano constitui a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para tornar-se criada, de que lhe fosse imposta uma forma. Esse reino do inacabado, vibrante e vago prolongamento do caos, simboliza a desordem anterior à civilização. A convicção sugere que já nos tempos pré-diluvianos o oceano irascível era contido com dificuldade em seus limites. Ele inspira ao mesmo tempo uma profunda repulsa, pois a época clássica parece ignorar a tentação do retorno ao ventre criador, o desejo de absorção que atormentará os românticos” (Idem. 1989:12).*

Um dos primeiros indicadores dessa mudança de mentalidade são os relatos hagiográficos, ou as biografias dos santos, nos quais se enaltece a travessia marítima como uma prova de fé. Nesses relatos, o próprio mar é descrito como cenário fabuloso de riquezas e repleto de ilhas paradisíacas.

Na Idade Média fortaleceu-se a crença que associava o paraíso às ilhas embora, num primeiro momento, elas só estivessem ao alcance dos santos após sua viagem redentora. O historiador Jean Delumeau (1992), descreve a importância das ilhas paradisíacas no imaginário europeu como impulsionadora dos conhecimentos marítimos que possibilitaram um pouco mais tarde a era das grandes navegações. Nesse livro ele também destaca a importância das ilhas como cenário das utopias, pois nesses espaços os europeus projetavam uma vida de riqueza, de justiça, de paz e ócio, enfim, como espaço que negava a vida social tal como ela era vivida nas terras européias.

Um segundo momento importante dessa mudança de mentalidade é representado por aquilo que Corbin chama de “teologia natural”, ou seja, um

conjunto de idéias religiosas que atribuem à natureza o status de “espetáculo”. A beleza da natureza atesta o poder e a bondade do Criador e sua perfeição reside nas leis fixas, mas invisíveis que o homem, através da razão também doada por Deus, devem desvendar. CORBIN (1989:35) afirma que

*“A teologia natural apóia-se na edificação. O homem deve tornar-se o leitor piedoso do livro de Deus. É para que ele glorifique o poder e a bondade divinos que o Criador lhe concedeu cinco sentidos. Os físico-teólogos enaltecem a observação empírica; a própria existência de Deus garante, com efeito, a inteligibilidade de sua obra. O Criador aprecia o sábio empenhado em discernir a significação religiosa da economia da natureza. Uma tal visão do mundo suscita uma abordagem científica que visa o inventário da Criação.”*

Corbin (1989) ressalta que a teologia natural implicou, ao mesmo tempo, em uma educação do olhar, uma mudança de sensibilidade e uma acentuação do poder de observação, pois somente através dessas mudanças seria possível inventariar e catalogar a natureza e descobrir nela o espetáculo divino. Percebe-se, nesse momento, que a própria religião endossava os desenvolvimentos científicos.

O palco dessas novas mudanças foi propiciado justamente pelas novas terras descobertas, particularmente a América, com sua natureza exuberante.

Segundo Delumeau (1992), desde o fim da Idade Média, o Paraíso era representado como lugar separado do resto de um mundo infeliz e pecador; lugar de ócio e, portanto, afastado das cidades e do trabalho em geral.

A descoberta da América significou uma reatualização do mito do Paraíso, fazendo com que representações negativas sobre a natureza fossem matizadas por representações positivas.

Muitos foram os cronistas que se deleitaram com a natureza estranha, inédita, exuberante. A própria carta de Caminha é testemunha da prodigalidade das terras brasileiras, retomando na sua descrição a fartura que caracteriza o Paraíso. Mas ele não foi a única vítima do deslumbramento. DELUMEAU (1992) exemplifica com uma carta de Américo Vespúcio sobre o reconhecimento das costas do Suriname e do Brasil, na qual o navegador retoma todos os lugares comuns da literatura paradisíaca herdada da Idade Média:

*“(…) a terra americana, coberta de árvores em número infinito e altíssimas, que não perdem as folhas, espalham odores suaves e aromáticos, estão*

*carregadas de frutos saborosos e bons para a saúde do corpo; os campos de erva densa que estão repletos de flores maravilhosas pelo perfume delicioso que espalham; a imensa multidão dos pássaros de espécies variadas, cujas plumagens, as cores e os cantos desafiam toda a descrição”. E acrescenta o navegador: Pensava comigo estar junto do paraíso terrestre”. (Op.Cit.:135)*

Tzvetan Todorov afirmou, em um livro já clássico, que a descoberta da América significou também um encontro paradigmático porque houve um sentido radical de estranheza: “Os homens descobriram a totalidade de que faziam parte. Até então, formavam uma parte sem todo”. (1993:06). Todorov referia-se ao encontro dos europeus com os indígenas americanos, fato que possibilitou no imaginário europeu duas leituras discrepantes: por um lado, como já vimos, houve uma leitura depreciativa, que via o índio pelo viés de seu estado natural bruto, bestial, demoníaco, inferior e passível de escravização. Por outro lado, e por parte principalmente de missionários religiosos e filósofos, houve uma leitura positiva, que procurou realçar nos índios a falta de vícios, a espontaneidade, a pureza original. O índio, assim idealizado, muitas vezes serviu de contraponto para a crítica que muitos europeus faziam de sua própria civilização, representada como artificial, injusta e desumana.

Essa crítica será mais fortemente desenvolvida no Iluminismo e, principalmente, no Romantismo. Nesse período haverá uma valorização marcante da natureza exótica e distante, e o índio, enaltecido por sua pureza original, terá um lugar de destaque notadamente nas obras literárias de ficção.

Novamente, a retomada do ser indígena servirá como crítica ao mundo civilizado e sua máscara. De Montaigne a Rousseau a comparação entre o selvagem e o civilizado se processava em termos de avaliar qual era o mais autêntico ou o mais bárbaro. Rousseau, especialmente, criticou com veemência a hipocrisia das convenções polidas da civilidade em favor da espontaneidade e naturalidade do “bom selvagem”, que representava a infância perdida da humanidade.

Vale destacar que essa vertente rousseauniana permanece viva até hoje, e pode ser detectada em muitos discursos de ongs ambientalistas e indígenas e principalmente como um dos componentes do imaginário popular.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de ressaltar dois aspectos que são fundamentais no prosseguimento deste trabalho. Em primeiro lugar, o balanço historiográfico permite perceber que, no mundo ocidental, a dicotomia

entre natureza e cultura é estrutural e foi sendo cada vez mais acentuada a partir da própria diferenciação social que germinou em determinados agrupamentos humanos. Apesar disso, tanto a visão negativa como a visão positiva sobre a natureza são heranças históricas que permanecem até hoje, variando apenas a intensidade com que uma se sobrepõe à outra em determinados momentos.

Daí deriva um segundo aspecto importante: a valorização da natureza se dá em momentos de crítica ao mundo civilizado e quando aparentemente se percebe uma saturação ou incerteza diante dos rumos que a civilização ou o progresso estão tomando. Foi assim durante o período das grandes descobertas marítimas e as incertezas do renascimento, foi assim no período das grandes revoluções e as incertezas do nascente mundo industrial e foi assim, finalmente, em meados do século XX, quando o impacto da II Guerra e o rápido desenvolvimento criaram oportunidades para que o movimento de contracultura e o movimento ambientalista germinassem. Isso é o que veremos no próximo capítulo.

### 3. CONTRACULTURA E MOVIMENTO AMBIENTALISTA

#### 3.1. A contracultura

Por volta dos anos 60 do século XX surge entre os jovens das camadas médias urbanas um movimento social baseado na crítica aos valores centrais da cultura ocidental. Os meios de comunicação passaram a chamar esse movimento de contracultura. Era uma nova forma de contestação social, de carácter libertário e bem diferente dos tradicionais movimentos organizados pela esquerda, ou seja, até a forma de se fazer oposição não era a mesma. Houve uma recusa fundamental e explícita de alguns dos valores mais sagrados e prezados pela cultura ocidental.

Esse novo movimento de contestação teve como núcleo central a juventude branca de camadas médias de países da Europa Ocidental e Estados Unidos. PEREIRA (1992:23) afirma que

*“era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, rejeitava esta mesma cultura de dentro. E mais. Rejeitavam-se não apenas os valores estabelecidos mas, basicamente, a estrutura de pensamento que prevalecia nas sociedades ocidentais”.*

As contestações aconteciam no espaço privado das famílias, nas escolas, nos campus universitários, nas músicas, nas movimentações de rua, nos grandes movimentos sociais. Esse poder jovem foi também capaz de estabelecer alianças com grupos muito divergentes, fazendo com que o movimento fosse algo que incomodasse a ordem vigente, deixando de ser vista apenas como um conjunto de manifestações culturais novas e superficiais.

A racionalidade ocidental foi fortemente questionada e repudiada. Buscava-se um “mundo alternativo”, onde fossem criadas novas formas de se relacionar com o mundo e com as pessoas, através do abandono de todos os pensamentos da cultura dominante; era a busca de um profundo rompimento do status quo. Os principais alvos de críticas feitas pela contracultura eram a sociedade tecnocrática, que valorizava os aspectos técnicos-rationais em detrimento dos aspectos sociais e humanos, o conhecimento científico, baseado na objetividade, e o sistema massificante e repressivo alicerçado no consumo. PEREIRA (1992:16) resume assim o sentimento da época

*“A contracultura foi certamente propiciada pelas próprias doenças de nossa cultura tradicional. Tais doenças condicionaram seu surgimento, como um antídoto ou anticorpo, necessário à preservação de um mínimo de saúde existencial, que passou a ser socialmente exigido pelo próprio instinto de sobrevivência de nossa vida em comum. (...) A origem dessa doença perde-se na noite dos tempos: ela não depende apenas das maneiras que os homens organizaram sua sobrevivência material ou suas relações familiares; antes, suas formas mórbidas – dinheiro, exploração, autoritarismo etc. – são suas conseqüências ou sintomas, ou ainda melhor: são ela própria, no nível da experiência coletiva concreta”.*

Pereira (1992) afirma que falar de contracultura é falar dos Estados Unidos. Embora seja importante o papel que a Europa tenha desempenhado, foi nos Estados Unidos que ela nasceu. A juventude americana presenciou no pós-guerra o desenvolvimento de uma educação liberal que legitimava os espaços de questionamento e reivindicação. Os campi universitários eram um exemplo disso, e nestes locais reforçava-se a idéia de identidade grupal. Aliado a isso houve um incremento dos meios de comunicação, divulgando novos padrões de comportamento e aproximando realidades antes distantes. Além disso, a juventude americana, ao contrário da européia, que possuía uma tradição de luta política de esquerda bastante institucionalizada, sentia-se estimulada pela presença de grupos de minorias étnicas e culturais sem

espaços institucionais para suas atuações políticas, como sindicatos ou partidos. Dessa forma essa juventude buscava novas formas de contestação, menos políticas, porém mais inovadoras e radicais.

A contracultura concretizou-se em diferentes campos. Entre eles o das Artes, principalmente através da música, mais especificamente o rock, que foi um dos principais veículos dessa nova cultura que despontava nas sociedades avançadas. Um outro campo em que a contracultura esteve presente foi no da organização social, que valorizava a vida comunitária na cidade ou no campo enfatizada pelo movimento hippie.

A descrença na sociedade industrial que tomou conta principalmente da sociedade americana foi marcada por protestos com caráter de não violência. O final dos anos 50 e início dos anos 60 foi marcado por grandes marchas pacifistas contra a guerra e pelos direitos dos cidadãos. Essa agitação político cultural de caráter novo foi capaz de reunir grupos muito diferentes como hippies, negros e estudantes que viriam a formar uma nova esquerda.

As culturas jovens dos anos 60 eram sensíveis a qualquer movimento de grupos étnicos ou culturais excluídos pela sociedade ocidental. PEREIRA (1992:42) afirma que

*“o tipo de luta que estes grupos se viam obrigados a levar adiante - fora dos espaços políticos tradicionais e, portanto, tendo que se valer de um alto grau de inventividade - os aproximava da utopia revolucionária daquela juventude que, por suas idéias e também pela posição naquela mesma sociedade, se via na contingência de ter que buscar saídas alternativas para expressar seu descontentamento e fazer valer suas crenças e sua voz”.*

Os anos 60 foram invadidos por uma grande onda de otimismo e esperança no presente ou num futuro bem próximo. O slogan da época era “paz e amor”, grande filosofia do movimento hippie que marcou esta época. Este movimento tentava inventar novas formas de viver; surgem inúmeras comunidades agrícolas como forma de organização econômica comunal, que para eles significava um retorno à natureza. O misticismo, principalmente aquele marcado pelo orientalismo, também esteve muito presente entre os hippies e no interior da contracultura em geral. O psicodelismo das drogas era também uma forma de descobrir uma nova forma de se viver. PEREIRA (1992:86) afirma que

*“o homem novo que a contracultura tentava construir pressupunha efetivamente um novo modo de conceber e de se relacionar com o mundo à sua volta, nas mais diferentes áreas do seu cotidiano, exigindo portanto o surgimento de uma nova consciência ou de uma ‘nova sensibilidade’”.*

Cabe ressaltar que o movimento de contracultura via a sociedade industrializada e consumista como um corpo doente porque o desenvolvimento havia privilegiado o artificialismo . Daí a valorização da natureza, da saúde e também o interesse por outros grupos étnicos que construíram outras alternativas de relações sociais e de relações com o mundo natural e sobrenatural.

Foi a propagação do movimento de contracultura que possibilitou o surgimento ou o fortalecimento de vários movimentos sociais, dentre os quais o movimento ambientalista.

### **3.2. O movimento ambientalista**

Fazendo-se um cronograma do movimento ambientalista pode-se dizer que ele surgiu a partir dos anos 50, embora, muito antes disso, idéias ecológicas já houvessem germinado, como por exemplo, algumas ações relativas à poluição e à conservação das espécies desencadeadas na Europa e América do Norte em meados do século XIX. De acordo com Leis & D’Amato (1998), o surgimento do ambientalismo nos anos 50 foi registrado na comunidade científica. Alguns fatos relevantes marcaram essa emergência, como a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) em 1948 e a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, em 1949.

A partir dos anos 60 deu-se o ingresso de grupos e organizações não-governamentais (ONGs) nesse movimento. Em 1961 foi criada a primeira ONG ambiental de espectro mundial, o Fundo para a Vida Selvagem (WWF). Assim, nos anos 70 o ambientalismo não governamental encontra-se institucionalizado nas sociedades americanas e européias.

Segundo o esquema feito por Leis & D’Amato (1998), nos anos 70 surgiu a preocupação dos atores políticos e estatais em relação aos problemas ambientais. Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo e ainda nessa

década surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Na década seguinte os partidos verdes já possuíam expressivos papéis e o sistema político da maioria das democracias ocidentais encontravam-se em fase de institucionalização das questões ambientais.

E então nos anos 80 a preocupação estendeu-se também entre os atores econômicos. Os autores afirmam que nos anos 90 o ambientalismo encontrava-se projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado.

Dentre todos os tratados e convenções internacionais firmadas nas últimas décadas acerca das questões ambientais, destacam-se três importantes marcos na constituição e fortalecimento das instituições do movimento ambientalista internacional: a Conferência de Estocolmo, o Relatório Brundtland e a Conferência do Rio. A Conferência de Estocolmo, em 1972, representou a primeira grande tentativa de aliciar os países em desenvolvimento para a discussão internacional sobre as questões ambientais. O Relatório Brundtland apresentava em 1987 o relatório NOSSO FUTURO COMUM, adotando e promulgando o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Já a Conferência do Rio, realizada em 1992, foi a maior reunião de líderes mundiais até então promovida, com a expectativa principal de colocar o “planeta nos trilhos” do desenvolvimento sustentável no século XXI (Agenda 21).

Há muitas versões do discurso ambientalista e dos movimentos sociais a ele associados e suas alianças vão desde as grandes corporações multinacionais até o movimento popular e sindical. Ribeiro (1991:65) afirma que “o ambientalismo é, hoje, um interlocutor aceito pelos principais participantes do campo da discussão sobre desenvolvimento (Estados, agências multilaterais e bilaterais, empresários, ONGs, movimentos sociais)”.

O ambientalismo, mesmo com a participação dos três grupos de atores (sociedade civil, Estado e mercado), é marcado significativamente por um discurso que critica o atual modelo desenvolvimentista. VIOLA & LEIS (1991:37) afirmam que

*“o enfoque ecologista é produto de uma crítica profunda da dinâmica da sociedade industrial nos últimos dois séculos, e está baseado num sistema de valores pós-materialista que concebe o desenvolvimento humano com uma*

*combinação harmoniosa de desenvolvimento material (para fora) e espiritual (para dentro)”.*

Por isso mesmo, há dentro do ambientalismo, uma vertente que privilegia a dimensão ética. Leis & D’Amato (1998:83) afirmam que “a crise ecológica (pensada inclusive sem catastrofismos) não tem alternativas realistas fora de um ambientalismo sustentado numa ética complexa e multidimensional que recupere o sentido da fraternidade, o sentido espiritual da vida social e natural”.

Leis (1996) aponta para a necessidade de uma interação do ambientalismo dos três setores (sociedade civil, Estado e mercado) com um outro setor comprometido com valores espirituais, para que possa efetivamente transformar-se num movimento vital (ético). Ele aponta para o maniqueísmo existente dentro do ambientalismo, onde de um lado ficaria o espectro do biocentrismo, do preservacionismo, do retorno à natureza, e do outro, o espectro do antropocentrismo, do utilitarismo, da “conquista” da natureza, produzindo polarizações não recomendáveis para se chegar num movimento vital. Toda a bibliografia lida sobre os movimentos ambientalistas evidencia que essa polarização reflete a dicotomia histórico-estrutural inerente ao próprio pensamento ocidental, como foi visto no capítulo 1 dessa dissertação. Segundo LEIS (1996)

*“tal maniqueísmo não é compatível com o sentido principal do ambientalismo de servir, não como fator de oposição, mas de convergência e superação das polaridades existentes na nossa civilização (autênticas raízes da crise ambiental)” (Idem,1996:121).*

Para esse autor, a superação dessa dicotomia só será possível se deixarmos de privilegiar estritamente ora a dimensão romântica, ora a dimensão técnica, e encararmos a questão ambiental por um prisma ético. Por isso Leis (1996) faz uma abordagem das vertentes da Ética Ecológica. Para isso ele estabelece dois tipos de relações: do homem com a sociedade e do homem com a natureza. A relação do homem com a sociedade será igualitária (integração igualitária dos indivíduos na sociedade) ou individualista (prioridade ético-ontológica do indivíduo e, portanto, maior distância estratégica entre indivíduo e sociedade). A relação do homem com a natureza será antropocêntrica (defesa de valores e atitudes que estabeleçam uma maior

distância estratégica entre o homem e a natureza) ou biocêntrica (defesa de uma maior igualdade entre homem e natureza). Fazendo-se o cruzamento das duas relações (homem/sociedade e homem/natureza) chega-se ao amplo espectro das vertentes da Ética Ecológica.

Quadro 1 – Vertentes da Ética Ecológica

Relação Homem- Sociedade	Relação Homem- Natureza	Princípio de exclusão: Antropocentrismo	Princípio de inclusão: Biocentrismo
Princípio de inclusão: Comunitarismo (ou Coletivismo)		“beta”	“delta”
Princípio de exclusão: Individualismo		“alfa”	“gama”

“ômega”

FONTE: LEIS (1996)

A vertente “alfa” não demanda nenhuma revolução ética dentro do ambientalismo e é representada por atores dominantes do sistema econômico e político; é uma vertente neoliberal e neoconservadora. O ambientalismo surge para esses atores através de um interesse egoísta de autopreservação. Nesta vertente seria muito difícil encontrar atores com algum tipo de “vocação” para o ambientalismo

A vertente “beta” manifesta uma visão mais comunitária. Os atores aí incluídos não reconhecem a necessidade de se criar uma ética ecológica (como acontecerá na vertente biocêntrica), mas possuem anseios de mudar todos os valores associados ao individualismo. A sua crítica atinge o capitalismo, a economia de escala hipertecnológica, a racionalidade instrumental, o sistema patriarcal, as hierarquias, as desigualdades entre os seres humanos. A relação homem-sociedade é aqui mais importante do que a relação homem-natureza.

A vertente “gama” avança em direção ao biocentrismo, não se interessando pela problemática social. Pretende-se aqui constituir uma ética ecológica muito forte. A vocação para o ambientalismo pode ser encontrada em agentes que pertençam a esta vertente, não dizendo aqui que estes possuem a fórmula correta para o ambientalismo, mesmo porque eles não abordam outros aspectos relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade. “Beta” e “gama” desenvolvem-se, portanto, por matizes diferentes, a partir do significado e do peso que atribuem ao social ou ao natural em suas propostas.

A vertente “delta” vai de encontro com os princípios de “alfa”. Segundo Leis, “delta é uma vertente fortemente espiritualizada e utópica da ética ecológica, muito próxima de uma cosmovisão pré-moderna, em contraste com as outras que sintonizam claramente com a época moderna” (pag.129). Para ele, “delta” não tem chances de projetar-se no atual contexto civilizatório, visto que para a sua aplicação exigiria de nós “esforços franciscanos”. Aqui chega a ser até difícil afirmar a probabilidade de existência de uma vocação estrita para o ambientalismo, sendo talvez mais fácil constatar uma vocação eminentemente espiritual.

“Ômega” não é considerada uma outra vertente, mas sim o ponto de equilíbrio e integração entre todos os anteriores. Para Leis, “ômega” representa a consciência do único e duplo caminho evolutivo da humanidade, ou seja, o caminho de evolução material e espiritual.

Leis (1996) afirma que as vertentes “alfa”, “beta” e “gama” encontram na ciência argumentos válidos para se apoiarem, embora a ética ecológica aponte para um sentido contrário ao positivismo das ciências. Segundo ele, a ética ecológica não poderia se expandir afirmando valores anticientíficos, mas a humanidade tem a ciência que corresponde à sua condição civilizatória e não vice-versa.

Leis propõe um caminho para o ambientalismo onde todas as vertentes que ele expõe são necessárias e devem estar presentes em todos os setores do ambientalismo: científico, social (ou não-governamental), político, econômico e religioso. Ele não descarta a importância da ciência, porém propõe uma “despositivização” dela, por meio de um equilíbrio entre inteligência e intuição e entre matéria e espírito.

O ecologismo, porém, não se resume apenas na crítica quanto ao modelo de desenvolvimento; em sua complexidade existem outras vertentes, desde aquela que deseja recuperar o ambiente sem alterar o sistema capitalista (ambientalismo conservacionista) até esse já mencionado, que não vê outra saída senão a de abandonar por completo o atual modelo de desenvolvimento baseado no consumismo.

A preocupação dos organismos internacionais em relação ao meio ambiente, por exemplo, sempre foi a de produzir uma estratégia de “gestão” que interligasse preservação com desenvolvimento. Dentro desse modelo produtivista torna-se imprescindível preservar o patrimônio natural, visto que esse tornou-se um bem (quase) contábil. O apelo ao bem estar da humanidade torna-se, assim, mais um pretexto aos objetivos do crescimento econômico e acumulação capitalista.

É importante lembrar que o ambientalismo foi gerado no centro do sistema econômico e político mundial. Os países que há mais tempo veiculam propostas ambientalistas são Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos. Países em desenvolvimento não possuiriam, por sua vez, essa mesma história, passando há pouco tempo a enveredar-se por esse caminho devido às pressões internacionais (o Brasil encontra-se neste grupo). Nesse momento coloca-se então a discussão sobre a internacionalização ou “globalização” dos problemas ambientais, havendo uma polarização entre os países do Primeiro Mundo, que financiam os projetos e reivindicam o “direito” (questionado) de intervir nas políticas ambientais globais, e o Terceiro Mundo visto como possuidor de bens naturais (e matérias primas) a serem preservados por esses financiamentos. Sobre isto RIBEIRO (1991:73) afirma que:

*“(...)uma rápida difusão do ambientalismo é o fato de que várias de suas temáticas e formas organizativas permitem se aproximar de uma problemática cada vez mais candente gerada dentro da chamada ‘nova ordem econômica internacional’, uma ordem promotora de uma intensa transnacionalização econômica, política e cultural que ameaça uma noção altamente cara aos Estados-Nações, a de soberania.”*

Assim, como consequência dos processos de globalização econômica e tecnológica verifica-se também a globalização das questões ambientais, o que põe em xeque o tema da soberania nacional. As questões ambientais não mais se restringem a espaços locais ou regionais, assumindo agora um espaço

transnacional, planetário. E nesse sentido, é importante mencionar o importante papel que as ONGs, principalmente as transnacionais, vêm desempenhando. Segundo Scherer-Warren (1999), os movimentos ambientalistas estão exercendo um papel muito importante dentro das políticas públicas, na medida em que tiveram um crescimento mais significativo em relação ao crescimento de outros movimentos, tais como o de Direitos Humanos, Direito das Mulheres, etc.

De acordo com Scherer-Warren (1999), os atores ambientalistas representantes da sociedade civil, suas organizações e suas atuações políticas podem ser enquadrados em:

–ONGs – Organizações Não-Governamentais: organismos privados com fins públicos, sem fins lucrativos e com alguma participação voluntária. As ONGs ambientalistas fazem articulações políticas translocais e transnacionais. O Greenpeace é um exemplo de ONG que possui atuação transnacional, já a Fundação Mata Atlântica atua nacionalmente, e a FUCOMA por exemplo, da qual trataremos mais adiante, que atua em nível local;

–OIGs – Organizações Intergovernamentais: são criadas através de acordos formais entre Estados-Nação, mas não atendem apenas a interesses estatais, contando também com a participação de atores da sociedade civil. No caso a Unced (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) organiza conferências internacionais e serve de mediadora entre as ações governamentais e a sociedade civil;

–MECs – Movimentos Ecologistas Comunitários: são formados através da união de diversos atores para tratarem de algum problema socioambiental local, porém esse movimento pode ter repercussões transnacionais e tornar-se símbolo de alguma luta ecologista. Como exemplo tem-se o Movimento dos Seringueiros na Amazônia;

–MENs – Movimentos Ecologistas Nacionais: são formados pelas articulações entre ONGs, movimentos ambientalistas e cidadãos, isso numa escala nacional;

–METs – Movimentos Ecologistas Transnacionais: refere-se às redes transnacionais que se mobilizam para fazer pressão em torno de alguma

tragédia ou problema ambiental que requer ação imediata, ou então quando ocorrem mobilizações em torno de Conferências Internacionais.

Para Scherer-Warren (1999), uma significativa característica das ONGs é tentar conectar o conhecimento científico com a ética ecológica e com a prática política, reconhecendo, porém, que não é nada fácil realizar essa conexão. A autora indica onde os atores sociais ambientalistas podem atuar nas políticas públicas: através de parcerias com o poder público em conselhos, câmaras e fóruns; através de pressões institucionais feitas a parlamentares e governantes para que se mude a legislação sobre meio-ambiente ou para que haja priorização de agendas nas conferências internacionais; através de formação de opinião pública, organizando eventos, protestando contra problemas relacionados a meio ambiente e difundindo a ética ecológica na mídia e em outros órgãos alternativos; e, finalmente, através da vigília cidadã, onde os próprios cidadãos fiscalizam as políticas públicas e fazem cobranças em relação à legislação ambiental.

Apesar de as discussões do ambientalismo em torno de uma visão ética e espiritual estarem crescendo e tomando corpo na bibliografia, na opinião pública e nos movimentos sociais, não resta dúvida de que o desenvolvimento, enquanto ideologia que tem como espinha dorsal o domínio tecnológico, bate de frente com esse ambientalismo ético. O ecologismo de base científica, orientado em termos de diagnóstico e de prospecção de alternativas, cuja ação é dirigida a influenciar decisões em diversos níveis, vem ocupando mais espaço na prática talvez devido ao início de uma superação do antagonismo estabelecido entre ecologia e economia.

Outro aspecto determinante na história do ambientalismo, segundo Barros (1996) foi a ascensão de perspectivas que visavam superar a relação de antagonismo ou de exclusão que se estabeleceu inicialmente entre ecologia e economia. Segundo Barros (1996), “apesar do maior reconhecimento das diversas situações de insustentabilidade, tal fato deixou de implicar a rejeição do ideal de desenvolvimento, como pretendiam perspectivas românticas e fundamentalistas”. Apesar de várias organizações ambientalistas atuarem no campo ético, a dimensão econômica da política está cada vez mais sendo privilegiada para as pretendidas mudanças de comportamento.

O ambientalismo enquanto interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista vem ganhando mais espaço no contexto atual do que o ambientalismo sob a perspectiva de “forma alternativa de conduzir a humanidade”. Apesar disso, as discussões (e muito da bibliografia) ainda estão bem ligadas num ambientalismo pós-materialista, onde as alternativas de sustentabilidade baseiam-se em abandono do modelo atual e não em mudanças de aspectos.

### **3.3. O movimento ambientalista no Brasil**

No Brasil, a preocupação com a degradação ambiental esteve mesclada com os diferentes projetos políticos que foram construídos para a nação. Na grande maioria das vezes, essa preocupação estava implícita, embutida numa crítica à ordem e à forma de exploração econômica vigentes.

Sabemos que o Brasil, desde o seu descobrimento, foi exaltado por sua natureza exuberante, diversificada, fértil e dadivosa. Essa natureza com seus bens “infindáveis” foi aos poucos sendo representada por cronistas, viajantes e artistas, como sendo uma marca de nossa identidade. DIAS (1995:131) afirma que

*<sup>2</sup> Pode-se dizer que, quando da descoberta do Brasil, afirmaram-se dois olhares sobre as novas terras - um olhar renascentista (a visão do Paraíso) e outro mercantilista, nos quais a natureza constitui a referência chave. A partir desse elemento primordial, humanistas e mercantilistas construíram suas imagens sobre a nova terra.<sup>2</sup>*

Entre os cronistas são fartas as referências à essência paradisíaca da natureza brasileira. Até mesmo os cronistas mais pragmáticos e preocupados com a utilidade econômica e política da terra descoberta manifestam a admiração diante da diversidade de nossa fauna e flora, e também diante de nossa diversidade étnica. DIAS (1995:132) afirma que

*“A imagem de natureza construída pelos humanistas nos primeiros tempos da colonização, com os seus mitos edênicos, logo vai sendo suplantada, e outro mito vai sendo erigido - o de uma natureza inesgotável. O ganho imediato, preocupação mercantilista, vai tomando espaço e se legitimando através desse mito”.*

É interessante observar, segundo Dias (1995), como ficou enraizada na cultura brasileira essa tradição da retórica louvatória da natureza herdada dos primeiros colonizadores, tanto renascentistas como mercantilistas. Os primeiros fizeram uma celebração retórica, os últimos mostraram a realidade da devastação dessa mesma natureza contada em prosa e verso. Ambas sobreviveram durante o processo de colonização, mesmo quando se constata o projeto de exploração predatória da natureza aqui ocorrida.

Entretanto, mesmo em épocas de deleite, não faltaram vozes que, já no período colonial, denunciaram a forma de exploração dos recursos naturais bem como o impacto que algumas atividades econômicas causavam nesses recursos. Essas primeiras vozes procuravam explicitar uma oposição política ao colonialismo e, mais explicitamente, uma crítica à destrutividade do sistema de exploração econômica dos portugueses. Ferlini (1985:11) , por exemplo, afirma que já em 1660 a destruição da Mata Atlântica provocou uma primeira representação da Câmara de Salvador ao Rei sobre o prejuízo causado pela proliferação de engenhos, já que a cana era a devoradora de matas densas e das terras férteis, além da necessidade que existia de lenha para as fornalhas. Também Antonil, que cantara as “grandezas do Brasil” já havia alertado, em 1618, que a cana de açúcar exauria rapidamente as potencialidades dos solos e alertava que “por isso não se há de pretender da terra, nem da soca, mais do que se pode dar” (Idem).

Ao tornar-se independente, o Brasil contou com a figura de José Bonifácio para a formulação de um projeto político para o novo país. Ao assumir a chefia do primeiro governo, Bonifácio tinha em mente a possibilidade de utilização racional das imensas riquezas naturais que o país dispunha. PÁDUA (1987:30) afirma que

*“sua concepção de natureza não era a de algo a ser contemplado e preservado em sua pureza original, mas a de um recurso básico a ser utilizado para o desenvolvimento social e material. O que o irritava profundamente, porém, era o mau uso e o desperdício desse recurso, causado pela má organização da produção e pela ignorância das leis naturais”.*

José Bonifácio não via antagonismo entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente, desde que a utilização dos recursos naturais

não fosse predatória, mas sim “racional” – de exploração organizada –, o que implicaria num novo relacionamento com a terra.

A crítica do relacionamento com a natureza no Brasil reaparecerá no grupo de pensadores que podem ser considerados herdeiros intelectuais de Bonifácio, merecendo destaque Joaquim Nabuco. Esse grupo pregava reformas sociais bastante avançadas, com o objetivo de combater os mesmos males que Bonifácio já havia apontado: escravismo, latifúndio improdutivo, heterogeneidade social etc. Assim, em 1883, Joaquim Nabuco diagnosticou que a situação ambiental do Brasil era das mais desalentadoras. Pádua (1997) afirma que nesse diagnóstico, Nabuco falava do esgotamento da fertilidade dos solos no Rio de Janeiro, da decadência das antigas monoculturas no Nordeste e do aumento do flagelo da seca, além da ganância da indústria extrativista na Amazônia. Abolicionista, Nabuco abordou também a relação entre o meio ambiente e a escravidão, afirmando que “onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta suas tendas deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proprietários nômades”.

O problema da destruição da natureza se coloca nesse contexto, assim como já se colocava para Bonifácio, não como consequência do crescimento industrial moderno, mas justamente como falta dessa modernização. Para Nabuco, o avanço capitalista era sinônimo de eficiência e uso “correto” dos recursos naturais do país. A preocupação com a natureza entrelaçava-se, pois, com a luta pela modernização.

Mais tarde, já na virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha apareceu também como intelectual importante, na medida em que questionou os rumos do desenvolvimento brasileiro. Segundo PÁDUA (1987:44)

*“a questão da natureza está também presente no projeto nacional de Euclides. (...) É importante notar, contudo, que existem nesse autor alguns elementos de crítica da civilização e questionamento da modernidade, como quando ele demonstra um certo desencanto pelo artificialismo da vida urbana, critica os males do cosmopolitismo que cria ‘o ambiente fictício de uma civilização de empréstimo’ e se questiona sobre ‘as anomalias de um desenvolvimento e de um progresso contestáveis’, como o que liga a expansão ferroviária à monocultura do café”.*

Euclides foi continuador da tradição de protesto contra a destruição da natureza. Segundo Pádua, destruir os elementos da natureza, no projeto euclidiano, era comprometer o próprio processo de evolução humana.

PÁDUA (1987:43) afirma que

*“da mesma forma que Euclides se revoltava contra o desprezo dos governos pelas massas populares, abandonadas na miséria, ignorância e doença, ele denunciava implacavelmente a destruição da terra brasileira. Sua tese central é a de que ‘temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia’”*

Para Pádua, o famoso lema de Euclides – “ou nos civilizamos ou desapareceremos” – foi a mola mestra do pensamento daqueles que trataram de forma crítica a questão da natureza no pensamento político brasileiro até o início do século XX.

A retomada dessa tradição pode ser vista quando da publicação das duas principais obras de Alberto Torres, em 1914, onde o tema da relação com a natureza e projeto nacional voltaram a ser discutidos. Segundo Pádua (1987), Alberto Torres criticou a exploração predatória da terra, a grande propriedade ociosa e a ausência de um desenvolvimento endógeno na economia brasileira, entendendo como ideal de “civilização” o estado de harmonia entre os homens e o meio físico, de forma a ampliar o bem-estar, a cultura, o patrimônio cósmico e mental da humanidade.

O que fez Alberto Torres tornar-se singular e original em relação aos outros pensadores brasileiros de até então foi o fato de que ele problematizou a noção de progresso. Ao contrário dos outros autores, ele fez do questionamento da modernização, uma crítica à própria civilização. Para ele não bastava discutir o “atraso” do Brasil, era preciso também discutir o modelo que serviria de “progresso”. Torres diferenciou qualitativamente o simples crescimento das atividades materiais do “verdadeiro” desenvolvimento nacional.

Segundo PÁDUA (1987:55)

*“no diagnóstico de Torres se destacavam dois problemas especialmente graves, pois comprometiam a possibilidade de execução do projeto nacional que ele elaborava para o país: a destruição da natureza e a destruição do trabalhador.”*

Para Torres o Brasil deveria seguir uma política própria e alternativa, baseada na conservação da natureza e na proteção do homem. Isso seria possível mediante práticas de conservação dos recursos naturais e reflorestamento, bem como medidas de proteção aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais.

Essa tradição crítica não se extinguiu do pensamento brasileiro posterior à década de 20. Alguns pensadores, tais como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré por exemplo, fizeram críticas ao modelo nacional de modernização. Apesar disso, a euforia desenvolvimentista do pós-guerra fez com que o debate sobre a questão da natureza no Brasil se atenuasse. Assim, entre 1920 e 1970, a idéia de crescimento econômico prevaleceu muito sobre a vertente preservacionista, na medida em que a economia do país crescia significativamente a partir de meados da Segunda Guerra Mundial, até 1980. DRUMMOND (1997:26) afirma que

*“este desenvolvimento se baseou principalmente na exploração irracional, intensiva, agressiva, dos recursos naturais: construíram-se hidrelétricas, sacrificaram-se florestas, implantaram-se indústrias de grande impacto sobre o meio ambiente, construíram-se estradas, portos, refinarias. E, para tanto, não houve nenhum pudor ambiental”.*

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial, fortaleceu-se a tendência à substituição de importações; a idéia era que o país caminhasse para o próprio abastecimento. O desenvolvimento do país se construiu a partir de investimentos públicos em petróleo, energia, siderurgia e infra-estrutura.

Entre o período de 1930 e 1970 o país passou por uma transição econômica em que o setor industrial passou a predominar. Essa transição implicou em uma série de reajustes e reacomodações econômicas, sociais, políticas e culturais. O Estado passou a desempenhar papéis novos e decisivos, funcionando como articulador e gestor das formas de acumulação do capital interno, reforçando setores econômicos, tais como agropecuários, mineração e projetos hidrelétricos, que passaram a ter grande relevância para a economia nacional. TEIXEIRA (1994:166) afirma que

*“o Estado manifestou marcadamente seu caráter autoritário e centralizador, fortalecendo as funções burocráticas e a intervenção em todas as esferas da*

*vida econômica, social e política segundo a lógica dos interesses nacionais e internacionais.”*

Nas décadas de 60 e 70, segundo Vieira & Bredariol (1998), se redefiniu o modelo de desenvolvimento do país e, ao final, começaram a aparecer demandas ambientais, com nuvens de espuma no Rio Tietê, fortes reclamações de uma indústria de papel em Porto Alegre junto ao Rio Guaíba, incômodos generalizados causados por uma indústria de cimento em Betim (Minas Gerais), e outras. Neste momento, o Brasil participa da Conferência de Estocolmo.

Contudo, essa conferência da ONU em Estocolmo em 1972 causou pouco impacto na opinião pública brasileira. O país passava por um período político-cultural bastante repressivo e o governo brasileiro foi o principal organizador do bloco dos países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da problemática ambiental. O representante brasileiro na Conferência, ministro Costa Cavalcanti do governo Médici, tornou pública a posição do Brasil: “a pior poluição é a pobreza, mas nós queremos poluição porque queremos desenvolvimento” (citação de Ab’Saber; 1994:167). Era intenção da política econômica a entrada para o Brasil de indústrias poluentes que já enfrentavam uma opinião pública crescentemente adversa no hemisfério norte. MAIMON (1992:59) afirma que

*“O modelo adotado estimulava uma maior internacionalização da economia, através da expansão das exportações e da atração do capital estrangeiro. A ausência de uma política de controle ambiental e a abundância de recursos naturais do país foram fatores de atração aos investimentos nos setores de mineração, química, construção naval, que já sofriam restrições de expansão nos países desenvolvidos. Prevalcia, ainda, uma política de ocupação do território, que, através de incentivos fiscais e de facilidades para a migração, estimulava a expansão de pólos de crescimento em áreas virgens como a Amazônia”.*

A opção por esse modelo econômico, chamado na época de “milagre”, devido aos altos índices de crescimento do PIB, abafava a problemática social, e relegava à questão ambiental um lugar marginal. Além disso, havia a preocupação geopolítica de ocupação dos espaços “vazios” defendida pelos militares. MAIMON (1992:60) afirma que

*“Em pleno vigor do chamado ‘milagre brasileiro’, esta postura desenvolvimentista assumida na Conferência reflete a total confiança do*

*governo militar no modelo de crescimento adotado, cujos resultados econômicos eram francamente recomendados pela comunidade internacional”.*

Porém, essa posição oficial do Brasil sobre a política ambiental, tornada pública pela declaração do representante do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, acabou tendo que ser revista diante das novas orientações de agências financiadoras, que, pressionadas pela opinião pública internacional, passaram a exigir análises de viabilidade de grandes projetos sob a ótica ambiental. As denúncias sobre os impactos desagregadores que a construção dos PGEs (Projetos em Grande Escala), como hidrelétricas, por exemplo, causavam em populações indígenas, ribeirinhas e rurais, fizeram com que os organismos financiadores passassem a exigir dos “empreendedores” brasileiros (públicos ou particulares) a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Na época, os EIA-RIMA foram considerados como uma forma mediadora diante da prática política intervencionista do Estado Brasileiro. TEIXEIRA (in Ab’Saber; 1994:166-7) afirma que

*“Na entrada dos anos 80, esse modelo intervencionista atua numa conjuntura nacional, econômica e política desfavorável, cujos sinais de instabilidade política se manifestam no país. A crise do modelo econômico e político e o conseqüente desgaste e desprestígio da tecnocracia implementada resultaram no surgimento e expansão de movimentos sociais organizados e no fortalecimento das forças contrárias à ordem política vigente, iniciando-se um processo de questionamento das forças de atuação do Estado. A sociedade civil passa a questionar o caráter fechado das discussões que geraram (e ainda geram) as decisões de implantação de grandes projetos. Existem freqüentes manifestações do seu descontentamento em relação às práticas centralizadoras e distantes dos interesses das comunidades locais. (...)Multiplicaram-se assim processos reivindicatórios, pressão e resistência frente ao adiamento das obras iniciadas e às decisões sobre futuros empreendimentos”.*

Nesta fase, considerada como fundante do ambientalismo brasileiro as discussões centravam-se no combate à poluição e na preservação de ecossistemas naturais, não abordando questões como a do uso racional dos recursos naturais, do crescimento populacional, da justiça social, do desenvolvimento econômico.

Também em finais da década de 70, com a anistia, retornaram ao Brasil diversos exilados políticos que tiveram a oportunidade de conviver com

os movimentos ambientalistas europeus, trazendo um enorme enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro. Vários deles, jovens ainda, ao serem exilados à força ou se auto-exilando no início dos anos 60, tiveram íntimo contato com os movimentos de contracultura europeus e norte-americanos, como é o caso de Fernando Gabeira que, ao retornar ao Brasil, seria um dos fundadores do Partido Verde. A maior parte dos exilados políticos que abraçaram a causa ecológica concentrou-se no Rio de Janeiro, estado onde já se desenvolviam algumas lutas ambientalistas.

Viola & Nickel (1994) afirmam que o movimento ambientalista brasileiro passou por um período que eles chamam de formativo, que foi de 1971 a 1986, quando a orientação era para a criação de uma consciência pública sobre deterioração ambiental. Para os autores, a maioria das atividades dos grupos ambientalistas brasileiros no período formativo tinha um foco local, mas havia algumas lutas com um perfil regional ou nacional, que incluíam o movimento contra a construção do novo aeroporto de São Paulo em Caucaia do Alto, um dos últimos remanescentes primários da Mata Atlântica (1977-8); o movimento para salvar as "Sete Quedas", no rio Paraná, que seriam inundadas pela construção da barragem de Itaipu (1978-82); o movimento contrário ao desenvolvimento de energia nuclear, que criou uma opinião pública antinuclear nos estados do Sul-Sudeste (1978-85); o movimento chamando atenção nacional e internacional para a catastrófica poluição em Cubatão (1982-5); a campanha nacional contra o uso excessivo de inseticidas, herbicidas e fungicidas na agricultura (1982-5); e a campanha nacional para eleger representantes verdes para a Assembléia Constituinte em 1986.

Segundo Viola & Nickel (1994), durante o período formativo do ambientalismo no Brasil as idéias e programas de ambientalistas americanos e europeus tiveram considerável influência. Segundo eles

*"A retórica e idéias do Norte foram freqüentemente adotadas mas não adaptadas – isto é, aceitas com insuficiente atenção à necessidade de modificá-las para adequarem-se ao contexto brasileiro. Uma ilustração desta falha pode ser vista na incapacidade dos brasileiros de dar alta prioridade em sua agenda ambiental no melhoramento do saneamento básico (água potável, esgoto, lixo). Outra ilustração disto foi a insuficiente atenção à necessidade, no Brasil, de ligar as questões ambientais com as de equidade social." (p.175)*

No início dos anos 70 os ambientalistas não foram capazes de mobilizar os setores populares porque não consideravam a ligação entre crise ambiental e crise social. Mas no final dos anos 70 o movimento ambientalista foi fortemente influenciado por idéias democráticas radicais vindas dos movimentos sociais que lutavam contra o regime autoritário. Isto fez com que houvesse uma maior sensibilidade entre as questões que envolviam direitos humanos e equidade social. Maimon (1992) afirma que em 1975 a temática ambiental foi contemplada no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Tal política compreendia três linhas de ação: política ambiental na área urbana e definição de áreas críticas de poluição, política de preservação de recursos naturais e política de proteção à saúde humana. Apesar disto, não se notou uma mudança na postura ambiental, pois o Estado continuou a tratar tal problemática de forma pontual e marginal.

Assim, na entrada dos anos 80, segundo Teixeira et al (1994), a crise do modelo econômico e político resultou no surgimento e expansão de movimentos sociais organizados que faziam frente à ordem política vigente, iniciando-se um processo de questionamento das formas de atuação do Estado. A sociedade civil passa a questionar as decisões de implantação dos grandes projetos. Na primeira metade da década de 80 há uma proliferação de grupos ambientalistas, muito embora muitos deles tivessem vida curta, emergindo em torno de uma questão que adquiriu visibilidade na sociedade. VIOLA (1992:58) afirma que

*“a proliferação de grupos ambientalistas na primeira metade da década de 1980 pode ser explicada em boa medida pela emergência de valores pós-materialistas num setor (particularmente a juventude) de classe média educada. Deste ponto de vista, a emergência do ambientalismo no sul-sudeste do Brasil tem muitas similaridades com o processo equivalente na Europa Ocidental, na América do Norte, Austrália e Japão.”*

O crescimento do número de grupos ambientalistas continuou ocorrendo na segunda metade da década de 80, porém num ritmo menos acelerado e de forma diferente, com um perfil mais profissional. Maimon (1992) afirma que a década de 80 foi marcada pela difusão da consciência ambiental expressa tanto em termos de crescimento das associações ambientais, como de um maior espaço na mídia. Essa maior conscientização subsidiou a criação

do Partido Verde (PV), que surgiu de um grupo com forte penetração na mídia e desvinculado das entidades ambientalistas.

Houve também uma alteração na distribuição regional dos grupos ambientalistas, com disseminação no Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Viola (1992) aponta para a influência que os grupos ambientalistas têm provocado em vários movimentos sociais que, embora não se identifiquem como ambientalistas, têm incorporado as questões ambientais em seus trabalhos. A incorporação das preocupações ambientais nas agendas e atividades dos movimentos sociais, movimento de trabalhadores e ONGs são denominados, segundo Viola & Nickel (1994), de sócio-ambientalismo e pode ser visto em uma variedade de áreas:

- 1) Representantes dos povos indígenas estiveram em contato com organizações ambientalistas (principalmente as internacionais) e isto capacitou-os a elaborar as dimensões ambientais de sua luta por terra e pela demarcação formal das reservas;

- 2) O movimento dos seringueiros na região amazônica iniciou um intercâmbio com os ambientalistas que levou à idéia de criar as reservas extrativistas. O assassinato de Chico Mendes deu publicidade internacional a este desenvolvimento;

- 3) O movimento das comunidades afetadas por barragens hidroelétricas – que desenvolveu-se primeiro no Sul e depois espalhou-se pelo país inteiro – inclui preocupações ambientais em sua agenda;

- 4) O movimento dos sem-terra em algumas regiões tem desenvolvido propostas de "reforma agrária ecológica";

- 5) Algumas parcelas do movimento de mulheres têm conectado feminismo e preocupações ambientais (ecofeminismo);

- 6) Alguns grupos de estudantes têm debatido e tentado melhorar a situação ambiental nos campi (poluição causada por laboratórios e hospitais) e também nos arredores;

- 7) Os movimentos de saúde ocupacional têm conduzido a uma atuação conjunta de ativistas sindicais e médicos da saúde pública quanto aos riscos ocupacionais em fábricas e locais de trabalho;

8) Movimentos pelo potencial humano têm promovido alimentos saudáveis, homeopatia, acupuntura, tai-chi e escolas alternativas, enfatizando assim as relações entre o meio-ambiente e a "ecologia pessoal";

9) Alguns movimentos de bairros adotaram projetos ambientais tais como a redução da poluição das fábricas vizinhas, a exigência, do governo, de melhores serviços de saneamento, e a formação de grupos de trabalho para limpar áreas verdes, rios e lagos;

10) Sindicatos e organizações de trabalhadores urbanos começaram a associar suas demandas por melhores condições de trabalho com mudanças no modelo dominante de desenvolvimento econômico. Estes grupos têm apontado, algumas vezes, para modelos de desenvolvimento sustentável, num esforço de ligar intimamente questões ambientais e sociais.

11) Os movimentos dos consumidores têm desempenhado um importante papel na promoção de segurança alimentar e de outros produtos de consumo;

Durante a década de 80 foi considerável e crescente a influência do movimento ambientalista nas políticas das agências estatais, transformando o ambientalismo num movimento multissetorial. Além disso, grupos e instituições científicas passam a realizar pesquisas sobre a problemática ambiental e um reduzido setor empresarial começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental. O número de grupos ambientalistas cresceu de cerca de 400 em 1985 para cerca de 900 em 1991. Mais significativamente, as organizações ambientalistas surgiram em áreas para além dos estados mais desenvolvidos do Sul e Sudeste. A atenção internacional e a resultante disponibilidade de recursos e assistência técnica estimularam seu desenvolvimento na Amazônia. VIOLA & NICKEL (1994:175) afirmam que

*"O movimento ambientalista amazônico é peculiar desde que o seu cerne não é encontrado nas organizações urbanas – como é geralmente o caso no Brasil – mas nos grupos representativos dos povos da floresta, tais como seringueiros, índios e pescadores".*

A partir de 1990 os parâmetros do debate ambiental brasileiro mudaram, e a idéia do desenvolvimento econômico passa a fazer parte dos discursos ambientalistas. Viola (1992) afirma que a maioria do ambientalismo

específico e do sócio-ambientalismo considera a comunidade o locus privilegiado de uma alocação social e ambientalmente sustentável dos recursos (através de movimentos sociais e organizações não governamentais); entre os cientistas prevalece a idéia de que o Estado seja o locus, através de mecanismos normativos, reguladores e promotores; já para os empresários é o mercado que deve ser o locus privilegiado de um novo desenvolvimento ambientalmente sustentável, através de taxas/tarifas de poluição e depleção de recursos e permissos de poluição comercializáveis. Atualmente, as organizações ambientalistas brasileiras, além do objetivo de criar consciência pública, têm também o objetivo mais amplo de propor uma alternativa para a preservação ou restauração do ambiente degradado.

A questão ambiental está hoje bem estabelecida no nível do discurso. Segundo Viola & Leis (1995) os formadores de opiniões e o conjunto da população que se considera informada são favoráveis, na grande maioria, a uma relação equilibrada entre meio ambiente e desenvolvimento, havendo duas reduzidas minorias nos extremos, uma priorizando o meio ambiente e a outra o desenvolvimento. A legislação ambiental encontra-se num ponto bem avançado, porém os comportamentos individuais estão bem aquém da consciência ambiental presente nos discursos. Talvez por isso mesmo, o que se nota atualmente é um amplo esforço por parte do Estado, das ONGs e até mesmo do mercado, em incentivar a educação ambiental, que tem como objetivo modificar a mentalidade e o comportamento em relação ao meio ambiente. É o que veremos no próximo capítulo.

## 4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 4.1. Histórico da Educação Ambiental

A emergência da questão ambiental, em nível global, é historicamente nova. A partir dos anos 60 grupos e movimentos sociais começaram a criar propostas para a educação ambiental, justamente na mesma época em que as preocupações com o meio ambiente começaram a integrar uma pauta de crítica ao modelo desenvolvimentista praticado no Ocidente. Essa crítica era feita principalmente entre os jovens, quanto ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora, como já foi discutido no capítulo anterior. Com o livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, lançado em 1960, inicia-se o alerta sobre os efeitos danosos das ações dos homens.

O fim da década de 60 foi marcado pelo surgimento de problemas sócio-ambientais gravemente ameaçadores à sobrevivência da vida na Terra; vários dos problemas ambientais como a poluição do ar e a erosão dos solos começaram a transcender fronteiras nacionais, gerando preocupações regionais ou mesmo mundiais. Questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento global foram sistematizados em 1968 por um relatório encomendado pelo Clube de Roma. Em 1972 o Clube publicou o relatório *The*

*Limits of Growth*, denunciando que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e possivelmente a um colapso. Meses depois, realizava-se, na Suécia, a Conferência de Estocolmo (1972), que foi considerada um marco histórico-político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, reconhecendo a necessidade do desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico no combate à crise ambiental no mundo. A Conferência gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano, enfatizando a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades. DIAS (1992:26) afirma que

*“A Conferência de Estocolmo ao reconhecer a importância da Educação Ambiental em trazer assuntos ambientais para o público em geral, recomendou o treinamento de professores e o desenvolvimento de novos recursos instrucionais e métodos”.*

Em 1975 a UNESCO promoveu em Belgrado, Iugoslávia, o Encontro de Belgrado, onde foram formulados os princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental. Nesse encontro também foi formulada a Carta de Belgrado que preconizava a necessidade de uma nova ética global que fosse capaz de, segundo Dias (1992), promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação humanas. A Carta também censurava o desenvolvimento de uma nação às custas de outra, acentuando a necessidade de formas de desenvolvimento que beneficiassem toda a humanidade.

Em 1977 realizou-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi com ficou conhecida), promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Tbilisi, Geórgia, ex URSS. O resultado mais importante dessa Conferência foi a Declaração sobre a Educação Ambiental, documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental e elegia o treinamento de pessoal, o desenvolvimento de materiais educativos, a pesquisa de novos métodos, o processamento de dados e a disseminação de informações, como o mais urgente dentro das estratégias de desenvolvimento.

Criticando esse aspecto da educação ambiental, BRÜGGER (1999:37) afirma que

*“Um aumento na quantidade de informações sobre a problemática ambiental pode ser ‘eficientemente’ provido por um sistema de vídeos e microcomputadores, mas um simples aumento de informações, ‘eficientes’, não poderá por si só contribuir para uma visão mais crítica e abrangente do problema”.*

Segundo Dias (1992), na Conferência de Tbilisi a Educação Ambiental foi orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, incentivando enfoques interdisciplinares e uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Assim, após 17 anos da publicação de “Primavera Silenciosa”, a Conferência de Tbilisi decidiu serem princípios orientadores da Educação Ambiental os seguintes:

- considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico-cultural, moral e estético);
- constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar, e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
- examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica;
- insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;
- ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em conseqüência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver os problemas;

- utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais;
- proporcionar aos indivíduos a possibilidade de participar ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais;
- sensibilizar os indivíduos para que eles adquiram conhecimentos e habilidades, com vistas à resolução de problemas e esclarecimento de valores, difundindo-os para a comunidade.

Considerando-se esses aspectos, Muniz (2000) afirma que a educação ambiental deveria ser 'dinâmica, integrativa, transformadora, participativa, abrangente, globalizadora, permanente e contextualizadora.

Em 1987, a UNESCO-PNUMA promoveu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Moscou, URSS, para uma avaliação do que havia sido realizado nos últimos dez anos e para um redirecionamento da Educação Ambiental no mundo. Do encontro, saíram as estratégias internacionais para ações no campo da Educação e Formação Ambientais para a década de 90.

Um momento importante desse histórico foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92. Como consequência desse evento, realizado em 1992, foi elaborado um documento, a Agenda 21, baseado no compromisso assumido por 179 países de garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida no século XXI. Por sua vez, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) formularam o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e sua aprovação aconteceu durante o Fórum Internacional das ONGs, durante a Conferência. O documento aponta para uma Educação Ambiental que:

- seja crítica e inovadora, tanto na modalidade formal, não formal e informal e que busque uma transformação social;
- tenha uma perspectiva holística, relacionando homem, natureza e universo, além de almejar a solidariedade, igualdade e respeito através de formas democráticas de atuação;

- valorize as diversas culturas, etnias e sociedades, principalmente povos tradicionais;
- crie novos estilos de vida, desenvolvendo uma consciência ética, trabalhando pela democratização dos meios de comunicação de massas e objetivando formar cidadãos.

Leonardi (1999) afirma que apesar da pretensão quanto à Educação Ambiental ser grande, a clareza é inquestionável. Ela reconhece que em tão breve tempo de vida a educação ambiental soube definir o que deseja. Difícil, sem dúvida, é a sua execução.

## **4.2. A educação ambiental no Brasil**

### **4.2.1. Algumas considerações iniciais**

No caso brasileiro, o movimento ecológico emerge na década de 70 no contexto da ditadura militar, como já foi abordado no capítulo 2. Vale ressaltar aqui o papel da 'esquerda', que acreditava que o imperialismo era o causador do subdesenvolvimento e para combatê-lo era preciso uma revolução antiimperialista, de caráter popular e com o apoio da burguesia nacional. Só que nesse contexto a burguesia declarou que "a pior poluição é a da miséria" e buscou atrair capitais estrangeiros para o país. Simultaneamente cresce, segundo Brügger (1999), em nível mundial, a pressão em torno da questão ambiental, fazendo com que as instituições estrangeiras coloquem exigências para a realização de investimentos. Assim, o Estado criou instituições para gerir o meio ambiente, para que viabilizasse a entrada destes investimentos. Nestas instituições haviam técnicos realmente preocupados com a questão ecológica, mas o que prevalecia era a política de atração de investimentos e não a questão ambiental em si.

Diante disso vale destacar aqui uma passagem de BRÜGGER (1999:29) onde ela afirma que

*"De diferentes setores sociais surgem teorias e práticas ecológicas, divergentes na sua origem, formando um suposto todo chamado 'movimento ecológico' que, na realidade, mais se assemelha a uma quimera. E a*

*chamada educação ambiental? Será ela tão 'quimérica' quanto o movimento ecológico?"*

Brügger (1999) esclarece que na mitologia grega, a quimera é um monstro com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de dragão. Ou seja, sua crítica aos movimentos ambientalistas e também à educação ambiental se centra na falta de unidade, coesão e identidade. A educação ambiental, para a autora, é uma colcha de retalhos, o que compromete a sua eficácia. Por isso ela prefere não falar em educação ambiental, mas sim, em adestramento ambiental.

#### **4.2.2. A institucionalização da educação ambiental**

No Brasil, o tratamento das questões ambientais através da educação iniciou-se com a Lei 6938/81 de 1981, que ressaltou o papel da educação formal para o alcance das metas ambientais. Essa lei foi a precursora/geradora da maior parte do que atualmente compõe o sistema brasileiro de gestão ambiental. Um de seus princípios seria o de incluir a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Além disso, criou-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que passou a atuar na definição dos regulamentos e normas da política ambiental do governo.

Em 1983 criou-se a Comissão Diretora de Planejamento para o Meio Ambiente, considerado o marco inicial dos projetos de Educação Ambiental. Contudo, foi com a Constituição Federal Brasileira de 1988 que reconheceu-se a responsabilidade do Poder Público em promover a educação formal em todos os níveis de ensino. Porém, a institucionalização da educação ambiental não especifica as estratégias práticas e os seus mecanismos implementadores.

Paralelamente à iniciativa do Estado, desenvolveu-se a educação ambiental formal e informal. ONGs conservacionistas criaram projetos para proteção de espécies ameaçadas de extinção e grupos ecológicos urbanos denunciaram problemas relacionados à poluição. Enfim, foram atividades com conteúdos distintos e em contextos específicos.

Especificamente sobre a educação ambiental formal, a Portaria 678 de 14 de maio de 1991 do MEC determinou que o tema ambiental deveria compor os assuntos das diferentes disciplinas, como matemática, história, português, etc., sem constituir-se em disciplina. A Educação Ambiental é então classificada como Tema Transversal, sem cronograma próprio para ser ministrado e sem professores nessa área.

A já comentada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 implicou em algumas ações específicas, dentre elas a Lei 9795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Seus princípios básicos são:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinariedade;
- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Em 1994 cria-se o PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), que estabelece as normas e as diretrizes para o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil, resultado da ação articulada dos Ministérios do Meio Ambiente, da Educação e Cultura e da Ciência e Tecnologia. Muniz (2000:124) afirma que

*“Conceitualmente, o PRONEA apresenta todas as diretrizes necessárias à educação ambiental, as quais são enfatizadas, também, pela Lei 9795, que dispõe sobre a política nacional de educação ambiental. Entretanto, o que pode ser ressaltado das proposições apresentadas é o seu caráter vago em*

*termos de sua implementação, especialmente sobre os mecanismos financeiros de sustentação da política nacional de educação ambiental”.*

Segundo Muniz (2000), o PRONEA identifica que a maioria da população brasileira não relaciona a estratégia de desenvolvimento do país com a degradação ambiental. Além disso, a introdução da dimensão ambiental nos currículos é incipiente e não incorpora as dimensões sociais, culturais e econômicas, faltando treinamento aos docentes e articulação dos órgãos envolvidos. Ele afirma que

*“Neste contexto, as normas atribuem funções aos poderes públicos e à sociedade civil organizada, mas resvala na delimitação de competências e na identificação de mecanismos, sobretudo financeiros, para a implementação das concepções e operacionalização das normas”. (Idem, 2000:126)*

### **4.3. Educação ambiental formal, não-formal e informal**

A Educação Ambiental pode ser classificada de acordo com o espaço em que é exercida. Leonardi (1999) afirma, porém, que estas categorias não são excludentes, tratando-se apenas de um sistema didático que, como qualquer outro, é constantemente negado pela prática.

A Educação Ambiental formal é aquela exercida como atividade escolar, seja de pré, primeiro, segundo ou terceiro grau e também a pós graduação. É, pois, uma atividade que compõe o universo escolar, podendo, porém, ser praticada dentro ou fora da sala de aula, dentro ou fora da escola, juntamente com outras disciplinas, escolares ou não.

A Educação Ambiental não-formal é exercida em diferentes e variados espaços da vida social, com metodologias, componentes e formas de ação diferentes da anterior. Seu caráter não formal coloca-a em contato com outros atores sociais, que não somente o aluno, tanto no espaço público quanto privado. Essa modalidade é pouco registrada, porém muito exercida em diversas entidades, como sindicatos, ONGs, empresas, associações de classes, igrejas etc. Segundo Leonardi (1999), o fato de ser praticada em diversos espaços da vida social não a impede de ter claramente definidos os seus objetivos, metodologias e periodicidade.

A educação ambiental informal não possui, necessariamente, compromisso com a continuidade. A sua forma de ação, metodologia, tipos de

avaliação etc não são claramente definidos. Como exemplo temos os meios de comunicação escrita e falada que muito têm enfatizado temas ambientais, através de campanhas mais pontuais. Existem um sem número de folhetos, de diferentes procedências, incentivando a separação do lixo, ou conscientizando a população quanto ao perigo de extinção de alguma espécie animal, por exemplo. Sobre a educação informal BRÜGGER (1999:34) afirma que

*“No caso da educação ambiental informal, um exemplo notório é o das campanhas do tipo ‘Plante uma árvore no dia da árvore’, ou no Dia da Terra, ou no Dia Mundial do Meio Ambiente ou ainda em qualquer outra dessas atualmente numerosas ‘datas ecológicas’. Mas além do ‘plante uma árvore’, quase nada mais é feito, ou seja, as causas dos desmatamentos são raramente questionadas e o que é pior: às vezes os desmatamentos são atribuídos ao ‘progresso’ e seu preço! Mas o que é progresso não se discute, principalmente como ele se reproduz e quem o impulsiona.”*

Por detrás dessas modalidades existem diferentes pressupostos filosóficos e práticas pedagógicas. Segundo Brügger (1999), podemos distinguir duas tendências mais gerais. Numa delas os fatores histórico-sociais são relevados em detrimento dos aspectos técnicos e naturais da questão ambiental. Esta abordagem é geralmente oferecida pelas Ciências Humanas. Uma outra tendência, que não pode ser atribuída a esta ou àquela área, vem tratando a questão ambiental sob dimensões somente naturais e técnicas. Esta tendência tem prevalecido sobre a primeira. Ela afirma que

*“Isso acontece porque a fragmentação histórica do saber em nossa sociedade institucionalizou um diálogo extremamente pobre entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais e Exatas, um problema que deverá ser superado no âmbito da questão ambiental, a qual invalida a ideologia do conhecimento especializado. E também porque a sociedade industrial privilegiou sobretudo a dimensão instrumental do conhecimento, o que torna ‘natural’ a predominância da segunda tendência no âmbito da chamada educação ambiental.” (Idem, 1999:31)*

Portanto, se a chamada educação ambiental tem se reduzido às suas dimensões naturais e técnicas é porque o conceito de meio ambiente também tem se reduzido a isso.

#### **4.4. A Educação Ambiental na prática**

Há de se abordar também a problemática que envolve a educação ambiental, dentre todas as suas classificações, no Brasil. Na I Conferência Nacional de Educação Ambiental, realizada em 1997 pelo MEC, foram discutidos esses problemas; na Declaração que surgiu a partir dela alguns pontos merecem ser aqui colocados.

Quanto à educação formal, o documento aponta para uma educação ancorada num paradigma positivista que fragmenta o sistema de ensino em disciplinas, constituindo um empecilho para a implementação de modelos de educação ambiental integrados e interdisciplinares. Além disso destaca-se também a deficiência e a falta de capacitação dos professores na área e a carência de estímulos, salariais e profissionais.

Um outro problema enfrentado é a falta de material didático adequado para orientar o trabalho de educação ambiental nas escolas, sendo que os materiais disponíveis em geral, estão distantes da realidade em que são utilizados e apresentam caráter apenas informativo e principalmente ecológico, não incluindo os temas sociais, econômicos e culturais, reforçando as visões reducionistas da questão ambiental.

A declaração aponta também para a ausência de uma visão integrada que contemple a formação ambiental dos discentes e a inclusão das questões éticas e epistemológicas necessárias para um processo de construção de conhecimento em educação ambiental.

Além disso, as propostas curriculares nos três níveis de ensino são carregadas de conteúdos sem uma análise aprofundada de quais seriam os conhecimentos especificamente significativos, o que dificulta a atualização dos temas contemporâneos e a inserção da dimensão ambiental na educação.

Destaca-se a ausência de conceitos e práticas da educação ambiental nos diversos níveis e modalidades de ensino, reforçando, pois, as lacunas na fundamentação teórica dos pressupostos que a sustentam.

Quanto à educação informal, mais especificamente os meios de comunicação, a Declaração apontou para:

- a monopolização dos meios de comunicação no Brasil, dificultando a divulgação da temática ambiental e das reais causas da degradação ambiental;
- a falta de comprometimento em relação à qualidade da informação, e a existência de propagandas de fatos ambientais sensacionalistas, em detrimento do processo educativo que poderia informar e sensibilizar a população;
- o despreparo dos profissionais da comunicação nas questões ambientais, e muito mais em relação à Educação Ambiental, que leva à transmissão de conceitos ambientais equivocados, de teor principalmente naturalista, priorizando problemáticas globais, induzindo a população a pensar a realidade ambiental a partir de temas distanciados de seu próprio cotidiano.

Na dissertação de mestrado de Sant'anna (1998), onde ela avaliou o desempenho dos métodos didáticos para impulsionar a educação ambiental nas escolas de 1º grau públicas e privadas do município de Viçosa (MG), constatou-se que 59,3% dos alunos por ela entrevistados consideraram a TV como a melhor forma de se adquirir conhecimento sobre educação ambiental, enquanto que 27,7% optaram pela escola; as demais opções (rádio, livros) foram menos escolhidos.

Apesar de recente, a Educação Ambiental começa a ser alvo de pesquisas críticas quanto ao alcance de seus objetivos, metodologias e resultados. Leonardi (1999) aponta algumas conclusões importantes de duas pesquisas realizadas pela UNICAMP, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) sobre algumas práticas de Educação Ambiental no país. Essas conclusões são de grande validade para o presente estudo.

Verificou-se que grande parte dos trabalhos de Educação Ambiental ocorre no contexto escolar (em torno de 70%) sendo, pois, de modalidade formal. A maior parte é destinada a alunos, dando-se pouca atenção para a formação de professores, mesmo por entidades governamentais.

Outra conclusão importante dessas pesquisas é que a concepção preservacionista de meio ambiente ainda está presente em cerca de 45% das práticas de Educação Ambiental. Gradativamente a questão ambiental tem sido percebida como problema social.

Por fim, Leonardi (1999) descreve que no contexto escolar a estrutura do currículo não favorece a prática interdisciplinar, que acaba sendo vista como um empecilho ao desenvolvimento dos programas. Já a educação não formal, por não ter regras impostas, por estar mais próxima da realidade local e por adaptar-se mais facilmente aos temas de maior significado e utilidade do grupo social que está envolvido, é um campo fértil para a ação interdisciplinar. Leonardi (1999) chama a atenção, porém, para que os educadores revejam o que chamam de interdisciplinariedade, para que não se corra o risco de reproduzir práticas educacionais setorializadas, revestidas de nova roupagem. A abordagem interdisciplinar das questões ambientais implica, segundo o Seminário sobre a Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental, utilizar a contribuição de várias disciplinas para construir uma base comum de compreensão e explicação do problema tratado e, desse modo, superar a compartimentalização do ato de conhecer, provocada pela especialização do trabalho científico. Implica, também, construir esta base comum, considerando-se os conhecimentos das populações envolvidas, tendo em vista a especificidade do contexto cultural em que são produzidos. Sobre transdisciplinariedade Brügger (1999:37) afirma que

*“Entretanto a adoção de um ‘modelo epistemológico transdisciplinar’ deveria envolver não apenas uma reavaliação da estrutura departamentalizada das universidades e outras instituições de ensino, mas principalmente uma análise crítica dos conteúdos ministrados e conceitos que estruturam o pensamento hegemônico.”*

#### **4.5. Algumas considerações sobre educação ambiental**

Em vários e importantes documentos que tratam da Educação Ambiental, é enfatizada a sua importância para a formação da cidadania e formulação dos valores éticos e morais individuais e coletivos. LEONARDI (1996:250) afirma que

*“A educação ambiental como formação de cidadania ou educação ambiental como exercício de cidadania tem a ver, portanto, com uma nova maneira de encarar a relação homem/natureza. O conceito de natureza passou a incluir os seres humanos que são, em essência, seres sociais e históricos, e o conceito de homem passou a incluir a natureza biofísica. É por isso que se fala, atualmente, na necessidade de construir uma nova relação homem/natureza, ou até um novo contrato entre os dois, que, na verdade, pertencem a uma mesma entidade ontológica.”*

Segundo Bortolozzi & Filho (1994), é necessário que os objetivos da Educação Ambiental estejam muito claros para que se possa perceber qual o seu papel na construção da cidadania. Eles afirmam que

*“trata-se de reconstruir a cidadania através do fortalecimento das organizações de educação ambiental e na formação de profissionais e cidadãos capazes de estimular tanto iniciativas locais, setoriais, como a elaboração de políticas públicas, resgatando o sentido maior da educação ambiental, que deve ser o da própria educação.” (Idem, 1994:44)*

Segundo Brügger (1999), o que faria da educação ambiental algo realmente “eficiente” seria uma mudança qualitativa de conteúdos, que só seria possível com uma maior ênfase aos aspectos éticos e políticos da questão ambiental. Mas atualmente tem-se dado ênfase à forma, às novas práticas pedagógicas, impedindo-se a transcendência de um plano simplesmente técnico. Ela afirma que

*“O caráter essencialmente ‘informativo’ das disciplinas e projetos que tratam da questão ambiental gera muitas vezes uma determinada formação que chamaria de adestradora, exatamente por não ultrapassar a perspectiva técnico-natural”. (Idem, 1999:87)*

Para transcender isso é necessário que se considere outros aspectos que foram deixados de lado com o paradigma cartesiano, entre eles destaca-se a subjetividade, a ética e a política. Na modernidade, as relações dos homens entre si, chamada por Habermas de razão comunicativa, que são marcadas pela subjetividade, foram também caracterizadas pela racionalidade. Para Silva (1999), a superação desse quadro dar-se-ia com a reorientação da razão instrumental, “reconduzindo-a aos limites dentro dos quais ela é imprescindível”. BRÜGGER (1999), em relação a isso, afirma que

*“(…), quaisquer ‘reformas educativas’ mantidas exclusivamente no âmbito do paradigma cartesiano não serão capazes de fazer com que a educação se torne ambiental, pois permanecerão sobre a mesma base filosófica que, em grande parte, propiciou o que chamamos de crise ambiental”. (Idem, 1999:88)*

Ao lado dos pressupostos éticos e valorativos existem outros componentes importantes no trabalho de Educação Ambiental. Entre eles está o diálogo, que torna possível o trabalho com a diferença, que por sua vez é pré-requisito para a interdisciplinariedade. Para Leonardi (1996), a partir dos

anos 90 'ênfatizam-se a humildade do saber, a possibilidade de se trabalhar em equipe, respeitando as diferenças'.

Ao desprezar os conhecimentos de outras sociedades e outras culturas, a educação se restringiu à reprodução de conceitos ou habilidades técnicas, permanecendo ausente o aspecto de integração do conhecimento, condição essencial para que a construção de uma visão crítica da sociedade. Se ao contrário dessa visão cartesiana, fosse sugerida uma troca de experiências, o risco de uma compartimentalização do saber seria menor. Atitudes como explicar aos habitantes de uma dada região que foi transformada ou em parque natural, ou reserva ou zona protegida, os conceitos relativos a sua região parece uma atitude por demais pretenciosa. Será que pode-se realmente explicar ou ensinar para eles sobre o lugar deles? Por que não uma troca de experiências?

Uma outra questão de grande relevância e que não poderia deixar de ser abordada é a do perigo que a chamada Educação Ambiental corre de ser transformada em mais um instrumento para adequação da atual ordem de mercado, transformando-se assim em adestramento. BRÜGGER (1999: 90) afirma que

*“Por um lado, as elites socioeconômicas serão bem treinadas para fornecer soluções técnicas e logo ‘eficientes’ (e por isso ‘bem sucedidas’) para graves problemas muitas vezes políticos e sociais. (...) E quanto às classes trabalhadoras? Quais serão as prováveis conseqüências de um adestramento ambiental e quem se beneficiará com ele?”*

Segundo a autora, o ensino técnico destinado às classes trabalhadoras acabam por contribuir para a perpetuação das desigualdades sociais. Ela afirma que

*“Analogamente, a dimensão ambiental no ensino técnico-profissionalizante oculta muitas vezes a necessidade de uma classe trabalhadora preparada para lidar com tecnologia de ponta e com o novo desenvolvimento que agora é ‘sustentável’. Sob o pretexto de que suas atividades causam ‘impacto ambiental’, os trabalhadores de fábrica, etc. têm de ser educados para não prejudicar o ‘desenvolvimento sustentável’. Mas na maioria dos casos eles não são donos dos meios de produção, estarão preservando para o futuro de outros, para o futuro dos filhos de seus patrões. Dessa forma, a educação perde toda e qualquer dimensão emancipatória e o ‘ambiental’, o ‘verde’, se torna ‘negro’.” (Idem, 1999:90)*

Assim, o conhecimento dentro de uma perspectiva adestradora está circunscrita num universo instrumental onde a quantidade substitui a qualidade. E no âmbito da Educação Ambiental torna-se um perigoso instrumento de luta por uma hegemonia. Já a educação, em contraste com o adestramento, não encara o conflito como algo ruim, e sim como essência das mutações por que passam, inevitavelmente, as sociedades. BRÜGGER (1990:99) afirma que

*“A chamada educação ambiental deve ser vista também como uma luta pela difusão de uma determinada concepção de mundo, que permite a perpetuação das classes dominantes – e não somente como uma tentativa de conscientização ambiental. É também lamentavelmente possível que o adjetivo ambiental possa significar apenas mais uma maneira de garantir mão-de-obra para gerenciar de uma nova forma os mesmos ‘apocalipses ambientais’ e as estruturas que os desencadearam”.*

As críticas à Educação Ambiental neste capítulo servem para mostrar que ela é conflituosa porque a sociedade que a cria vive em conflito em relação à natureza, ora representando-a como algo bom que deve ser mantido, ora como algo ruim que atrapalha o desenvolvimento. É como se a Educação Ambiental criasse um mundo ideal, declaradamente holístico, que contrasta com a sociedade hierarquizada e desigual sobre a qual tem que se impor. É por isso que há um conflito entre as representações que as pessoas fazem sobre a natureza e seus atos em relação a ela. O que a Educação Ambiental propõe é mudar a mentalidade para daí mudar o comportamento. Porém, trabalhando apenas no nível ideal e promovendo apenas ações ambientais esporádicas e desconectadas, o resultado é que se criam certos clichês para serem memorizados e repetidos. Isso pode ser comprovado na análise das representações presentes nas redações coletadas no município de Formiga, como veremos mais adiante. No próximo capítulo faremos uma análise teórica sobre o conceito de representações sociais e sobre a emergência de estudos que abordam representações e meio ambiente. É com esse referencial teórico que vamos analisar as redações.

## 5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### 5.1. As representações coletivas de Durkheim

Os diversos campos do conhecimento que utilizam o conceito de representações sociais remetem-se à teoria durkheimiana sobre as representações coletivas. Em seus estudos sociológicos, Durkheim analisou os efeitos do pensamento coletivo sobre a consciência do indivíduo, enquanto membro situado em uma determinada sociedade.

Na análise que faz em “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim (1989) afirma que ‘os primeiros sistemas de representações que o homem se fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosa’. Para ele a religião possui um lado que ultrapassa as idéias religiosas, visto que já ocupou espaços dentro da filosofia e das ciências. Ele afirma que ‘não existe religião que não seja uma cosmologia<sup>1</sup> ao mesmo tempo que uma especulação sobre o divino’.

Durkheim (1989) afirma que há um conjunto de noções que norteiam a vida intelectual, as chamadas “categorias do entendimento”: noções de tempo, de espaço, de gênero, número, causa etc. Elas são como ‘quadros rígidos’, que correspondem às propriedades universais das coisas. A análise das

---

<sup>1</sup> Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, cosmologia é a ciência afim da astronomia, e que trata da estrutura do Universo.

religiões primitivas permite captar as principais dessas categorias, pois 'estas nasceram na religião e da religião; são um produto do pensamento religioso'.

Segundo ele

*“As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas (...), se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo” (Idem, 1989:514)*

A consciência coletiva de que está dotada a vida em comum (integrada por fatos sociais) é, segundo Durkheim (1989), constituída por representações coletivas. Estas conservam sempre a marca do substrato social em que nascem, mas reproduzem-se e se misturam, produzindo outras cuja causa são outras representações. Elas possuem a sua qualidade móvel que obedecem às leis do movimento e ancora-se na dinâmica social. Na sua lógica amparam-se em aspectos relativos ao consensual e à reificação, mas ao mesmo tempo abrem-se para a prática dos sujeitos sociais que desafiam e transformam, se necessário, o real.

Para Durkheim (1989), as atitudes de cada ser humano estão imbricadas pelas representações coletivas. A subjetividade coletiva exerce, pois, uma ação coercitiva sobre os indivíduos. Na sua concepção o indivíduo não pensa por si só, mas sob a influência da sociedade. Ele afirma que é através das representações coletivas que os homens se compreendem. Elas possuem uma força que atua sobre os indivíduos particulares e estes acabam por perceber que existe um 'mundo de noções-tipos' que regula suas idéias e atos. Somente quando o homem tomou consciência desse reino intelectual, do qual ele participa mas que também o ultrapassa, é que ele passou a conceber conceitos, que são a matéria do pensamento lógico.

Durkheim (1989) distingue 'conceito' de 'idéia geral' . O geral seria o particular 'simplificado e empobrecido'. O conceito se opõe às representações sensíveis (sensações, percepções ou imagens), pois estas estão em fluxo constante, baseiam-se no instante. Ele afirma que

*“O conceito, ao contrário, está como que fora do tempo e do devir; está imune a toda agitação; dir-se-ia que está situado numa região diferente do espírito, mais serena e mais calma. Ele não se move por si mesmo, por uma evolução interna e espontânea; ao contrário, resiste à mudança. (...) Se muda, não é*

*que esteja em sua natureza mudar; é que nós descobrimos nele alguma imperfeição; é que tem necessidade de ser retificado” (Idem, 1989: 537)*

Durkheim (1989) evidencia que os conceitos são representações coletivas, na medida em que são comuns a um grupo social e manifestam a forma como a sociedade pensa as coisas de sua experiência própria. A sociedade se interessa em ver as coisas sob aspectos gerais, apenas raramente ela se interessa por caracteres singulares e variáveis. Ela se interessa em ver as coisas por grandes massas, no que elas têm de mais geral. E é exatamente por essa característica que Durkheim (1989) valoriza o pensamento conceitual. Ele afirma que

*“Se os conceitos fossem apenas idéias gerais, eles não enriqueceriam muito o conhecimento; pois o geral, como já dissemos, não contém nada mais que o particular. Mas se eles são, antes de tudo, representações coletivas, acrescentam ao que pode nos ensinar nossa experiência pessoal tudo o que a coletividade acumulou de sabedoria e de ciência no decorrer dos séculos. (...) Conceber uma coisa é, ao mesmo tempo, apreender seus elementos essenciais, situá-la em seu conjunto; pois cada civilização tem seu sistema organizado de conceitos que a caracteriza” (Idem, 1989:539)*

O conceito é também comum aos homens e pode ser comunicado, diferentemente das representações sensíveis pois ‘é-me impossível fazer passar uma sensação de minha consciência para a consciência de outro; ela pertence estritamente ao meu organismo e à minha personalidade, deles não podendo ser destacada’ (p. 537)

Diferentemente, o conceito, através da conversação, pode ser trocado. ‘O conceito é uma representação essencialmente impessoal: é por ele que as inteligências humanas se comunicam’. (p.537)

Portanto, se os conceitos são comuns a todos, são então obra da comunidade. DURKHEIM (1989) afirma que

*“Se ele tem mais estabilidade que as sensações ou as imagens, é porque as representações coletivas são mais estáveis que as individuais. (...), apenas acontecimentos de uma suficiente gravidade podem conseguir afetar o acervo mental da sociedade” (Idem, 1989: 538)*

Durkheim (1989) ainda afirma que grande parte dos conceitos que possuímos não são ‘metodicamente constituídos’, não foram submetidos a uma crítica prévia. Eles possuem sua autoridade pelo fato de serem coletivos, e isso já apresenta garantias de objetividade, já que pôde se generalizar e se manter.

Se estivesse indo contra a natureza das coisas não teria exercido influência tão prolongada sobre os indivíduos. Ele afirma que

*“Uma representação coletiva está necessariamente submetida a um controle indefinidamente repetido: os homens que a ela aderem verificam-se por sua experiência própria. Portanto, ela não poderia ser completamente inadequada ao seu objeto” (Idem, 1989: 540)*

Sobre isso ele ainda afirma que

*“O conceito que, primitivamente, é tido por verdadeiro porque é coletivo, tende a não vir a ser coletivo senão sob condição de ser tido por verdadeiro: nós lhe pedimos seus títulos antes de atribuir-lhes nosso crédito”. (Ibdem, 1989: 540)*

Para Durkheim (1989), as representações coletivas revelam a forma que o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o cercam. E para isso considera-se a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com os quais as representações se manifestam mudam de acordo com a natureza da sociedade. Se ela aceita ou não determinados modos de conduta é porque entram ou não em choque com seus sentimentos fundamentais, que pertencem à sua constituição. Ele afirma que

*“As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimento; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo, está aqui, portanto, como que concentrada” (ibdem, 1989: 518)*

O fator mais importante da teoria de Durkheim considerar as representações coletivas como fator de natureza especificamente social, diferente dos fenômenos psicológicos individuais.

*“Para Durkheim as representações coletivas desdobram-se nos aspectos intelectual e emocional e é possível determiná-las de maneira direta e não apenas através de pensamentos e emoções individuais. O método para o conhecimento direto das representações coletivas utilizaria o exame das expressões dessas representações, como por exemplo, o sistema jurídico e as obras de arte”. (GIANOTTI; 1978: VIII)*

Ao considerar as representações passíveis de análise científica, Durkheim respondia a toda uma tradição filosófica do século XIX que via nas imagens mentais dos cidadãos comuns uma fonte de erro, engano e entrave

para o pensamento racional e científico. Até então, os filósofos haviam tratado o pensamento comum como sinônimo de ‘imaginação’ e criticavam seu caráter ilusório e fictício. O mérito de Durkheim está, justamente, em colocar a representação social como um dos componentes constitutivos da própria realidade.

Embora sendo sociólogo, foi na Antropologia que a teoria durkheimiana encontrou solo fértil para desdobramentos posteriores. Voltando-se para culturas distantes geograficamente, os antropólogos do começo do século XX fizeram da teoria das representações coletivas um pilar de sua própria disciplina: Lévi-Bruhl, por exemplo, cunharia por volta de 1920 o termo ‘mentalidade primitiva’ ou ‘mentalidade pré-lógica’, analisando as formas diferentes pelas quais os povos ‘primitivos’ e a cultura ocidental representavam a realidade. Ainda hoje, a Antropologia pode ser definida como o estudo sobre o conjunto de representações – e atos – que os homens constroem sobre si mesmos e sobre os outros, sobre o mundo natural, social e sobrenatural.

Foi a permanência do conceito de representações no âmbito da Antropologia que permitiu, a partir de meados do século XX, que outras diferentes disciplinas contribuíssem para o alargamento teórico e para as várias possibilidades de uso do conceito. A interface com a Antropologia permitiu aos historiadores, por exemplo, retomar o conceito de “mentalidade” e criar a escola conhecida atualmente como “história das mentalidades” – e que tem em Jacques Le Goff seu maior expoente – na qual se privilegia o estudo das representações coletivas e suas mudanças em determinado período histórico. Já a Linguística, particularmente sua vertente francesa, contribuiu com a análise do discurso, mostrando que é no discurso, entendido aqui em suas diferentes manifestações comunicativas, que as representações sociais se materializam.

Atualmente, os estudos tanto antropológicos como históricos, utilizam a análise do discurso como ferramenta que possibilita captar as concepções produzidas culturalmente e que são expressas oralmente, por escrito, e por algumas manifestações artísticas. É através das contribuições da Linguística que se reforça o caráter comunicativo e interpessoal das representações coletivas.

## 5.2. Representações e ciências sociais

### 5.2.1. A crise dos paradigmas

No fim do século XX, quando os paradigmas de análise da realidade entram em crise, o tema do “imaginário” aparece com uma forte tendência de análise. Na medida em que a teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais, baseada em idéias como o progresso, o homem, a civilização, deixa de ter sentido, surge um movimento paralelo nas ciências humanas. O tema dos imaginários sociais, enquanto objeto de análise, emergem desse movimento. PESAVENTO (1995: 9) afirma que

*“O tema do imaginário está na ordem do dia, como uma das mais instigantes tendências de análise da nossa fin de siècle. Apresenta-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais que caracterizam a nossa contemporaneidade no apagar das luzes do século XX: a crise dos paradigmas de análise da realidade, o fim da crença nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social e a interdisciplinaridade”.*

Essa crise de paradigmas é percebida por vários autores, independente de seus enfoques, implicando para as ciências humanas mudanças de conteúdos e métodos. Nesse momento de crise os autores fazem críticas aos modelos vigentes de interpretação da realidade que perduraram até cerca de metade do século XX: o historicismo de Ranke, baseado em “histórias nacionais”, o positivismo de Comte, que estabelecia verdades absolutas, e o marxismo, baseado no reducionismo econômico, no mecanicismo e no etapismo evolutivo.

Até então o estudo do imaginário havia sido relegado a segundo plano. Isso porque o racionalismo cartesiano desconsiderava tudo aquilo que representava opiniões, pré-noções e formas de conhecimento transmitidas pela tradição. Após Descartes houve um rompimento entre o saber racional e o imaginário, que se estenderia até Comte. Para Descartes, a imaginação era fruto do erro e da falsidade. E esse racionalismo institui-se como método

universal, despojando-se da imaginação e considerando o senso comum e imaginário como algo não sério, não científico.

Porém, já no século XIX esse cientificismo que já vinha se desenvolvendo desde o século XVIII, teve seus pressupostos questionados através da contribuição da psicanálise e da etnologia. Freud estabeleceu o determinismo da libido sobre o psíquico e a antropologia social, com Malinowski, Dumezil e Lévi-Strauss, introduziu símbolos à estrutura social. Mas, apesar do valor destas contribuições, elas não chegaram a abalar o racionalismo na passagem do século XIX para o século XX. Ao contrário, estes se encontravam em um de seus momentos de maior consagração.

Essas investidas, psicanalíticas e antropológicas, foram alheias aos historiadores, que ainda permaneceram por longo tempo presos ao historicismo, ao positivismo e ao marxismo. Somente quando o próprio marxismo deu sinais de renovação é que eles, os historiadores, voltaram-se para uma história social, cada vez mais cultural. Eles se desencantaram com a rigidez e com o economicismo de um marxismo ortodoxo, assim como com as concepções positivistas de uma história factual, política e diplomática. A nova tendência afirmava a não existência de verdades absolutas, recuando com a posição cientificista do século XIX e estimulando, pois, novos olhares e abordagens, que desembocaria, no decorrer dos anos 80 (do século XX), na chamada “nova história cultural”, que passou a lidar com as mentalidades, valores, crenças, mitos, representações coletivas traduzidas na arte, literatura, formas institucionais. É nesse momento que o imaginário, enquanto objeto de investigação, passou a ganhar destaque. Pesavento (1995) afirma que a emergência do imaginário como objeto é balizada pelo quadro geral de declínio das posturas cientificistas e racionalizantes de compreensão do mundo. Ela afirma que

*“Dessa forma, não é por acaso que o realce assumido pelo imaginário enquanto objeto de preocupação temática e investigação tenha crescido justamente no momento em que as razões cartesianas e as certezas do processo científico não se apresentam como capazes de dar conta da complexidade do real”. (Idem 1995:13)*

### **5.2.2. Imaginário, mentalidade e representações coletivas: contribuições da Antropologia e da História**

Muitos historiadores transitaram da história social para a história das mentalidades e esta muitas vezes se confunde com a história do imaginário. Na verdade, os historiadores de forma geral, não distinguem claramente “mentalidade” e “imaginário”, usando muitas vezes os dois termos como sinônimo, significando o conjunto das representações sociais de um determinado período, mesmo que este seja longo – Le Goff, por exemplo, fala em “imaginário medieval”.

Já os antropólogos circunscrevem o estudo no tempo e no espaço e utilizam mais comumente o termo “representações coletivas”, herança durkheimiana, e também o termo “visão de mundo”, contribuição mais recente do antropólogo norte americano Clifford Geertz. Geertz, ao conceber a cultura como sistema simbólico – a cultura é uma teia de significados que o próprio homem tece para compreender o mundo e nele se orientar – chamou a atenção para a necessidade de buscar os significados, socialmente reconhecidos e partilhados, dos comportamentos humanos que, em última análise, são ações simbólicas

A “história das mentalidades” é marcada por uma certa indefinição conceitual e metodológica de abordagem. As críticas falam em uma história leve, supérflua e óbvia, que faz concessões à moda e ao grande público. Critica-se também a ausência de teoria. Muitas dessas críticas partiram de investigadores que nela trabalham.

Para os antropólogos, a representação é uma expressão do pensamento, sendo manifestada por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Mas apesar de ser expressão sobre o real, a representação não é literalmente a realidade, não é o seu espelho. A representação do real é sempre referência a um “outro” que se encontra ausente. As coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido que vai além daquilo que foi manifesto. Como afirma PESAVENTO (1995)

*“Não se está diante de um ‘diálogo platônico’, mas de uma forma de entendimento que encara a realidade não só como ‘o que aconteceu’, mas*

*também como 'o que foi pensado' ou mesmo 'o que se desejou que acontecesse'". (Idem, 1995:17)*

As imagens e o discurso sobre o real não são o real, mas sim produto de estratégias de interesse e manipulação. Os agentes sociais que fazem estas representações investem seus interesses e sua bagagem cultural. Foi Bourdieu quem mais claramente mostrou que a instância das representações é também um campo de lutas sociais e jogos de poder. Isso porque

*"(...) o mundo social é também representação e vontade, e todo discurso contém, em si, estratégias de interesses determinados. A autoridade de um discurso e a sua eficácia em termos de dominação simbólica vêm de fora: a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real, agindo sobre a representação deste real". (PESAVENTO, 1995:18)*

A sociedade constrói sua ordem simbólica, que não é o real mas sim um sistema de idéias- imagens que dão significado à realidade, participando de sua existência. Em outras palavras, a sociedade faz a representação do real. Dessa maneira o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação.

Todas as sociedades, ao longo da história, produziram suas próprias representações, no qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros. Para antropólogos de diversas linhas, como Gilbert Durand e Lévi-Strauss, as representações constituem o diferencial e o capital pensante do Homo Sapiens.

As representações coletivas não possuem necessariamente uma correspondência com a verdade social, não sendo por isso algo não verdadeiro. O que acontece é que se passa a aceitar uma outra forma de se encarar a realidade, não mais somente como sendo aquilo que aconteceu, mas também como aquilo que foi pensado sobre ela.

A questão que aparece é como articular as representações do mundo com o próprio mundo, já que aquelas não são o reflexo deste. PESAVENTO (1995:17) afirma que

*"Todo fato histórico – e, como tal, fato passado – tem uma existência lingüística, embora o seu referente (o real) seja exterior ao discurso. Entretanto, o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar se os*

*historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que não seja uma representação”.*

Uma representação só pode ser decifrada através da articulação texto/contexto, não se podendo abandonar a idéia de totalidade para se compreender o texto. Seria impossível pensar o real sem relacioná-lo com um conjunto de categorias, postulando a articulação texto/contexto como essencial para resgatar a historicidade de um dado evento. Nesse particular, parece haver a confluência de posturas metodológicas tanto de antropólogos como de historiadores. Clifford Geertz já havia chamado a atenção para a importância da descrição densa, como forma de estabelecer uma conexão entre os elementos da realidade que formam a base da representação e entre os elementos da representação que dão significado à realidade. É essa articulação que Geertz chama de “texto”. Essa também é a posição de alguns historiadores, como CARLO GINZBURG,

*“(...) quando estabelece que não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto. Se a realidade por vezes nos parece opaca e incompreensível, é preciso buscar indícios, estabelecer relações e procurar significados em dados aparentemente irrelevantes, mas que adquirem sentido dentro de um contexto mais amplo, que é a necessária referência para a interpretação. Igualmente Darnton estabelece a impossibilidade de pensar o real sem relacioná-lo com um conjunto de categorias, postulando a articulação texto/contexto como essencial para resgatar a historicidade de um evento dado. Para Roger Chartier, não é possível entender uma história cultural desconectada de uma história social, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais. Assim como Darnton, Chartier entende que não há real oposição – ou oposição antitética – entre mundo real e mundo imaginário. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Concluindo, a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”.* (PESAVENTO, 1995:18)

Dado que a representação transcende e transborda a realidade, muitos autores ressaltam o caráter transformador e antecipador que as imagens possuem. A antropóloga LIANA SÁLVIA TRINDADE ressalta que:

*“O processo do imaginário constitui-se da relação entre o sujeito e o objeto que percorre desde o real, que aparece ao sujeito figurado em imagens, até a representação possível do real. Esse possível real consiste na potencialidade, no conjunto de todas as condições contidas virtualmente em algo. Nesse sentido, o imaginário não apenas previne situações futuras, como em sua atividade antecipatória orienta-se para um porvir não suspeitado, não*

*previsto. A determinação deste futuro virtual é acometida por uma imaginação transgressora do presente dirigida à consecução de um possível não realizável no presente, mas que pode vir a ser real no futuro.*

*Júlio Verne transgrediu através do imaginário as possibilidades técnicas de seu século e construiu o possível real do futuro: o submarino ou a viagem aérea que permite conhecer o mundo em oitenta dias.*

*Em suma, o imaginário não é a negação total do real, mas apóia-se no real para transfigurá-lo e deslocá-lo, criando novas relações no aparente real".* (TRINDADE, 1997:27-28)

É justamente esse poder modificador e antecipador das representações que as campanhas de conscientização pública, particularmente as campanhas de educação ambiental, pretendem mobilizar.

### **5.3. As representações sociais na psicologia social**

Ao buscar resgatar as representações sociais como conceito e fenômeno social, Moscovici inaugura um campo de estudos interdisciplinar que vem se consolidando no âmbito da Psicologia Social.

#### **5.3.1. Histórico**

O estudo das representações sociais surge no campo da psicologia social, segundo Silva (1998), num contexto de intensa crise no plano econômico, no plano jurídico, no plano dos valores e das normas, da arte e da cultura. Neste contexto, os fundamentos da ciência moderna também estão sendo repensados. Essa ciência, baseada na racionalidade técnico científica, passa a ser questionada em seus fundamentos epistemológicos e metodológicos.

*“A racionalidade técnico científica, que proporcionou um grande desenvolvimento das forças produtivas através da dominação da natureza, realizou também o projeto de dominação sobre os homens, desconsiderando uma das condições fundamentais da existência humana: a subjetividade”* (SILVA, 1998:106).

Emergem, então, uma série de movimentos que questionam esses fundamentos ao mesmo tempo em que constroem novas concepções de sociedade e ciência, baseadas na valorização da subjetividade e dos

processos cotidianos. Spink (1995) afirma que a teoria das Representações Sociais teve um papel importante na desconstrução da retórica da verdade, componente intrínseco da Revolução Científica que inaugura a modernidade nas sociedades ocidentais. A autora afirma que

*“(...) introduz uma nova perspectiva ampliando o conhecimento - objeto-de-estudo para além das fronteiras da ciência e passando a abarcar, também, o conhecimento do homem comum. Trata-se, portanto, de uma ampliação do olhar de modo a ver o senso comum como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais.” (Idem,1995:119)*

Silva (1998) afirma que o estudo das representações sociais surge com a publicação do estudo de Serge Moscovici, “La psychanalyse: son image et son public”. O estudo de Moscovici sobre as representações na psicanálise tinha como interesse entender o que acontecia quando um novo corpo de conhecimento, no caso a psicanálise, se espalhava dentro de uma população. Seu interesse era nas representações leigas da ciência. Para isto foram utilizados métodos convencionais como questionários semi-estruturados , pesquisas de opinião etc. Além disso, ele realizou análise de conteúdo dos meios de comunicação de massa (241 jornais e revistas publicados na França entre 01/01/1952 e 01/03/1953, de todas as referências à psicanálise). Assim, percebe-se que a análise de Moscovici não se deu apenas a nível individual, ele mostrou como a psicanálise era diferentemente representada em diferentes literaturas. FARR (1995:46) afirma que

*“somente vale a pena estudar uma representação se esta estiver relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito. Isso era certamente verdadeiro quanto à psicanálise, na França de 1950. Não seria verdadeiro, contudo, para a psicanálise na Inglaterra, nesse mesmo período.”*

O estudo de Moscovici buscou superar a fragmentação do ser humano, própria do campo psicológico, fazendo interligações entre cognição, afeto e sociedade. Segundo SILVA (1998:111)

*“as representações sociais, enquanto formas de conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação, são estruturas cognitivas, sociais e afetivas. E, como tal, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo; precisam ser entendidas a partir do contexto que as engendra e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano”.*

A abordagem das representações sociais, que contrapõe-se à tradição hegemônica da psicologia social, passa a considerar as relações informais, cotidianas, ou seja, leva em conta a vida humana em seu nível social, e justamente por considerar a realidade do mundo social é que Moscovici buscou, segundo Silva (1998), seu primeiro abrigo conceitual em Durkheim. Segundo ela

*“se ele pensou com Durkheim, também pensou contrariamente a ele, dando-se conta de que naquela sociologia havia o perigo implícito de esquecer que a força dos saberes, que são coletivos, encontra a sua mobilidade na dinâmica do social, que é consensual, é reificado, mas que se abre permanentemente para os esforços dos sujeitos sociais” (SILVA, 1998:110).*

O sujeito passa a ter um papel central nessa abordagem, e da mesma forma a realidade do mundo social também passa a ocupar um espaço central. Ao se estudar as Representações Sociais é preciso que se considere as condições sociais, ou seja, o contexto de produção em que estão inseridas. Elas emanam desse contexto e também são transformadas por ele. Essa atividade de reinterpretação contínua que emerge do processo de elaboração das representações no espaço da interação são, segundo Spink (1995), o real objeto do estudo das representações sociais. A autora afirma que

*“(...) as representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendram, ou seja, o contexto de produção. (...), o contexto só nos interessa porque sem ele não poderíamos compreender as construções que dele emanam e nesse processo o transformam” (Idem, 1995:121).*

Segundo Spink (1995), esse contexto social de onde emergem as representações sociais abrange não só os conteúdos que circulam em nossa sociedade, mas também conteúdos que têm sua origem em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social. Em outras palavras, o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social, mas também a partir de uma perspectiva temporal. Ela afirma que

*“quanto mais englobarmos em nossa análise o tempo longo - e, portanto, os conteúdos do imaginário social - mais nos aproximaremos das permanências que formam os núcleos mais estáveis das representações. No sentido oposto, quanto mais nos ativermos ao aqui-e-agora da interação, mais nos defrontaremos com a diversidade e a criação.”*

As Representações Sociais são, pois, um conjunto de conceitos, imagens e explicações construídas no cotidiano através de um processo de comunicação interpessoal, ou seja, são elaboradas coletivamente, de forma compartilhada e sancionada por uma determinada cultura. Jovchelovitch (1995) afirma que as representações sociais não são um agregado de representações individuais da mesma forma que o social é mais que um simples agregado de indivíduos. Moscovici (1995), no prefácio que escreveu para os “Textos em Representações Sociais”, afirma que os fenômenos sociais que permitem a identificação concreta das representações sociais são os discursos, dentro dos quais se manifestam os saberes populares, o senso comum e os conceitos científicos.

Segundo Spink (1995), trabalhar com o senso comum não significa catalogar os conteúdos a fim de se encontrar o estável e o consensual, porque estes são heterogêneos. Não há finalidade também em se buscar as estruturas lógicas subjacentes, porque elas também não existem. Para ela, “ao aprofundarmos a análise do senso comum, deparamo-nos não apenas com a lógica e com a coerência, mas também com a contradição”. Aceitar essa diversidade não significa abrir mão do consenso, pois há sempre algo em comum dentro de uma ordem social, seja pressupostos ideológicos ou até ressonâncias do imaginário social, e as representações sociais são elaboradas a partir de campos socialmente estruturados, mesmo que haja espaços que permitam o movimento, a mudança.

Reigota (1998) aponta para a importância de se fazer a distinção entre as representações e os conceitos científicos. Segundo ele, enquanto os conceitos científicos tendem à generalidade e ao rigor, as representações, apesar de poderem eventualmente possuir um aspecto de cientificidade, se associam a um tipo de conhecimento que se pauta pela compreensão descompromissada do real, situando-se fora de um padrão inflexível do saber. As Representações Sociais estão basicamente relacionadas com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estar presentes.

## **5.4. A análise do discurso**

### **5.4.1. A linguagem**

A língua é um fato social e sua existência deve-se às necessidades de comunicação. Em qualquer ato de comunicação verbal não só o enunciado é objeto dos estudos da linguagem, mas também a situação em que o enunciado se dá, tornando-se também objeto de estudo. BRANDÃO (1995:10) afirma que

*“Essa visão da linguagem como interação social, em que o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo a ser expresso à objetivação externa - a enunciação - desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos”.*

Dessa forma, é preciso, segundo Brandão (1995), que a lingüística não se limite ao estudo interno da língua, sendo necessário uma articulação entre o lingüístico e o social, que busque perceber as relações entre a linguagem e as representações sociais. Ela afirma que, enquanto sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. É nesse distanciamento que se encontra o campo das representações sociais, inclusive da ideologia. Assim, a linguagem não pode ser entendida como algo abstrato, mas sim como lugar em que as representações sociais se manifestam, se objetivam, se materializam.

Essa dualidade da linguagem, onde o centro não é apenas a língua, mas também o contexto extralingüístico atravessado por entradas subjetivas e sociais, tem como ponto de articulação o discurso.

### **5.4.2. Análise do discurso**

A análise do discurso é mais que uma simples extensão da Lingüística, dado que faz uma reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção da língua. O locutor deixa de ser apenas um aparelho

falante que se apropria do aparelho formal da língua e passa a ter um papel importante no processo da enunciação. ORLANDI (1996:36) afirma que

*“a análise do discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o lingüístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam. O que me permite dizer que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído”.*

É nessa perspectiva que a análise do discurso é entendida pela escola francesa, ao contrário da americana, onde não há uma preocupação com as formas de instituição do sentido. Manguineau (1993) avalia a especificidade da escola francesa da análise do discurso confrontando-a ao que, genericamente, é entendido nos Estados Unidos como análise do discurso, resumindo as diferenças através do quadro abaixo:

Quadro 1 – Especificidades da análise do discurso da escola francesa e anglo-saxã

	<b>AD francesa</b>	<b>AD anglo-saxã</b>
Tipo de discurso	Escrito	Oral
Objetivos determinados	Propósitos textuais	Propósitos comunicacionais
Método	Lingüística e história	Psicologia e sociologia
Origem	Lingüística	Antropologia

FONTE: F. Gadet adaptado por Manguineau (1993)

Segundo Brandão (1995), a análise do discurso, visto sob a perspectiva europeia, coloca a exterioridade como marca fundamental, que recorre a conceitos exteriores à Lingüística para assim dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem. Porém, a análise do discurso pertence ao campo da Lingüística, resultado de uma opção epistemológica. Assim, MANGUINEAU (1993:17) afirma que

*“Não é suficiente, pois, constatar que um discurso é feito de palavras para daí concluir que seu estudo depende mais da lingüística do que de uma outra disciplina. Optar pela lingüística, de modo privilegiado mas não exclusivo, consiste em pensar que os processos discursivos poderão ser apreendidos com maior eficácia, considerando os interesses próprios à AD. Isto não*

*implica que os textos em questão não possam ser objeto de abordagens com propósitos diversos”.*

Porém, deve-se ressaltar que a análise do discurso não seria uma parte da lingüística que estuda os textos (assim como a fonética estuda os sons); ela atravessa o conjunto de ramos da lingüística, porque o funcionamento dos discursos socialmente pertinentes podem se situar em níveis muito diferentes da organização da matéria lingüística.

Essa tendência européia filia-se a uma certa tradição intelectual francesa que estava habituada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60 a conjuntura intelectual francesa proporcionou uma articulação entre lingüística, marxismo e psicanálise. Brandão (1995:17) afirma que *“a análise do discurso nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos”.*

Para marcar sua especificidade, a análise do discurso considera outras dimensões, para assim não correr o risco de permanecer numa lingüística imanente. Essas outras dimensões são apontadas por Brandão (1995) como as seguintes:

- As instituições em que o discurso é produzido;
- Os embates históricos, sociais, etc. que se constróem nos discursos;
- O espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Assim, a análise do discurso vai além do quadro teórico da lingüística frasal e imanente, procurando apreender como no lingüístico aparecem as condições sócio-históricas de produção. O desafio a que se propõe é o de realizar leituras críticas e reflexivas e que não reduza o discurso a análises de aspectos puramente lingüísticos.

## **5.5. Representações sociais sobre meio ambiente**

O balanço teórico elaborado acima nos permite perceber como diferentes disciplinas formulam e operam o conceito de representações sociais, bem como o fato de esse conceito ser utilizado de forma interdisciplinar. O que

ficou ressaltado por todas essas teorias é que quando estudamos as representações sociais – como no nosso caso, as representações sobre meio ambiente – devemos analisar a forma como elas aparecem manifestas (em textos orais ou escritos) e o contexto que serve de base para a sua manifestação. No caso dessa dissertação, procuramos até o momento, caracterizar o contexto mais amplo onde as representações aparecem (destacando-se o fato de que meio ambiente vem sendo reduzido ao termo “natureza”) para, em seguida, analisarmos o suporte que elas utilizam, no nosso caso, as redações escritas e as entrevistas orais com os alunos.

Antes disso, porém, é importante efetuar um balanço, ainda que rápido, dos estudos que estão sendo realizados especificamente acerca das representações sobre meio ambiente, em particular os estudos históricos e aqueles voltados ao contexto da educação.

Assim como a relação do homem com o meio ambiente e a degradação ambiental têm sido foco de muitos estudos, as representações sociais sobre o meio ambiente vêm ocupando também significativos espaços em pesquisas. Particularmente a partir da década de 80, alguns historiadores se debruçaram sobre a questão ambiental, mostrando como a natureza foi construída culturalmente e como várias representações sobre ela se sucederam na cultura ocidental. Nesse sentido, já são clássicos os livros dos historiadores Keith Thomas e Alain Corbin, que analisaram a mudança de “mentalidade” do pensamento ocidental, em determinados momentos.

Corbin (1989), em sua obra “O Território do Vazio – a praia e o imaginário ocidental”, apresenta as mudanças nas representações acerca do mar entre 1750 e 1840 na Europa Ocidental. Em sua obra ele descreve como o mar deixou de ser visto como um ambiente caótico, repugnante e ameaçador, passando a ser visto como uma nova forma de prazer, numa mistura de cuidados corporais com uma sutil terapêutica do espírito entre as classes dominantes, até transformar-se em espaço de veraneio, num capítulo que o autor titula de “a invenção da praia”, quando aí também a burguesia passa a desfrutar os prazeres da beira-mar, antes restrita à aristocracia. Nessa obra, Corbin realiza aquilo que denominou de “história da percepção das paisagens”

e conclui sobre a importância da análise das representações e seu imbricamento com as práticas:

*“Importa daqui por diante examinar de que maneira e através de que mecanismos os homens de cada época e, se possível, de cada categoria social, interpretaram os esquemas antigos e os reintegraram a um conjunto coerente de representações e práticas. Assim, a exegese bíblica, a cultura literária e estética inspirada nos autores antigos, a ciência médica, ela também parcialmente inspirada na Antigüidade, e a experiência dos grandes navegadores da aurora dos tempos modernos alimentam, no século XVII, uma série de discursos e práticas do mar e de suas praias; elas geram comportamentos cuja configuração constitui um fenômeno histórico”.* (CORBIN; 1989:301)

Para efetuar sua análise, Corbin analisou os discursos presentes em poesias, romances, correspondências, obras religiosas, diários de bordo e tratados de medicina.

Thomas (1988), por sua vez, analisa a forma como a natureza foi vivida nos primeiros trezentos anos que inauguram a modernidade (1500-1800), como se passa da violência sobre o mundo natural para um vínculo baseado na simpatia. Ele salienta como a atitude do homem frente à natureza mudou nesse período, afirmando que

*“Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados, nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e às paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma amplificada”.* (THOMAS, 1988:18)

A importância dessas obras é mostrar o desenvolvimento do pensamento ocidental sobre a natureza, destacando-se o fato de que as paisagens naturais ainda não “domesticadas” pelo homem são alvo de representações negativas; já aquelas que passam pelo processo de conhecimento são alvo de representações mais positivas.

Para o período contemporâneo importa aqui destacar alguns trabalhos voltados para o contexto da educação de um modo geral. Esses trabalhos têm realizado uma crítica no que tange às representações sobre meio ambiente no imaginário popular, em grupo de professores, turistas, etc., tendo como cenário o contexto brasileiro. Basicamente, o que se percebe é que os grupos

formadores de opinião, destacando-se os professores, são portadores de certas distorções que repassam a seus alunos. Como já havia destacado Brugger (1999), a tendência é a de não discutir os conflitos, nos quais a presença do homem é central, para se privilegiar o conceito de meio ambiente como natureza.

Reigota (1998) apresenta uma pesquisa que realizou com estudantes de pós-graduação em Educação Ambiental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (Paraná) em 1991, cujo objetivo era registrar as representações e as práticas pedagógicas do grupo, a fim de identificar os pontos comuns entre as representações e as dificuldades das práticas pedagógicas adotadas pelos pesquisados, que era composta por educadores.

Schülze (2000) apresenta alguns resultados de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e que ainda encontra-se em andamento, cujo objetivo principal é articular as reflexões sobre as representações sociais sobre natureza e meio ambiente entre intelectuais de diferentes tradições disciplinares. Moraes, Jr & Schaberle (2000) desenvolveram uma pesquisa onde procurou-se estudar as representações sobre meio ambiente em função da área de conhecimento de estudantes e profissionais.

Estas pesquisas demonstram que a teoria das representações sociais tem contribuído para o desenvolvimento de estudos de questões relacionadas com o meio ambiente. É de grande relevância discutir a importância delas dentro de uma sociedade e como elas influem nas decisões que os seres humanos tomam individual e coletivamente. Em uma análise da educação ambiental o estudo das representações é fundamental, pois as diretrizes pedagógicas visam: 1) a uma mudança do conteúdo das representações sobre meio ambiente para, a partir daí, 2) propor uma modificação no comportamento e no estilo de vida das pessoas.

Não existe um consenso acerca do que seja meio ambiente, dado que o próprio conceito de natureza varia de acordo com cada grupo social, e, como demonstraram Corbin e K. Thomas, as representações sobre o mundo natural podem se modificar, dentro de uma mesma cultura, no decorrer de sua história. No entanto, de uma maneira geral há uma forte tendência em associar meio

ambiente à natureza, o que Reigota (1998) define como representação “naturalista”, onde a ação e presença humana aparecem com menos frequência e pouca intensidade. Em sua pesquisa, cujo universo de investigação foi composto por professores que cursavam a disciplina “Fundamentos e Tendências da Educação Ambiental” ministrada por ele na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, o autor concluiu que a abrangência dos conhecimentos profissionais e pessoais destes professores não foi suficiente para reconhecer no meio ambiente um conteúdo que fosse além dessa noção naturalista.

Schülze (2000) comenta sobre a dissertação de mestrado de Campos, onde os resultados sugerem uma porcentagem significativamente alta de professores que revelam a presença de representações naturalistas de meio ambiente. Na sua própria pesquisa, realizada em Florianópolis entre turistas, habitantes locais e responsáveis pelo turismo, Schülze (2000) também concluiu que meio ambiente é identificado principalmente como natureza, não privilegiando a dimensão político e social que acompanha a visão ambientalista.

No entanto, há de se considerar, como já foi mencionado, as diferenças nas representações. Moraes, comentado por Schülze (2000), em um estudo voltado às representações de meio ambiente por parte de estudantes e profissionais de áreas distintas, constatou que a maioria dos cientistas naturais apresentam a visão “naturalista” de meio ambiente, enquanto que estudantes e profissionais da área das ciências humanas e sociais apresentaram concepções nas quais havia a inserção dos seres humanos dentro da perspectiva ambientalista. Moraes, Jr & Schaberle (2000) na pesquisa realizada entre os participantes da III Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do VII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), além de pessoas escolhidas aleatoriamente na região central de Florianópolis, observaram resultados que indicavam que a representação “naturalista” de meio ambiente é predominante entre profissionais da área de Ciências da Vida, enquanto que a representação “globalizante”, onde a figura humana é incluída dentro de perspectivas sócio-

políticas, predomina entre os profissionais da área de ciências humanas e sociais.

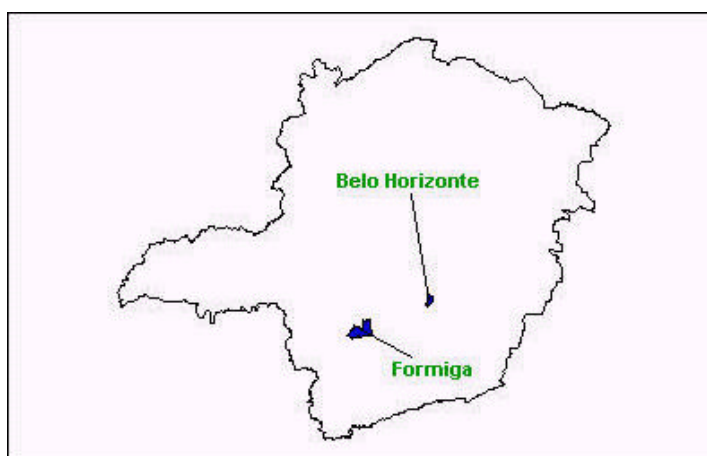
Diante destas colocações, cabe, com grande pertinência, apontar a importância de projetos educacionais que levem em consideração a problemática ambiental. Em sua pesquisa, Reigota (1998) observa que o grupo estudado, composto por professores, possui práticas pedagógicas convencionais, inseridas num tipo de educação preservacionista que, embora possuam variações de conteúdo e metodologia, baseiam-se na conservação vegetal, identificação de espécies de árvores, reflorestamento etc. Poucas práticas pedagógicas transcendem a preocupação naturalista. Aqui vale destacar que grande parte destas preocupações são abordadas sob uma ótica bastante distanciada dos problemas locais; em outras palavras, os problemas transmitidos através dessa educação são bem distantes da realidade, como por exemplo a ênfase que se dá para o desmatamento da Floresta Amazônica, sem que se discuta as implicações políticas, econômicas, culturais e internacionais da questão. Reigota (1999) afirma que se não for para discutir todas essas implicações dos problemas ambientais mais gerais, é melhor deixá-los de lado e se preocupar com temas mais imediatos e próximos.

Resumindo, esses estudos nos levam a entender que 1) os profissionais ligados à educação ambiental possuem determinadas representações sobre o meio ambiente, predominantemente naturalistas, fragmentadas e despolitizadas; 2) como educadores ou formadores de opinião, esses profissionais imprimem essa marca na sua atuação prática, repassando essas representações para o seu público. Por isso mesmo, direcionamos essa pesquisa a partir da hipótese de que o jovem que está sendo formado e informado pela atual educação ambiental tem um conjunto de representações que reproduzem as distorções mencionadas acima. É isso que procuraremos verificar entre alunos do município de Formiga, em Minas Gerais.

## 6. UNIVERSO DA PESQUISA

### 6.1. O município de Formiga

O município de Formiga está situado na região Centro –Oeste de Minas Gerais, na Zona Campo das Vertentes, a 194 Km de Belo Horizonte, segundo a divisão geográfica do estado, como pode ser observado na Figura 1. A área do município é de 1505,17 quilômetros quadrados, a vegetação predominante é a típica do cerrado. O município é banhado por rios permanentes, afluentes das bacias do Rio Grande e do São Francisco; são eles: Formiga, Mata Cavalco, Pouso Alegre, Lambari e Santana.



Fonte: Governo de MG.

Figura 1. Localização do município de Formiga

O município de Formiga possui uma população, de acordo com o último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2000), de 62.907 habitantes, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição populacional de Formiga

<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
30.981	31.926	55.597	7.310	62.907

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em relação ao sistema educacional, o município conta com 20 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 41 estabelecimentos de ensino fundamental, 4 de ensino médio e 1 estabelecimento de ensino superior, de acordo com dados do IBGE (2000). A taxa de alfabetização entre pessoas acima de 10 anos em 1997, estava em torno de 91,7%.

### **6.1.1. Aspectos históricos**

A região de Formiga começou a ser conhecida no século XVII, época em que havia grande preocupação em promover expedições à procura de riquezas minerais. Algumas dessas expedições foram feitas no vale do Rio São Francisco, cuja cabeceira encontra-se próxima ao município. Segundo Corrêa (1993), em 1719 descobre-se ouro no Mato Grosso e em 1722 em Goiás, através das entradas e bandeiras. O ouro constituía preocupação do governo, assim, todas as atenções se voltam para Goiás. Com a abertura da Picada de Goiás, em 1737, partindo de São João Del Rey com destino à nascente do Rio São Francisco e às minas de Goiás é que inicia-se, propriamente dita, a história da região.

Com a decadência da mineração do ouro, devido principalmente ao esgotamento de algumas jazidas, e com o crescimento do número de quilombos, iniciou-se o processo de povoamento nessa área, compreendida entre os Rios Grande e São Francisco. A preocupação com o povoamento da região teve início com Luís Diogo Lobo da Silva, que assumiu o governo de Minas em 1763. Duas entradas de caráter oficial foram registradas nessa

região: a de Bartolomeu Bueno Prado, que partiu de São João Del Rey em 03 de outubro de 1760 e da de Custódio de Torres Lima, em 1765. Segundo CORRÊA (1993:25)

*“Bartolomeu Bueno do Prado requereu sua sesmaria a 18 de dezembro de 1760 no sertão do Campo Grande, principiando a medição na Serra da Esperança, correndo Rio Grande acima e confrontando da parte da Nascente com o rio chamado Lambari e pela do Poente com a dita Serra da Esperança, e do Norte com o Pouso Alegre e da parte Sul com o Rio Grande. Dentro do atual município de Formiga”.*

A partir dessa época, surge a atuação de Inácio Corrêa Pamplona, desbravador açoreano que foi de grande importância na colonização da região. Em meados do século XVIII, tendo em vista o excesso de habitantes no Arquipélago de Açores, foi feito um pedido ao rei de Portugal para que fosse retirado o excedente de habitantes das ilhas e levados para o Brasil. Daí o motivo principal da participação ativa de açorianos na colonização brasileira, e principalmente nesta região, devido à presença de Inácio Corrêa Pamplona. Este açoreano, nomeado regente da região de Campo Grande em 1765 pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva para povoar a região, teve sua ação diretamente ligada à eliminação de quilombos da região.

Em 1767 o governador assinou vinte cartas de sesmarias para pessoas que ajudaram a desbravar o oeste. Foi aí que começou, propriamente dita, a colonização do município de Formiga.

Seguindo a cronologia da cidade de Formiga, em 1832 criou-se a Paróquia de São Vicente Férrer. O censo demográfico de 1838 revelou que o arraial e região contavam com 6290 habitantes. No ano seguinte, mais precisamente em 12 de maio de 1839, através da Lei Provincial, deu-se a emancipação administrativa, criando a Vila de Formiga. E em 6 de junho de 1858 esta foi elevada à categoria de cidade.

O nome do município de Formiga tem sido motivo de muitas controvérsias. Há três versões sobre a origem do nome da cidade. A primeira tentativa de se justificar o nome vem da época dos tropeiros, que passavam pelo município com destino às minas. Em uma dessas passagens pelo local, trazendo carregamento de açúcar, provavelmente de São João Del Rey, arrancharam-se às margens de um ribeirão e tiveram suas cargas de açúcar atacadas por formigas, resultando daí a denominação “Rancho, ou Sítio, das

Formigas”. Esta versão jamais foi aceita, mas dado o seu caráter folclórico, é bem vista pelos formiguenses.

Outra versão diz que o nome é decorrente dos índios que habitavam a região, chamados “Formigas” por terem o costume de comer uma espécie de formiga, as tanajuras ou içás. CORRÊA (1993:81) afirma que

*“Perto de Formiga, está o povoado de Padre Doutor, onde existiu antes na cidade, um cemitério imemorial. Também é sabido a existência de índios por ali (...) Em coincidência cronológica, recordamos o que se passava em Goiás, quando começava a aparecer o nome Ribeirão da Formiga. Desmembrado o território de Goiás da Capitania de São Paulo, foi governador da nova Capitania Dr. Marcos de Noronha, Conde de Arcos. Um dos atos desse governador foi a criação de aldeias para índios e dentre estes a de Formiga”.*

A terceira versão defende a idéia de que o nome foi dado pelos pioneiros de origem açoriana, que repetiam na região os topônimos<sup>1</sup> de sua terra natal. Assim, São Miguel, hoje chamada Calciolândia, copiou o nome da maior ilha do Arquipélago dos Açores. A hoje cidade de Candeias teve seu nome a partir de N. S. das Candeias, padroeira da Ilha do Pico. Ao chegarem ao sítio onde se situa hoje a Cidade de Formiga, encontraram os pioneiros açoreanos penedos debruçados não sobre o mar, mas sobre o rio e, dada a semelhança com o panorama deixado no arquipélago das suas origens, deram o nome de Rio das Formigas, denominação que passou a ter a Vila das Formigas e, com a edificação da primeira capela em louvor a São Vicente Férrer, passou a localidade a chamar-se Capela São Vicente Férrer da Vila das Formigas de São Bento de Tamanduá. Com essa versão fica superada a velha controvérsia relativa ao nome da cidade, que provém, pois, do batismo dado ao local pelos primeiros desbravadores da região, advindos do Arquipélago de Açores.

### **6.1.2. O rio Formiga**

Todo o município de Formiga é cortado pelo rio que recebe o mesmo nome e que encontra-se em processo acelerado de degradação. Esta sub-bacia é formada pela junção das águas do Ribeirão Barra Mansa e águas do

---

<sup>1</sup> Nome próprio de lugar.

Rio Padre Trindade e é o curso d'água mais importante do município. O problema está no atual estado em que o Rio Formiga se encontra.

A situação é atualmente muito grave. As matas ciliares nas nascentes e nos primeiros quilômetros de seu curso foram retiradas, as pastagens formadas em solos pobres e cascalhentos encontram-se em estado de degradação. Acrescenta-se a isso a grande extração de areia por todo o seu curso. A presença do extrativismo da terra, solo e água e a não utilização de qualquer tipo de preservação das margens acentuam o comprometimento da qualidade ambiental. Os córregos afluentes são o espelho do próprio rio. Papéis, latas, plásticos, esgoto doméstico e industrial, óleo e graxas, animais mortos, tudo isto é visto em grandes proporções. De acordo com a Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEAM, o índice de qualidade da água é ruim, com alta contaminação por tóxicos, com ocorrência de alumínio, amônia não ionizável, chumbo, cobre, coliformes fecais, fosfato total, índice de fenóis, manganês, turbidez e zinco acima dos limites de classe.

A captação da água municipal localiza-se em suas margens, antes da área urbana. A área ocupada pelo depósito de lixo da zona urbana localiza-se nas proximidades de uma das nascentes do Córrego da Matinha, afluente da margem esquerda do Rio Formiga; é uma área não cercada que em períodos chuvosos tem seu lixo carregado para o leito do Córrego.

O mau cheiro é incômodo e o volume d'água é precário. A redução das vazões dos cursos de água durante o período de estiagem evidencia a presença de grandes bancos de terra/areia nos leitos dos córregos e rios afluentes. Nos últimos anos o Rio Formiga teve sua lâmina d'água reduzida significativamente. Seu encontro com o Rio Grande, na Represa de Furnas, é a própria imagem de seu curso: todo material carregado (terra, areia, lixo) deposita-se no solo formando um grande alagado.

### **6.1.3. O caso FIAT**

Acelerando esse processo de degradação, o ano de 2000 foi marcado por casos que despertaram a atenção da imprensa regional e nacional. O leito do Rio Formiga recebeu componentes do lixo industrial oriundo das empresas Interni e Formitap, ambas fornecedoras da Fiat Automóveis S/A. Toneladas de materiais usados no revestimento interno de automóveis fabricados pela montadora sediada em Betim (MG) foram jogados na região próxima à nascente, área de preservação ambiental. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) interditou o local e exigiu a retirada de algo em torno de 40 toneladas de resíduos tóxicos pelas empresas.

A manchete do jornal “Estado de Minas”, de 18 de maio de 2000, fala em contaminação do solo e águas em Formiga por lixo industrial despejado na zona rural do município. Foram recolhidas evidências de que os resíduos eram usados como combustível em fornos de barranco para a produção de cal. A queima de PVC, presentes nesse material, libera dioxina, um dos mais potentes agentes cancerígenos conhecidos pela ciência.

A Fiat divulgou em nota oficial que não seria responsável pelo depósito irregular de resíduos industriais, visto que não teria sido ela própria a despejar o material. Esse episódio fez com que a empresa despertasse para o conceito ecológico da ‘responsabilidade solidária’, com a intenção de preservar sua imagem perante a opinião pública. Passou, assim, a exigir de seus fornecedores o comprometimento com questões ecológicas ou o cancelamento de contratos. O que mais chama a atenção é que a Fiat é detentora do selo ISO 14001, certificado internacional de correção ambiental.

Para os ativistas do Greenpeace (ONG internacional) a empresa não estaria isenta de responsabilidade, pois sem esses fornecedores ela não poderia montar seus carros, sendo, portanto, também responsável. Em protesto ao fato ocorrido e à omissão que afirmaram estar ocorrendo, no dia 7 de junho de 2000, membros do Greenpeace despejaram 400 quilos de lixo industrial, buscados em Formiga, em frente ao prédio da Fiat na avenida Paulista, em São Paulo.

#### **6.1.4. FUCOMA**

A cidade conta com a atuação de uma ONG local – Fundação Comunitária Cultural do Meio Ambiente (FUCOMA) – ligada a problemas ambientais. A entidade é de caráter ecológico, sem fins lucrativos, apolítica, com sede na cidade de Formiga – MG, fundada em 16 de agosto de 1990. De acordo com seu estatuto, a ONG tem como objetivo incentivar a divulgação, promoção, defesa, preservação, recuperação e busca do desenvolvimento ecológico ambiental, atuando em nível municipal, regional, estadual, nacional ou internacional, dentro de suas possibilidades.

A ONG trabalha basicamente na área de educação ambiental e mobilização da opinião pública. As atividades de educação ambiental restringem-se a distribuição de panfletos educativos, projeção de filmes ecológicos, realização de concurso de poemas ecológicos, palestras nas escolas do município, realização de seminários. No ano de 1999 a ONG desenvolveu um trabalho, segundo eles, mais intenso de educação ambiental nas escolas da região, recebendo, segundo a diretoria, maior apoio da direção da Escola Estadual Dr. Abílio Machado, onde a presente pesquisa com os alunos foi realizada. O trabalho foi desenvolvido em dois momentos distintos. O primeiro foi com a realização de palestras e oficinas (reciclagem, elaboração de painéis) com alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, dentro da própria escola. O segundo momento foi a realização de 2 visitas à nascente do Rio Formiga para o plantio de mudas, que fez parte do Projeto Rio Vivo, realizado também com a participação de alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série.

O Projeto Rio Vivo (Projeto de recuperação da Bacia do Rio Formiga), realizado no ano de 1999, teve como objetivo principal a recuperação das matas ciliares e das nascentes, bem como a recuperação e conservação de sua diversidade biológica. Para esse projeto foram plantadas cerca de 10.000 mudas de árvores nas nascentes do rio Formiga.

A FUCOMA teve grande participação no caso da Fiat, no sentido de ter sido a primeira a denunciar o fato, antes que o caso chegasse à imprensa, o que veio a ocorrer depois de mais de um ano.

A importância dessa ONG para a pesquisa reside no fato de suas campanhas se voltarem a problemas ambientais locais, que são passíveis de observação e até mesmo da vivência dos alunos. As entrevistas realizadas com o presidente da entidade indicam que a FUCOMA alertou os alunos da escola pesquisada sobre o estado de degradação do rio Formiga, tanto que ele foi objeto central de palestras e campanhas. Nosso objetivo, aqui, é verificar se os alunos conseguem estabelecer relações entre os conteúdos teóricos da Educação Ambiental, recebida na escola, com os fatos locais que integram a sua vida cotidiana.

## **6.2. Procedimentos metodológicos**

Na presente pesquisa foram feitas três visitas a campo. Na primeira delas, realizada em outubro de 2000, foi feito o primeiro contato com o presidente da ONG, quando conseguimos delinear, a partir das informações obtidas, qual seria nosso universo de pesquisa. A escolha da Escola Estadual Dr. Abílio Machado deve-se ao fato de ter sido citada pela ONG como sendo a de maior participação nas campanhas educativas realizadas por ela, e o fato de ser uma escola urbana nos leva a acreditar na possibilidade de futuras pesquisas em escolas rurais. Assim, numa segunda visita a campo, realizada em abril de 2001, foi feito contato com a escola através da diretora e supervisora. A partir daí, obtivemos apoio de ambas à realização da pesquisa. Nessa mesma visita foram realizadas as primeiras entrevistas, estas com os alunos do 3º ano do ensino médio. A última visita a campo foi realizada em agosto de 2001, sendo que desta vez foram entrevistados os alunos do ensino fundamental.

A escola conta com 186 alunos matriculados no 3º ano do ensino médio, divididos em 7 turmas, sendo que 4 são do turno diurno e 3 do noturno, e com 112 alunos matriculados no último ano do ensino fundamental, divididos em 4 turmas, sendo que 3 são do turno diurno e uma do noturno. Optou-se por trabalhar com alunos do último ano de ciclos distintos (ensino fundamental e ensino médio) exatamente por estarem encerrando um ciclo de ensino. Foram escolhidos 2 alunos de cada turma do 3º ano e 9 alunos do último ano do

ensino fundamental, do turno diurno. A escolha dos alunos foi feita aleatoriamente por se tratar de uma amostra significativamente homogênea, com relação à faixa etária, nível econômico e social.

O critério para a escolha dos alunos do ensino fundamental foi o de selecionar alunos que estivessem matriculados nesta mesma escola no ano de 1999, quando a ONG fez o trabalho de educação ambiental já mencionado. Nenhum aluno do turno noturno foi escolhido devido ao fato de terem ingressado na escola naquele ano, não participando, pois, do trabalho. Por sua vez, os alunos do último ano do ensino médio não participaram da campanha realizada pela ONG em 1999 por já terem cumprido o ensino fundamental naquele ano, o que permitiu com que trabalhássemos com duas amostras distintas em um ponto fundamental: uma que teve contato direto com o trabalho da ONG e outra que não participou diretamente deste trabalho.

Para a coleta de dados para essa pesquisa trabalhou-se com entrevista junto aos alunos, identificando aqueles conteúdos que mais marcaram a construção de suas concepções sobre meio ambiente. Pareceu-nos pertinente refletir sobre o primeiro contato com os jovens, porque foi a partir desse momento que iniciou-se a construção das redações. O primeiro contato foi com os jovens do 3º ano do ensino médio, do turno da manhã. Foi explicado a eles o motivo de minha presença para que eu tentasse ao máximo evitar formas de hierarquização, muito embora seja sabido que a minha presença na escola não foi neutra e que de alguma maneira exerceu influência na elaboração das redações, mesmo deixando explícito que eles não seriam avaliados sobre o conteúdo ou a forma de escrita. O próprio ambiente escolar, em que foi estabelecido contato, por si só já cria a idéia de avaliação.

Foram marcadas entrevistas individuais em horários extra aula e o pedido de elaboração das redações para cada um deles. O mesmo procedimento foi realizado com os alunos do horário noturno e também na visita seguinte a campo com os alunos do último ano do ensino fundamental.

Além disso, foi pedido a eles que elaborassem uma redação a partir da indicação do tema “Meio Ambiente”. Com essa técnica pretendeu-se deixar que os jovens transmitissem de forma livre o que pensavam sobre o tema. Tentou-se fazer com que as condições fossem propícias para que os jovens fizessem

sua interação de maneira segura, o que nos faz pensar na possível consciência do emissor ao utilizar-se da fala.

Dos alunos do ensino fundamental entrevistados, todos fizeram a redação que seria analisada. Já dos 14 alunos do ensino médio entrevistados, 3 não entregaram as redações para análise.

A escolha da amostra composta por 23 estudantes dentro de um universo de 298 se refere ao fato de que o objetivo é muito mais no sentido de valorizar a análise dos sujeitos a fim de se conseguir uma análise mais rica, visto que a pesquisa é do tipo qualitativa.

Por se tratar de um componente importante na realização de pesquisa qualitativa, a entrevista foi utilizada como técnica do trabalho de campo. As entrevistas foram do tipo semi-estruturada, que parte de certos questionamentos básicos que interessam à pesquisa, mas oferecendo também a possibilidade do surgimento de novas questões, à medida que se recebem as respostas do informante. Esse tipo de entrevista, segundo Trivinõs (1987), valoriza a presença do investigador, ao mesmo tempo em que possibilita ao informante manifestar-se com liberdade e espontaneidade, enriquecendo a investigação.

Os dados obtidos nas redações e nas entrevistas foram analisados pela teoria da Análise do Discurso de linha francesa na medida em que ela é uma ferramenta das Ciências Sociais. Como foi visto anteriormente, é no discurso (oral ou escrito) que as representações sociais são materializadas, ou seja, expressas.

## 7. ANÁLISE DAS REDAÇÕES

### 7.1. Condições de produção

A postura crítica necessária para avaliar a autenticidade e a validade do conteúdo dos documentos, para que não os reduza a análises de aspectos puramente lingüísticos, exige que se clarifique as condições de produção prevaletentes. Para a análise do discurso os protagonistas do discurso não são meramente organismos individuais, mas sim a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social. Quando Brandão (1995) aborda a questão das condições de produção, ela facilita o entendimento afirmando, através de exemplo, que

*“No interior de uma instituição escolar há o ‘lugar’ do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso”. (Idem;1995:36)*

Dessa forma, vê-se que não é o sujeito que se apropria da linguagem, o que ocorre é uma forma social de apropriação. É então através desse jogo do

lugar social que está representada a determinação histórico-social do discurso, e é através da análise do discurso que se identifica esse contexto.

Assim, a leitura para a análise do discurso compreende a articulação entre o processo de produção de um discurso e as condições em que ele é produzido, ou seja, o seu contexto, seu meio social, seu momento histórico. Como a análise do discurso considera as condições de produção (exterioridade, processo histórico social) como constitutivas do discurso, e que o caracterizam, estas acabam por ser também objeto de análise. Assim, a análise do discurso deve dar conta da articulação entre o processo de produção e as condições em que é produzido. Essas condições de produção intervêm na elaboração do texto quanto às manipulações de mecanismos lingüísticos básicos.

Para dar relevância ao papel do sujeito falante é preciso vê-lo como sendo capaz de exteriorizar os conceitos assimilados através da linguagem escrita, na qual fluem os mais íntimos pensamentos, justificáveis apenas dentro do meio e com a cultura em que está inserida.

As entrevistas semi estruturadas permitiram compreender algumas das condições de produção do conteúdo das redações. Foram entrevistas gravadas que em muito nortearam a pesquisa. Estas entrevistas possibilitaram entender vários aspectos relacionados com a idéia de meio ambiente, como, por exemplo, a importância dos meio de comunicação na formação de suas representações, a importância dada aos problemas locais e aos problemas globais, a importância de outros atores na construção das representações, como familiares. Além disso, as entrevistas permitiram compreender qual tipo de educação (formal, não-formal e informal) mais influencia na construção das idéias acerca do meio ambiente. Para analisar a idéia (representação) de meio ambiente, propósito do trabalho, foram utilizadas as redações.

Tudo isso ajudou a compreender que o tema meio ambiente não era algo alheio à realidade desses jovens, o que impediria a realização do trabalho acerca das representações sociais, visto que é possível que um grupo não tenha uma representação sobre um dado objeto, mas que simplesmente tenha um conjunto de imagens, opiniões, informações, sem que isso suponha a existência de uma representação social; isso porque há condições que afetam

a emergência delas, variando de grupo para grupo: dispersão da informação, focalização e a pressão à inferência. No caso da presente pesquisa, o assunto encontra-se presente no cotidiano desses jovens, seja devido às propostas de educação ambiental formal (através de alguns conteúdos de disciplinas), seja através dos meios de comunicação, principalmente a televisão, seja através de campanhas da ONG, mesmo que ela não seja identificada por eles como realizadora destas, ou seja pelo episódio que ocorreu com o Rio Formiga, que tomou dimensões nacionais, despertando a atenção deles para o assunto.

## **7.2. Análise**

Para a análise das redações foram construídas duas categorias que fossem suficientes para abarcar as idéias principais que orientaram o discurso contido nelas. É transparente que a idéia de ‘degradação’ está intimamente relacionada com os discursos ambientalistas, sendo portanto reproduzidos por outros sujeitos e no caso da presente pesquisa, pelos jovens pertencentes à amostra. O mesmo acontece com a idéia de ‘preservação’.

A preocupação dos agentes produtores (e reprodutores) dos discursos ambientalistas, sejam discursos pertencentes ao contexto formal ou informal, em muito se centram na idéia de ‘degradação’. São muitas as vozes que expõem as formas de exploração dos recursos naturais e também os impactos de algumas atividades econômicas sobre esses recursos. O problema da destruição da natureza encontra-se em proporções significativas nesses discursos, assim como a idéia de ‘preservação’.

A ‘degradação’ ambiental se traduziu em poluição e outras alterações dos ecossistemas e ciclos naturais e isso deu um forte motivo para nortear a problemática ambiental a partir da idéia de ‘preservação’. Esta, na sua expressão mais freqüente, baseia-se na luta contra as poluições mais graves através de uma gestão razoável dos recursos naturais, e na proteção das espécies animais, vegetais, dos mares.

Algumas expressões, verbos e palavras são freqüentemente usados no contexto ambiental. No campo não formal existe uma grande quantidade de folhetos, de diferentes procedências, incentivando a separação do lixo,

conscientizando a população quanto ao perigo de extinção de algumas espécies, promovendo campanhas de reflorestamento, etc. No material produzido pela FUCOMA o discurso que se apreende está diretamente ligado às idéias de ‘degradação’ e de ‘preservação’. Em folhetos distribuídos em campanhas percebe-se claramente a existência das duas idéias:

Quadro 2 – Discurso da FUCOMA

<b>Degradação</b>	<b>Preservação</b>
Não destrua a natureza	Preserve a natureza
Não mate aves ou animais silvestres	Denuncie qualquer maltrato à natureza
Não destrua os patrimônios naturais	Respeite as áreas de preservação ambiental
Não jogue lixo nos leitos dos rios	Plante árvores, principalmente as frutíferas

Fonte: Folheto de campanha da FUCOMA

No campo informal apreende-se o sensacionalismo da mídia, através das manchetes dos jornais, das capas das revistas, dos programas de televisão, onde é construído o medo ecológico mediante a dramatização, dito e escrito, apregoado e filmado com títulos do tipo:

- “A Terra ameaçada”;
- “A Terra em perigo de morte”;
- “A natureza na UTI”;
- “Nós só temos um planeta”.

Já nas redações analisadas, as duas categorias foram manifestas em determinadas frases que podem ser vistas de forma ainda genérica a partir do quadro construído abaixo:

Quadro 3- Discursos dos jovens da amostra acerca de degradação e preservação

<b>Degradação</b>	<b>Preservação</b>
<i>Nosso ar está contaminado</i>	<i>Preservar nosso meio ambiente</i>
<i>Ficam desmatando</i>	<i>Preservação de nossa vida</i>
<i>Acabando com o pouco que nos resta</i>	<i>Preservar o restante</i>
<i>Desmatando, matando animais, poluindo águas</i>	<i>Usar técnicas que não agrida o meio ambiente</i>
<i>Poluindo o ar, a água e muitas vezes, a própria</i>	<i>Devemos preservar o meio ambiente pois ele é</i>

<i>terra</i>	<i>também a preservação de nossa vida</i>
<i>A maior floresta do mundo está se reduzindo a pó</i>	<i>Não faça de maneira nenhuma um crime contra a natureza</i>
<i>O homem mata por dinheiro e prazer</i>	<i>Cuidar melhor dos nossos rios</i>
<i>Rios poluídos, nascentes estão desmatadas, o ar está em má qualidade</i>	<i>Se não tomarmos uma atitude rápido, nós não teremos mais um meio ambiente tão verde, bonito</i>
<i>A natureza vai sendo destruída</i>	<i>A natureza é finita, e o homem deve aprender a respeitar e conviver pacificamente com ela</i>
<i>O homem destrói o seu meio</i>	<i>Não podemos jogar lixo em nossos rios</i>
<i>O homem está conseguindo acabar com as árvores, plantações que dão frutos</i>	<i>Preservação do meio ambiente com pequenas ações: jogar papel no lixo e não na rua, não encher os rios de entulho</i>
<i>Destruindo o oxigênio</i>	<i>Se não preservar o seu fim estará próximo</i>
<i>Destroem a vida de animais inofensivos</i>	<i>A preservação deve ser constante</i>
<i>Matança de animais</i>	<i>Deixar de usar produtos que destroem o meio</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Porém, devido ao fato da diferença das séries apresentar certas particularidades, decorrentes da própria idade e conseqüentemente da vivência dos alunos, analisaremos as redações em dois blocos distintos: redações do último ano do ensino fundamental e do último ano do ensino médio. Tanto um grupo como outro estão completando um ciclo escolar e receberam conteúdos de educação ambiental através da educação formal, além de estarem numa faixa etária (apesar da diferença de idade entre um grupo e outro) que permite a eles terem acompanhado campanhas educativas ambientais nos meios de comunicação de massa, particularmente a televisão. Mas o que determinou a escolha de duas séries distintas deveu-se ao fato, como já foi explicitado no capítulo 5, de uma série ter sido alvo de campanhas por parte da ONG local e outra não.

### **7.2.1. Análise das redações do último ano do ensino fundamental**

Foi dado aos alunos de ambas as séries o tema “Meio Ambiente” para que eles elaborassem uma redação livre, ou seja, não havia itens pré-selecionados ou obrigatórios para o desenvolvimento da redação. Ficou claro aos alunos que a intenção da redação não era “testar” os conhecimentos e por isso não houve orientação sobre o conteúdo ou a forma de escrita. Aqui, faremos a transcrição literal das redações, conservando os erros de ortografia,

expressões ‘erradas’ ou confusas, como forma de manter maior fidelidade aos textos originais. Nenhuma redação usou desenhos como forma de expressão.

Em termos da estrutura do texto, as redações apresentam uma similaridade importante: em primeiro lugar é colocado um problema conceitual, ou seja, como se pode definir o que é e o que não é meio ambiente; logo em seguida aparece aquilo que em Análise do Discurso se chama de disjunção, ou seja, uma transformação do estado do objeto, no caso a descrição da situação de degradação atual do meio ambiente; finalmente temos a conjunção, ou seja, a enumeração daquilo que seria necessário para a volta ao equilíbrio.

Por essas características podemos classificar as redações como textos narrativos (e não descritivos). Os textos narrativos apresentam uma seqüência de acontecimentos, um encadeamento de ações registradas através dos verbos de ação, ou seja, marcadas pela temporalidade. Já a dissertação faz uso de formas genéricas e convencionais, expondo idéias bem articuladas, numa seqüência lógica e coerente, valorizando o conteúdo – fruto de análise crítica do assunto – a ser transmitido; ela é construída normalmente em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Assim, na medida em que as redações apresentam a idéia de transformação, ainda que descrita apenas em seu estado atual, depreende-se a passagem de uma disjunção entre equilíbrio e desequilíbrio.

O que chama a atenção, em primeiro lugar, é que nas 9 redações das 8<sup>as</sup> séries houve uma preocupação em definir o que seria meio ambiente, como mostram as citações abaixo<sup>1</sup>:

1. *“O meio ambiente é tudo o que nos cerca. Qualquer lugar onde você está é um ambiente, seja ele qual for. A natureza ao meu ver é o mais puro de todos os ambientes”.*
2. *“O meio ambiente é tudo para mim, pois tudo que vem dele nos é necessário, sem ele não conseguiríamos sobreviver”.*
3. *“O meio ambiente é nosso lugar, nosso espaço, meio ambiente é o que nos cerca, um lugar natural”.*
4. *“Nós jovens temos uma idéia errada sobre o que seja meio ambiente, achamos que este se resume apenas em árvores e rios, natureza, mais*

---

<sup>1</sup> As redações foram numeradas de 1 a 9 e as citações obedecem ao número das redações onde elas se localizam.

*não é bem assim, nosso habitat, nossas casas e escolas também são um meio ambiente”.*

5. *“Meio ambiente, expressão simples mas de importância extrema. Significa, para mim, todo o espaço onde vivemos. Um complexo formado por uma relação entre: ar, água e terra, que abriga com vida plantas, animais e seres humanos. Meio ambiente é o espaço onde andamos, habitamos. É a terra enriquecida por suas belezas naturais: rios, cachoeiras, matas, animais, que contém o sopro necessário a vida: o oxigênio contido em seu ar”.*
6. *“Temos que nos conscientizar de que o Meio Ambiente é o patrimônio mais importante que nós temos. O meio ambiente é o lugar onde os seres vivos vivem: florestas, rios, lagos, cidades, nossas casas, o mundo que vivemos”.*
7. *“Meio Ambiente para mim não é nada mais do que o lugar onde vivemos, ou seja, a natureza e quem vive nele influe diretamente no seu estado físico”.*
8. *“Ao ouvir a palavra meio ambiente, a primeira idéia que se tem em mente é relacionada a natureza. Uma natureza diversificada e com vários itens relacionado a ecologia, preservação, destruição. Aprofundando mais a palavra meio ambiente, logo se percebe que esta possui um significado mais amplo. Meio Ambiente o próprio nome já diz: local de convivência. O ambiente e a vivência do nosso dia-a-dia, como nos relacionamos e como nos sentimos em meio as pessoas. Um palpite particular sobre a vida que vivemos”.  
Uma palavra de significado amplo e bem discutível onde cada um possui um ponto de vista, com idéias e imagens”.*
9. *“Quando falamos sobre meio ambiente na maioria das vezes nos lembramos de florestas, animais e acabamos nos esquecendo da cidade. O nosso meio ambiente”.*

Uma observação a ser feita é a de que a redação de número 5 só contém definições acerca do que seja meio ambiente, ao contrário das demais, que além dessa definição, perpassa também pela idéia de ‘degradação’ e ‘preservação’, ou seja, pelas duas categorias construídas no trabalho.

A partir dessas definições chama a atenção a oscilação entre uma visão de meio ambiente essencialmente naturalista e outra visão social, inclusive urbana, sendo que a ênfase recai então na palavra ambiente como “local de convivência”, “qualquer lugar onde você está”, “espaço onde andamos, habitamos”. Enfim, o lugar onde se desenvolve a cotidianidade das relações sociais.

Interessa também ressaltar que algumas passagens, inclusive, chegam a considerar “errada” ou insuficiente a visão naturalista de meio ambiente e em algumas redações aparece claramente a definição de meio ambiente como “idéia”, “expressão” e “imagem” variável de pessoa para pessoa.

Nesse sentido, podemos dizer que o conjunto das redações traz um debate entre o saber e o não saber. O não saber decorre de certos equívocos (“idéia errada” dos jovens; falta de aprofundamento porque o significado é mais amplo; esquecimento). Porém, essa falta de saber é compensada pelo fato de que o objeto (meio ambiente) é condicionado pelo ponto de vista em que cada sujeito cognoscente se coloca para apreendê-lo. Adquirindo um saber a partir de uma perspectiva, os sujeitos atribuem ao seu conhecimento uma marca de certeza e conferem ao outro conhecimento a qualificação de equívoco. Segundo Fiorin, nesse caso, especificamente

*“O narrador trabalha com verdades e falsidades. Quando ele instaura um conflito entre essas duas instâncias, manipula o segredo e a mentira. (...) Com efeito, esses procedimentos retóricos operam no âmbito da simulação (/parecer/ e /não ser/) ou da dissimulação (/não parecer/ e /ser/). Cabe ao enunciatário perceber esse segredo ou essa mentira no seu fazer interpretativo”.* (FIORIN;1994:62)

O conhecimento atribuído ao outro é parcial, ou seja, abarca apenas algum aspecto do objeto, enquanto o conhecimento do sujeito do discurso é mais “aprofundado” porque considera o objeto de várias perspectivas.

Aqui temos uma oposição semântica entre parcialidade e totalidade. Em algumas redações há a afirmação da parcialidade (ela existe mas não é correta) para que o sujeito possa manifestar seu conhecimento que abarca a totalidade. Isso se dá quando o sujeito declara que o objeto tem também outras faces diferentes. A parcialidade, então, é considerada como elemento disfórico do texto, isto é, ele tem um valor negativo, enquanto a totalidade é vista como elemento eufórico por ter um valor positivo<sup>2</sup>. Já aqueles sujeitos que não quiseram entrar nesse debate ou que temeram emitir um conceito errado, optaram por marcar a parcialidade, enfatizando sua “opinião” pessoal sobre o objeto: “a natureza a meu ver”, “meio ambiente para mim”.

---

<sup>2</sup> “Cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ versus /disforia/. O termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo. Euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto”. (FIORIN;1994:20)

Em relação à definição do conceito de meio ambiente podemos dizer que as redações seguem o seguinte percurso:

Meio ambiente é natureza  (Afirmação da parcialidade)	Meio ambiente não é só natureza  (Negação da parcialidade)	Meio ambiente é natureza e contexto urbano das relações sociais cotidianas dos alunos  (Afirmação de totalidade)
---	--	--

Um segundo tema que apareceu em quase todas as redações foi a menção ou mesmo enumeração dos problemas ambientais:

1. *“Nosso meio ambiente está cada dia se destruindo, as chaminés das indústrias todos os anos jogam toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. É uma proporção tão grande que os vegetais são afetados, como também o homem que está sujeito a doenças respiratórias em fim a natureza é afetada.  
Existem inúmeros fatores que hoje destrói nosso ambiente. O (CFC) clorofluorcarbonos, metano, oxido nitroso que são substâncias transparentes, destroem a camada de oxônio.  
Devido a isso a Terra está sujeita a prescedentes mudanças climáticas, trata-se do efeito estufa, que é o aprisionamento de gases na atmosfera aumentando a temperatura terrestre.  
Em consequência disso as geleiras vão se degelar, elevando o nível do mar destruindo muitas cidades litorâneas algumas delas de importantes influência econômica e pode gerar uma catástrofe maior.  
A maior floresta do mundo está se reduzindo a pó, devido a retirada de madeira queimadas, tráfego de animais. A Amazônia não pode ser tratada desta maneira.  
Podemos perceber que ao nosso redor acontece crimes contra a natureza. Eu não concordo com uma coisa: Quando uma indústria ou até mesmo uma pessoa comete um equívoco contra a natureza seja, por ingenuidade ou sabendo o que ia fazer, se é pego pela polícia florestal ela toma uma multa e é advertido.  
A multa e o advertimento não fará com que seu erro desapareça, mas a degradação ambiental permanecerá ou em questão de anos meses TALVEZ a natureza se recupere totalmente ou parcialmente”.*
6. *“Nosso ar esta contaminado, a camada de ozônio está perfurada, mesmo; Assim o homem ignora o alerta da natureza e não se reeduca”.*
7. *“Claro que o homem transforma de uma forma muito agressiva o meio ambiente em que vive, construindo grandes cidades, matando animais ou até mesmo plantando em certos terrenos.  
Talvez um ambiente tranquilo à beira de um rio pode se transformar em um verdadeiro caos com a construção de uma cidade barulhenta e poluída, o que acarretaria na perda da origem natural daquele meio*

*ambiente, que ao meu ver não pode sofrer tantas mudanças, se deveria conter mais suas origens.*

*Os animais são influenciados diretamente pelo espaço onde vivem pois fazem parte dele e isso não vem sendo respeitado ao longo desses últimos anos com uma prática que para alguns é boa para todos, esta é a agricultura. Alguns fazendeiros fazem questão de derrubar florestas inteiras para plantar hortaliças ou cereais fazendo com que os animais daquele local migrem para outro lugar desequilibrando totalmente a cadeia alimentar”.*

8. *“Um ambiente de paisagens naturais, onde participam destas verde, água, animais, rochas. Um ambiente em risco onde há tentativa de poucos para salvá-lo ou pelo menos preservar o restante. Um ambiente ameaçado, onde não há preocupação do homem para como o mundo”.*

9. *“Nos preocupamos em ver preservadas as matas, limpos os rios e animais livres de extinção, mas não exitamos em sujar as ruas, passamos todos os dias pelos rios de nossa cidade, já secos, poluídos e acabamos nos acostumando com tudo isso.*

*Escolas insistem em falar sobre o grande bem que nosso país tem que é a Floresta Amazônica, falam sobre cuidar deste bem mas quando os alunos saem da escola vêem a cidade suja, pichações por todos os lados”.*

Nessas passagens das redações, os alunos parecem preocupados com aquilo que na análise do discurso chamamos de *performance*. Para Fiorin (op.cit:23), a *“performance é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa”*.

Como as redações não estabelecem uma sucessão temporal dos acontecimentos, a transformação está pressuposta pela constatação dos efeitos da degradação ambiental. Ao invés de reconstruírem historicamente a degradação, os alunos preferiram construir um *“flash”*, onde as imagens falassem por si só. Como afirma Fiorin (op. cit:24), nas narrativas *“muitas fases ficam ocultas e devem ser recuperadas a partir de relações de pressuposição”*. Os alunos optaram por mostrar o *“estado”* atual do quadro ambiental, novamente mesclando natureza e contexto urbano – de forma geral, pode-se concluir que a frase que resume as redações é *“o ambiente está degradado”*. Interessante observar que todas as redações utilizam os verbos no tempo presente, pretendendo marcar uma situação de *“agora”*.

Para a análise do discurso os *“enunciados de estado”* são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto. No caso, a constatação de que o *“meio ambiente está degradado”*

estabelece uma relação de disjunção na medida em que está pressuposto que um dia ele não esteve dessa forma. E para indicar essa pressuposição os alunos recorrem justamente aos elementos da natureza que estariam ou poderiam estar intocados: “*limpos rios*”, “*animais livres de extinção*”, “*ambiente tranquilo a beira de um rio*”, “*ambiente de paisagens naturais*” etc. Destaca-se o fato de que o uso de recursos ligados à natureza como forma de enfatizar a degradação apareceu em redações que, na sua primeira parte, não tinham uma visão “naturalista” de meio ambiente. Isso mostra uma contradição importante na medida em que os alunos entendem por degradação a perda de qualidade ligada aos elementos naturais. Somente um aluno, da citação 1, estendeu a degradação ao ambiente urbano.

O sujeito dessa disjunção (representada pela degradação) está descrito por diferentes categorias: indústrias (redação nº1), o homem (redações nº6 e 7), fazendeiros (redação nº7). Além disso, há um sujeito indeterminado que aparece nas citações 1 (alguém polui os rios da cidade e suja a cidade). Na redação nº1 nota-se que o objeto é colocado como agente de sua própria destruição (“nosso meio ambiente está cada dia se destruindo”), o autor utiliza o verbo na voz reflexiva.

Com relação à identificação do autor da redação com sujeito da disjunção, ou seja, de sua auto-identificação como depredador, temos apenas as seguintes citações:

1. *“(...) não exitamos em sujar as ruas de nossa cidade, passamos todos os dias pelos rios de nossa cidade, já secos, poluídos e acabamos nos acostumando com tudo isso”.*
3. *“Se continuarmos indo neste caminho, desmatando, matando animais, poluindo as águas e outras coisas, não vamos conseguir viver por muito tempo”.*
7. *“Se não nos conscientizarmos da nossa agressão ao meio ambiente, poderemos ficar um dia em risco de extinção”.*

As citações acima indicam que há uma identificação muito fraca e difusa dos alunos com os problemas ambientais. A maioria prefere identificar esses problemas ou ao “homem” genericamente falando, ou a agentes distantes de sua própria vivência (indústrias, genericamente falando). Um aluno, especificamente, culpou a educação pelo estado atual de degradação:

5. *“Mas a culpa não é nossa, por que é assim que fomos educados pelos nossos pais, até mesmo pelos nossos professores e é esta ideologia que iremos passar para nossos filhos, e assim continuará até que uma geração pare para pensar e mude este conceito. Nem todos os jovens, se preocupam ou dão moral pra esse papo de meio ambiente, acham que não poluindo rios, não cortando árvores já é o suficiente, mais é essa falta de informação e interesse que transformam os adolescentes, na visão dos adultos tremendos irresponsáveis, precisamos de pessoas, dentro das escolas e lares que ensinem para gente o verdadeiro sentido de meio ambiente”.*

As citações indicam que em nenhuma vez os alunos se comprometeram pessoalmente com os problemas ambientais, embora na primeira parte da redação (definição de meio ambiente) muitos deles se expressarem de forma intimista e subjetiva utilizando o pronome “eu”. No geral, as redações responsabilizaram, pela ordem, um “eles” e um “nós” genérico. Isso pode indicar que aqueles que escreveram as redações não se sentem identificados com o que os outros fazem.

Um outro aspecto que chama a atenção nessa segunda etapa das redações é que a enunciação dos problemas ambientais se dá por uma variante analisadora de conteúdo que cria um efeito de objetividade visando mostrar que a *performance* descrita é fruto de conhecimento dos alunos. Isso contrasta com a primeira parte das redações, onde a marca foi de subjetividade (opinião pessoal) sobre o conceito de meio ambiente.

Enunciar os problemas ambientais pode ser visto como um recurso linguístico. FIORIN (1994:52-3) afirma que

*“A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão); mas ela o é na medida em que é produção de sentido.*

*Nesse jogo de persuasão, o enunciador (produtor do texto) utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário (leitor) a admitir como certo, como válido o sentido produzido. A argumentação consiste no conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário”.*

Um desses procedimentos argumentativos é justamente a “ilustração”, através da qual o narrador enuncia uma afirmação geral e dá exemplos com o

intuito de comprová-la. Para isso, em alguns momentos, eles se utilizam da dimensão local (minha cidade, etc.) como um exemplo de ilustração:

1. *“Não é preciso ir muito longe para assistir de perto a degradação ambiental, em nosso município (Formiga MG) vemos. Como a Fiat que estava jogando lixo tóxico e até substâncias cancerígenas ao ar livre e também as nascentes do rio Formiga com inúmeras alterações”*
9. *“Escolas insistem em falar sobre o grande bem que nosso país tem que é a Floresta Amazônica, falam sobre cuidar deste bem mas quando os alunos saem da escola vêem a cidade suja, pichações por todos os lados”*

Deve-se ressaltar que, na ilustração dos problemas ambientais, os alunos se limitaram a aspectos meramente técnicos da questão ambiental, tendo grande peso o substantivo “poluição”. Embora apareça de forma vaga em algumas redações, em outras o termo aparece ligado a um conjunto de figuras: gases tóxicos, queimada, morte de animais, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, sujeira etc. Para a Análise do Discurso, essas figuras podem ser chamadas de símbolos dado que o símbolo “pode então ser definido como figura cuja interpretação temática seja fixa”<sup>3</sup>. Isso quer dizer que os alunos utilizam figuras (imagens) que, consensualmente, estão se fixando no imaginário popular como simbólicas da poluição. Essas são imagens frequentemente veiculadas nos meios de comunicação de massa, mas são imagens que também integram o conteúdo dos livros escolares que tratam da questão ambiental.

Cabe aqui, nesse sentido, a crítica de Brügger sobre a educação ambiental na medida em que ela leva as pessoas a *“aprender desde cedo a confundir meio ambiente com natureza; problemas ambientais com poluição; e desenvolvimento sustentável com preservação de potenciais produtivos dos ecossistemas”*. (BRÜGGER; 1999:80). Alguns trechos das redações corroboram essa idéia:

7. *“Meio ambiente para mim não é nada mais que o lugar onde vivemos, ou seja, a natureza...”*

---

<sup>3</sup> *“A mulher de olhos vendados com uma balança na mão (figura) simboliza a justiça (tema); a coruja, sabedoria etc. O símbolo é sempre um elemento concreto a veicular um conteúdo abstrato”*. (FIORIN;1994:68)

8. *“Ao ouvir a palavra meio ambiente, a primeira idéia que se tem em mente é relacionada a natureza”*

Finalmente, cabe destacar que as redações são finalizadas por uma conjunção, ou seja, uma receita para reverter o quadro atual. De forma geral, podemos ver nas citações que o termo ‘preservação’ adquire um lugar fundamental:

2. *“Por isso devemos preservar o meio ambiente pois ele é também a preservação de nossa vida”.*
3. *“Faça do seu meio ambiente o melhor lugar do mundo, pois, a preservação do mesmo sempre fará bem a quem o tem como refúgio e nele seja útil”.*
5. *“Meio Ambiente se define em uma só objetiva expressão: ‘o mundo onde vivemos’, e cabe a cada um de nós preservá-lo”.*
6. *“Se já começarmos a preservar o nosso meio ambiente temos tempo para desfrutar deste lindo e perfeito meio ambiente que temos”.*
7. *“Mas finalizando existe o meio ambiente de cada ser vivo e ele deve ser respeitado, não é porque somos animais racionais que temos direito de nos apropriar do meio ambiente de outros seres, pense nisso”.*
9. *“Está na hora de todos nós aprendermos a preservar nosso habitat, pois se não o fizer, as florestas viverão e nós morreremos em meio a poluição. Devemos começar a dar o exemplo, começando pela nossa casa, nossa rua, nosso bairro... Assim será mais fácil criar uma consciência e já não será tão contraditório pedir para que se preserve lá, enquanto vivemos em uma cidade que está longe de ser considerada um lugar agradável para se viver”.*

#### **7.2.2. Análise das redações do último ano do ensino médio<sup>4</sup>**

Assim com as redações do bloco anterior, estas também podem ser classificadas como textos narrativos, apresentando também a transformação entre equilíbrio e desequilíbrio, que também descreve uma situação de degradação atual do meio ambiente.

Aqui também houve preocupação em definir o que seja meio ambiente, como pode ser visto nas citações abaixo:

1. *“O meio ambiente engloba o homem e todas as coisas que o cerca. Em tudo que o homem faz a natureza está presente. A natureza pode muito bem ser chamada de ‘Mãe Natureza’, pois ela se comporta como uma mãe, ela dá a seus filhos (nós) tudo que necessitamos, água, ar, alimento, remédios, etc.”*
2. *“Os lugares que nos cercam e onde vivemos constituem o meio ambiente. Cabe ao homem viver no seu habitat, modificado ou não, em harmonia com o que resta de natural do meio ambiente”*
3. *“O meio ambiente consiste no espaço em que vivemos. Antes era natural e vivia nele apenas animais”.*
5. *“O meio ambiente para mim é todo o espaço em que vivo; a cidade, os campos, as florestas, e até mesmo a minha casa. Todo local onde há vida é um meio ambiente, seja ele ar, terra ou água. O planeta Terra é um todo, que compreende vários tipos de meio ambiente. Meio ambiente e natureza para mim são apenas um, estão interligados”.*
7. *“Na minha opinião o meio ambiente está em todo lugar, porque para mim se resume em uma só palavra natureza”.*
8. *“Quando se fala em meio ambiente, logo se pensa em florestas, matas, fauna, ou seja, tudo natural. Nosso meio ambiente é riquíssimo e muito diversificado”.*
10. *“Todos nós, ricos e pobres, temos algo em comum: a nossa casa natural, o meio ambiente que nos cerca, englobando os animais, as plantas e as águas”.*
11. *“Creio que são vários fatores que fazem parte desse meio, como: água, florestas, rios e outros”.*

Ao contrário das redações do ensino fundamental, onde todos os alunos preocuparam-se em definir a idéia do que seria para eles meio ambiente, aqui, das 11 redações analisadas, 3 não se preocuparam com essa definição, centrando-se apenas em falar sobre a degradação que o meio ambiente vem sofrendo.

Percebe-se através dessas passagens, onde os alunos pretenderam definir o que seria meio ambiente, que a visão naturalista é a que prevalece. Mesmo quando aparece uma visão mais social, onde surge a idéia de ‘vários tipos de meio ambiente’, a idéia que se tem é que o ‘normal’ seria um ambiente natural, sem modificações provocadas pelo homem. Aqui, a idéia de totalidade

---

<sup>4</sup> Aqui as redações também foram numeradas (1 a 11) e as citações também obedecem ao número onde elas se encontram

é menos significativa. O que se percebe é que há uma forte tendência à afirmação da parcialidade, onde meio ambiente está diretamente associado à natureza.

O segundo tema, presente em todas as redações desse bloco, foi a idéia de degradação ambiental:

1. *“O homem na sua ‘grandiosa inteligência não descobriu um modo de não degradar a natureza, com o seu progresso. Enquanto a natureza é uma ótima ‘mãe’ , o homem faz o papel de um filho ingrato pois, agradece à ‘mãe’ com fumaça, poluição sonora, poluição dos rios, dos solos, etc.”*
2. *“Há muito e muitos anos o meio ambiente vem sofrendo transformações, tanto pela ação do homem, como também pelas ações naturais.  
Os fatos de que os rios estão poluídos, as nascentes estão desmatadas, o ar está em má qualidade; tem se apresentado repetitivamente ao homem, que já se acostumou e vê tudo isso como uma coisa banal”*
3. *“Com o surgimento do homem houve transformações e a cada dia mais e mais o homem destrói o seu meio com tecnologias que propiciam a ele mais conforto.  
A natureza vai sendo destruída e tiram dela os elementos que ela necessita para sobreviver.  
Existem projetos frequentemente para a modernização, assim cada vez mais o mundo passa a ser destruído e não haverá como reconstruí-lo”.*
4. *“Já tem muito tempo em que o ser humano vem tratando o meio ambiente como algo assim, desprezado, sem importância, sem valor algum para nós.  
(...)o homem está conseguindo acabar com as árvores, plantações que dão frutos para a nossa sobrevivência, muitas e muitas queimadas, desmatamentos e até às vezes a erosão do solo.  
Esses humanos sem consciência nunca pararam para pensar que são colaboradores do futuro trágico do planeta terra. Eles não pensam que quanto mais derrubarem árvores e fizerem queimadas estão destruindo o oxigênio, fator super importante para qualquer ser vivo.  
Na fauna, ainda é pior porque, matam em grande massa, destroem a vida de animais inofensivos para obter lucro ou para obter prazer.”*
5. *“A destruição ambiental que estamos enfrentando é a maior possível, onde o próprio homem é o causador. Essa destruição pode levá-lo a sua própria morte, e o único meio para mudar isto é uma verdadeira conscientização, no mundo inteiro.”*
6. *“O meio ambiente em que vivemos está muito prejudicado. O homem está destruindo o meio ambiente a cada dia. Começando pelos*

*desmatamentos, que vem crescendo a cada dia no nosso país e logo depois vem a poluição dos rios, lagos e mares e também a poluição do ar, que cada dia está mais poluído”.*

7. *“Natureza esta, que a cada dia está mais destruída pelos homens, é triste andarmos por aí e vermos animais mortos, a cidade nublada de tanta poluição, os rios todos sujos, as queimadas que nos deixam a cada dia sem o ar puro das árvores”.*
8. *Vejo o homem como o maior predador do meio ambiente. Queimadas, desmatamento, poluições são males muitos sérios que o homem vem causando ao meio ambiente.. Acredito que a poluição das nascentes seja um dos piores, pois dependendo do tipo de poluente jogado nas águas, não sendo de fácil dissolução, poderá contaminar as águas e tudo em volta”.*
9. *“Nós seres humanos estamos cientes do mal que estamos causando ao a meio ambiente”.*
10. *“Por que ao querermos o lucro proveniente de produtos que às vezes poluem o meio ambiente, nós (os fabricantes e os consumidores) nos esquecemos que o mais essencial é viver bem, e não com ‘produtos magníficos’ e com a natureza destruída”.*
11. *“O Brasil é um país imenso e extenso quando falamos em termos de florestas, só que infelizmente pela ganância de muitos isso vem afetando nossas florestas e reservas florestais; o índice de queimadas muitas vezes causadas simplesmente pela ignorância de uma pessoa é enorme, quase que inacreditável”.*

Através destas passagens constata-se, como no outro bloco de redações, que os alunos não construíram historicamente a degradação, preferindo deixar que as imagens falassem por si só. Além disso eles não se colocam como sujeitos da disjunção (representada pela degradação), apenas nas redações de números 9 e 10 utilizam-se do pronome “nós”, mas nas demais o que se presencia é um homem genérico causador da degradação. Outras vezes o que se percebe é um sujeito indefinido.

Um outro ponto a ser destacado é que aqui a dimensão local é pouco mencionada, os problemas ambientais são reconhecidos de forma bastante geral. Em apenas uma passagem há o reconhecimento do problema em dimensão local:

8. *“Aqui em minha cidade é comum este tipo de poluição, onde podemos presenciar quem polui e com o quê. Muitos preferem jogar lixo no rio a esperar e jogar no caminhão do lixo”.*

O bloco constituído pelas redações do último ano do ensino médio contrastou nesse sentido com as redações dos alunos do último ano do ensino fundamental. Lá, como vimos, há maior ênfase nos problemas locais, inclusive com uma redação citando os problemas que o Rio Formiga enfrenta. Nossa interpretação é que isso se deve ao trabalho de conscientização e campanhas realizadas pela FUCOMA, particularmente o trabalho realizado em 1999 e já comentado na presente pesquisa, que teve como alvo os alunos do ensino fundamental.

Entre esses alunos a idéia de ‘preservação’ também encontra-se presente:

1. *“Devemos seguir o exemplo dos animais pois eles sim sabem viver bem! (...) A natureza é finita, e o homem deve aprender a respeitar e conviver pacificamente com ela, sob pena de extermínio da raça humana”.*
2. *“se o homem não acordar antes que seja tarde demais, a morte e o fim de toda a existência pode vir a ser o nosso próximo Apagão...”*
3. *“A preservação deve ser frequente e deixar de utilizar produtos que destroem o meio, pois a nossa camada atmosférica fica cada vez mais poluída e o sol começa a aquecer mais o planeta e este dá indícios que se não preservar o seu fim estará próximo”.*
6. *“Se não ficarmos alertos, nós ficaremos sem o nosso meio ambiente. Pense nisso! O meio ambiente agradece”.*
10. *“Parcela de cada um de nós, é a preservação do meio ambiente, que seja com pequenas ações: jogar papel no lixo e não na rua, não encher os rios de entulho, entre outras. Tudo que a natureza nos dá é fruto de um trabalho milenar, cabendo a nós preservá-la”.*

Com essas redações pôde-se perceber também algumas idéias não reconhecidas no outro bloco, tais como “acionamento de água e energia”, “modernização”, “privatizações”, “urbanização”, “problema social”, “avanço técnico científico”, “carga poluente”, “potencial hídrico”, “problemas ambientais irreversíveis”, “desequilíbrio”.

Essas imagens aparecem constantemente na mídia e muitas se referem a problemas ambientais enfrentados pelos brasileiros na atualidade de um modo geral (exemplo: racionamento de energia). Esses são temas que podemos definir como sendo a “ordem do dia”.

### 7.3. Algumas considerações

O ponto mais importante a ser destacado aqui é que os discursos estão carregados de asserções atribuídas a outros atores que não eles, o que é chamado de polifonia. A noção de polifonia pode ser definida como sendo a incorporação que o sujeito faz ao seu discurso de asserções de outros personagens discursivos. No discurso caracterizado como polifônico o que se percebe é um coro de vozes manifesto no discurso, visto ser o pensamento do outro constitutivo do nosso, não sendo possível separá-los radicalmente. Nas redações analisadas percebe-se essa idéia de polifonia:

*“Mas a culpa não é nossa, por que é assim que fomos educados pelos nossos pais, até mesmo pelos nossos professores e é esta ideologia que iremos passar para nossos filhos, e assim continuará até que uma geração pare para pensar e mude este conceito”.*

*“Existem inúmeros fatores que hoje destrói nosso ambiente. O (CFC) cloro-fluorcarbonos, metano, que são substâncias transparentes, destroem a camada de oxônio”.*

*“Temos que conscientizar nossas crianças por que elas poderão ser os destruidores do amanhã”.*

Através destas passagens percebe-se que esses jovens estão reproduzindo os discursos de outros sujeitos.

Um outro ponto a ser destacado é a diferença na visão dos dois grupos de jovens. Os alunos do ensino fundamental possuem uma visão mais bucólica, utilizam-se de palavras como “perfeição”, “belezas”, “tranquilo”, “imagens”, o que denota uma visão mais romântica. Os alunos do ensino médio, ao contrário, mostraram uma visão mais técnica dos problemas ambientais. Isso pode estar associado ao fato de eles já terem recebido uma carga maior de informação, à mudança de linguagem do material didático e também à influência da preocupação com o vestibular. O vestibular exige uma redação em que as idéias estejam bem articuladas e com uma análise mais crítica do tema a ser desenvolvido.

Nota-se que, ao descrever o estado de degradação, os alunos de ambos os blocos não se identificaram como agentes de degradação. Porém, ao

exporem idéias de preservação há referência explícitas a um “nós” coletivo responsável pela mudança dos acontecimentos.

Outro ponto a destacar é a contradição que existe entre um “outro” que degrada e um “nós” que deve se conscientizar ou ser conscientizado. Os alunos não se identificam com a degradação do meio ambiente porque consideram que não são eles, individualmente, que poluem os rios, desmatam as reservas ou emitem poluentes. No entanto, propõem-se a se conscientizarem na medida em que se consideram defensores do meio ambiente. E isso, atualmente, é considerado uma atitude “politicamente correta”. Além disso, as campanhas veiculadas por ONGs e meios de comunicação de massa elegem o termo “nós” com o intuito de dividir coletivamente as responsabilidades em relação ao futuro.

Por outro lado, a explicação para o uso do termo “homem” pode estar associada à linguagem utilizada pelos livros didáticos que focalizam a questão ambiental, particularmente os livros de geografia.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos marcar nesta dissertação o caráter dicotômico que envolve as questões ambientais na cultura ocidental. Vimos que esta dicotomia é constituinte do próprio processo histórico de formação e desenvolvimento de nossa cultura, que ora representava a natureza como sinônimo de atraso, de caos, de barbárie, ora como sinônimo de paraíso, algo a ser contemplado ou isolado. Essa dicotomia, atualmente, pode ser percebida nos discursos ambientalistas e nos conteúdos da Educação Ambiental.

Quanto à Educação Ambiental, ministrada tanto por escolas, ONGs e meios de comunicação de massa, pôde-se perceber que também são carregadas de representações ambíguas que fazem parte do imaginário popular. O descompasso entre a teoria e a prática parece assim o maior desafio que a Educação Ambiental tem a enfrentar daqui para frente. Aliado a isso, a própria situação educacional do país, com falta de incentivo aos professores, baixos salários, falta de professores formados especificamente na área ambiental e a falta de prática interdisciplinar fazem com que a Educação Ambiental ainda permaneça em um nível utópico, muito aquém dos objetivos que pretende alcançar.

Outro dado a destacar é que a Educação Ambiental parece não levar em consideração o fato de que com ela concorrem uma farta quantidade de outros conteúdos didáticos que priorizam a visão cartesiana e positivista do mundo, o apelo ao consumismo e ao desenvolvimento, a visão messiânica da

ciência. Em meio a tudo isso, a Educação Ambiental fica como que diluída e incapaz de concretizar seu objetivo maior que é a mudança de comportamento dos indivíduos. Essa diluição implica também, na prática, a incapacidade de fazer convergir ou mesmo superar as polaridades que fazem parte de nossa cultura, o que, aliás, consta, teoricamente, de seus objetivos. Dessa forma, cabe ressaltar que a própria Educação Ambiental oscila entre um prisma romântico (retórica louvatória da natureza) e um prisma técnico (enumeração dos efeitos poluidores), muito distante da postura política e ética que muitos autores já detectaram como sendo a postura de uma Educação Ambiental ideal. A oscilação entre o romantismo e o tecnicismo e a ausência de uma dimensão ético-política das questões ambientais ficou evidente nas redações de ambas as turmas de estudantes pesquisados.

Se retomarmos o esquema produzido por Leis (capítulo 3), vê-se facilmente que as redações se enquadram nas vertentes alfa e beta, caracterizadas pelo antropocentrismo, por uma visão neoliberal e conservadora da natureza, pelo interesse egoísta de autopreservação. A consciência ou anseio por mudanças é fraco e difuso, o que indicaria nenhuma ou uma frágil “vocação” desses alunos para o ambientalismo.

Também, se retomarmos os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, descritos no capítulo 3, e compararmos os resultados obtidos com as redações, teremos os seguintes parâmetros que indicam a distância entre a teoria e a prática:

- a) os alunos não apresentam uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- b) as redações não integram a interdependência entre o meio natural, sócio-econômico e cultural;
- c) nenhuma redação toca no reconhecimento da pluralidade étnica e cultural e outras formas de conhecimento sobre a natureza como sendo também válidas;
- d) ausência de uma perspectiva histórica cultural dos problemas ambientais.

Já com relação à falta de uma conceituação consensual sobre o que é meio ambiente, constatada nas redações, podemos apenas dizer que ela reflete a falta de fundamentação teórica dos próprios agentes da Educação

Ambiental, como aliás apontaram os próprios professores que elaboraram a Declaração da I Conferência Nacional de Educação Ambiental, como vimos no capítulo 3. Isso leva, segundo os professores, à transmissão de conceitos equivocados, de teor fundamentalmente naturalista, onde se priorizam as problemáticas globais o que, certamente é endossado e ampliado pela mídia. Nesse sentido podemos concordar com Brügger (1999) quando ela salienta a ineficácia da Educação Ambiental por seu caráter essencialmente informativo.

Queremos chamar a atenção também para o fato de que nas entrevistas os alunos afirmaram que aprendem mais sobre Educação Ambiental com a televisão e isso explica a enumeração de problemas ambientais que, segundo os próprios já criticaram, aparecem na mídia de forma sensacionalista. Os próprios alunos aliás, afirmaram que os professores da escola pesquisada passaram a considerar certos problemas ambientais como conteúdo didático após o aparecimento destes na mídia.

Cabe ainda analisar o papel da FUCOMA junto a esses alunos. Embora essa ONG tenha realizado uma campanha para os alunos do ensino fundamental, o fato é que em ambas as turmas, seu trabalho não foi mencionado ou reconhecido, destacando-se que muitos não sabiam o significado da palavra ONG. Isso pode estar indicando que a FUCOMA é uma entidade que não alcançou visibilidade ou identidade junto à população de Formiga.

Entendemos que o que faria uma educação ser realmente ambiental seria uma maior valorização dos aspectos éticos e políticos da questão ambiental, transcendendo o plano meramente técnico do pensamento instrumental. Os conceitos de meio ambiente e educação ambiental devem passar por uma profunda revisão, pois se encontram atualmente associados às causas das degradações, visto que se alicerçam no sistema de produção dominantes. As reformas educativas dentro do paradigma cartesiano não serão capazes de fazer com que a educação se torne ambiental, pois estarão sobre a mesma base filosófica que propiciou a crise ambiental. E isso só se tornará viável através da reconstrução da cidadania entre os homens, com democracia e ação social. A presença de temas ambientais existentes em uma comunidade deve permitir a construção de conhecimentos dos educadores e dos educandos, com base nos aspectos tanto físicos como sociais, culturais,

econômicos e políticos da realidade, possibilitando mudanças de práticas e posturas, para o exercício pleno da cidadania.

Como a questão ambiental está relacionada com a problemática fundamental da atualidade, reconstruir a cidadania através da Educação Ambiental significa resgatar o sentido maior da Educação Ambiental, que deve ser o da própria educação, buscando um sentido moral e cultural para nossa existência. A questão atual não está mais no fato de que a Educação Ambiental é indispensável, mas no tipo de Educação Ambiental que será realmente capaz de estimular uma mudança de valores e comportamentos.

Apesar de os resultados obtidos na pesquisa apontarem para uma conclusão desalentadora, acreditamos que o descompasso entre a teoria e a prática da Educação Ambiental decorre também do fato de ela ser uma experiência ainda recente. Porém, acreditamos em sua possibilidade e em sua necessidade – o fato de ser um tema transversal, ao mesmo tempo que pode ser visto como o maior impecilho, pode vir a se constituir em sua maior vantagem. O fato de não estar “engessada” pela estrutura curricular possibilitaria maior liberdade para os professores inovarem tanto em forma quanto em conteúdo. Mas para isso é preciso que nos apropriemos politicamente da expressão “educação ambiental”, visto que educar é um ato político; assim, pensar em educação ambiental dentro do modelo cartesiano é simplesmente maquiagem o problema. Talvez a maior vantagem da educação ambiental seja o espaço de reflexão e questionamento que ela propicia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, F.L. Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. **Sociedade e Estado**. v.6, n.1, p.121-137. 1996.
- BORTOLOZZI, Arlêude; FILHO, Archimedes P. Educação Ambiental e reconstrução da cidadania. In: **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, ano 6, números 11 e 12 – jan./dez. 1994.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1999.159p.
- CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 85p.
- CORBIN, Alain. **O território do Vazio - a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 384 p.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.p. 13-98. (cap. 1, 2, 3 e 4)
- DELUMEAU, Jean. **Uma história do paraíso - o jardim das delícias**. Lisboa: Terramar, 1992. p.p. 119-168. (cap. V e VI).
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia. 1992. 399 p.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação - Novos Rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec. 2000.290p.

- DRUMMOND, José Augusto. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, E., CAPOBIAUCO, J.P.R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.19-26.
- DURKHEIM, Êmile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FERLINI, V.L.A. A depredação da natureza começou no desco.brimento. **Pau Brasil**. n.8, p.9-13, 1985.
- FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. Rio de Janeiro: Fórum de ONGs brasileiras. 1992.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM. Disponível em <[www.feam.br/bg00.htm](http://www.feam.br/bg00.htm)>. Acesso em jan./2002.
- GIANOTTI, José Arthur. **Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Cidades. Informações**. <[www.cidades.mg.gov.br/cidades/owa/social?cod=2610](http://www.cidades.mg.gov.br/cidades/owa/social?cod=2610)>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Cidades@** Disponível em <[www.ibge.gov.br/cidades/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php)>. Acesso em jan./2002
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho.A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.p. 63-85.
- LEIS, Héctor Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia, 1996.
- LEIS, H.R., D'AMATO, J.L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p.77-103.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C.(org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p.p. 391-400.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. Educação Ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, Ademar R., REYDON, Bastiaan P., LEONARDI, Maria Lúcia A. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria,**

- políticas e a gestão de espaços regionais.** Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996. p.p.241-262.
- MAIMON, D. Política Ambiental no Brasil. In: MAIMON, D. (coord.). **Ecologia e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: APED, 1992. p.59-76.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1993. 198p.
- MORAES, Edmundo Carlos de; JR, Enio Lima & SCHABERLE, Fábio Antônio. Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, 2000. p.p.83-96.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.p. 7-16.
- MUNIZ, José Norberto. Relatório Parçila n° 11– **Socioeconomia , institucional e legal.** PDRH Bacias do leste, FUNARBE, Viçosa, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.150 p.
- PÁDUA, J.A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A.(org.). **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987. p.11-62.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura.** São Paulo: Brasiliense, 1992 (8ª ed. ?). 98 p.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. pp.9-27.
- REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social.** São Paulo: Cortez. 1998. 86 p.
- RIBEIRO, G.L.. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento **Revista de Antropologia.** São Paulo: USP, n.34, p.59-101. 1991.
- SANT'ANNA, Raja Reda Zorkot. **Alcances e limites da educação ambiental em escolas de 1º grau no município de Viçosa - MG.** Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 1998. 147 p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

- SCHÜLZE, Clélia Maria Nascimento. Representações sociais da natureza e do meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, 2000. p.p.67-81.
- SILVA, Lourdes Helena da. Representações Sociais e educação: refletindo sobre as possibilidades de um diálogo. **Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM. v. 3, n. 1, p. 105-124, 1998.
- SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho.A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.p. 117-145.
- TEIXEIRA LEITE, J. Roberto. Viagens do Imaginário: a América vista da Europa, século XV-XVIII. **Revista da USP**, no 30 (Dossiê Brasil dos Viajantes). São Paulo, 1996.
- TEIXEIRA, N.G. et al. Análise dos relatórios de impactos ambientais de grandes hidrelétricas no Brasil. In: AB'SABER, A.N.; MULLER-PLANTENBERG, C.(org.). **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1994. p. 163-170.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.p. 11-60.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- TRINDADE, Liana Sálvia. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1997. 82 p.
- TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 309 p.
- VIEIRA, L; BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 171p.
- VIOLA, E.J., LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J., VIEIRA, P.F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: UNICAMP. 1995. p.73-102.

VIOLA, E.J.,LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H.R. (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: FASE, 1991.142p.

VIOLA, E.J.,NICKEL, J.W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n.40, p. 171-184, nov./1994.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.